

# Orçamento do Estado com filosofia de Maastricht

«Estamos perante um Orçamento elaborado já com a filosofia das orientações do Tratado de Maastricht, de austeridade para os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas e de contracção da actividade produtiva e, por isso, contrário aos legítimos anseios dos portugueses a níveis mais elevados de bem-estar económico e social e ao desenvolvimento acelerado da economia portuguesa.

«Apresentando-se de natureza restritiva, o Orçamento só poderá contribuir para agravar a fase recessiva da economia portuguesa.»



• Nota da Comissão Política  
- Págs. 16 e 17 • Editorial - Pág. 2



• Intervenção de Octávio Teixeira  
na Assembleia da República - Pág. 3

congresso  
**PCP**

Democracia  
e Socialismo  
o Futuro  
de Portugal

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

## A preparação

artigos de

*Carlos Luís Figueira  
e Carlos Fraião*

## Cartas do Leitor

Págs. 25 e 26



## Pobreza e riqueza em Portugal hoje

- artigo de  
*Edgar Correia*

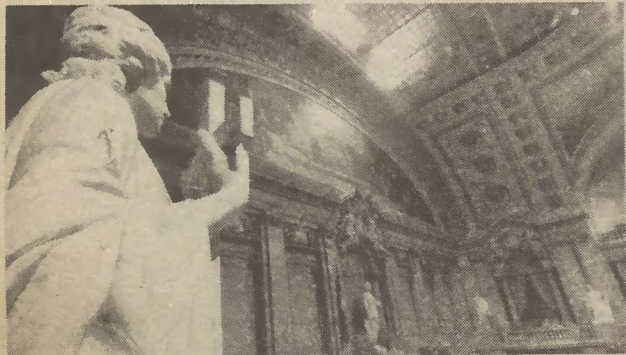
Pág. 18



## Reestruturação das Forças de Segurança:

*as  
superesquadras  
da insegurança  
generalizada*

Pág. 19



Reabrem os trabalhos parlamentares

## RESUMO

14  
Quarta-feira

O ministro das Finanças, Braga de Macedo, apresenta publicamente o Orçamento de Estado para 1993 ■ O deputado do PCP, Lino de Carvalho, referindo-se ao OE, afirma que o documento «está marcado pelo espírito de Maastricht e tem o tom da recessão» ■ A CGTP, única central sindical a pronunciar-se no mesmo dia sobre o OE, critica, entre outros aspectos gravosos, a «injustiça fiscal» e a «contenção salarial dos funcionários públicos» ■ O grupo parlamentar do PS reúne-se na tentativa de solucionar a crise desencadeada pelo pedido de demissão de Jaime Gama ■ O MNE Deus Pinheiro adverte contra «exageradas expectativas» em torno da cimeira de Birmingham ■ Em Joanesburgo e na província do Natal registam-se 12 mortos em novos confrontos entre partidários do ANC e do Partido Inkhata ■ Em Glasgow, Portugal empata 0-0 com a Escócia, em futebol.

15  
Quinta-feira

Em sessão solene, reabrem os trabalhos da Assembleia da República ■ Em declarações ao jornal «Público», o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, demarca-se do projecto de lei do PSD sobre a responsabilização civil dos juizes ■ O ministro da Indústria, Mira Amaral, falando na Exponor, afirma que a economia portuguesa vai entrar num «período de desaceleração», mas «não de recessão».

16  
Sexta-feira

Representantes de várias organizações sindicais da Função Pública decidem convocar um dia de greve nacional ■ Rejeitando alterações ao Tratado de Maastricht, termina em Birmingham a cimeira da CE cujas conclusões finais se limitam a promessas e declarações sobre uma «nova Comunidade mais aberta aos cidadãos» ■ Aproveitando a cimeira, centenas de mineiros britânicos protestam contra o anúncio de encerramento de minas e chamam a atenção para a «Europa dos 30 milhões de desempregados» ■ Entra oficialmente em vigor o cessar-fogo em Moçambique ■ Milhares de berlinenses prestam as últimas homenagens a Willy Brandt ■ O Prémio Nobel da Paz é atribuído à resistente guatemalteca Rigoberta Menchu.

17  
Sábado

No programa «Grande Júri», da TSF, Alvaro Cunhal desafia Cavaco Silva para um «frente-a-frente» sobre as grandes questões nacionais. Na mesma entrevista, o Secretário-Geral do PCP salienta, como questões que pessoalmente o preocupam, a recuperação dos grupos económicos anteriores à revolução do 25 de Abril, a degradação da situação política nacional e as derrotas do socialismo na cena internacional ■ O economista Alfredo de Sousa de-

fende a revisão da política cambial e alerta para os efeitos negativos que podem advir da sua manutenção ■ Em Luanda, o MPLA, reafirmando que as eleições foram «livres e justas», recusa qualquer cenário de governo de coligação.

18  
Domingo

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM), em reunião realizada em Coimbra, convoca para 6, 19 e 20 de Novembro uma greve de protesto contra o novo estatuto do SNS ■ Em entrevista ao programa da Antena 1 «Pelo sim, pelo não», o presidente da ASP da PSP, José Carreira, prevê o «fracasso» da reestruturação daquele corpo policial ■ Forças da Renamo atacam e ocupam a localidade de Angoché, no Norte de Moçambique ■ Termina em Pequim o XIV Congresso do Partido Comunista da China, cujas resoluções bem como a constituição dos organismos de direcção serão amanhã divulgadas em conferência de imprensa ■

19  
Segunda-feira

Durante a reunião, no Luxemburgo, do Conselho de Ministros da Economia e Finanças da CE, a Grã-Bretanha e a Alemanha tentam retirar a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda o acesso exclusivo ao futuro Fundo de Coesão ■ No final de uma visita a Setúbal, o líder do PS, António Guterres, acusa Cavaco Silva de evitar o controlo democrático ■ Em conferência de imprensa realizada em Pequim no termo do XIV Congresso do PCC é anunciada uma ampla renovação dos seus órgãos dirigentes ■ O governo britânico recua na sua decisão de encerrar 30 poços de carvão, contemplando a nova proposta governamental a desactivação de «apenas» 10 minas ■ O presidente filipino, Fidel Ramos, desmente rumores de golpe de Estado militar no país.

20  
Terça-feira

A TAP anuncia a dispensa, até ao fim do mês, de mais de 600 trabalhadores contratados a prazo ■ Considerando as propostas do Governo de aumentos salariais «pouco sérias e provocatórias», o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa convoca uma greve para a primeira quinzena de Novembro ■ A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás acusa o Governo de pretender acabar com as empresas criadas a partir do desmembramento da Quimigal ■ O ministro da Administração Interna promete um subsídio de risco para os elementos da PSP e GNR ■ A Renamo afirma que não sairá das localidades que ocupou militarmente, em flagrante violação dos acordos de paz para Moçambique ■ A União rapta no Huambo simpatizantes do MPLA ■ A secção portuguesa da Amnistia Internacional alerta para o facto de, nos países onde há violações dos direitos humanos, as crianças serem sujeitas, de forma indiscriminada, à tortura, à prisão e à morte.

## EDITORIAL

## O Orçamento recessivo e a sombra de Maastricht

Dois acontecimentos marcaram de forma especialmente negativa a semana transacta: a apresentação da proposta de Orçamento de Estado para 1993 e a reunião Extraordinária do Conselho Europeu efectuada, em Birmingham.

Sobre os dois acontecimentos paira a sombra funesta de Maastricht e ambos implicam graves consequências para o nosso povo, ou a prazo mais ou menos curto, ou a prazo mais dilatado.

No que respeita ao Orçamento de Estado são particularmente evidentes as brutais orientações e medidas que comporta contra os trabalhadores e a grande maioria dos portugueses.

É muito significativo que tenha sido a voz do PCP, a única que até agora se levantou para declarar aberta oposição ao Orçamento para 93 e o denunciar (na conferência de imprensa da Comissão Política, de 20 de Outubro) como «um instrumento de política contrária às necessidades actuais da economia portuguesa ... orientado contra os trabalhadores, os idosos e as autarquias locais, promovendo o agravamento da injustiça fiscal».

A proposta orçamental revela claramente o propósito do Governo de Cavaco Silva de reduzir o poder de compra dos trabalhadores da Função Pública e diminuir drasticamente o seu número, já no próximo ano; de fixar para os restantes trabalhadores, através de apelos e ameaças ao patronato, um tecto de 7 por cento nos aumentos salariais; de baixar, no Orçamento da Segurança Social, as verbas destinadas aos subsídios de doença e desemprego; de prever um aumento nominal de pensões e reformas que, na melhor das hipóteses apenas cobrirá a taxa de inflação; de insistir numa política fiscal que continua a penalizar os rendimentos do trabalho.

O «oásis» que o Ministro Braga de Macedo exaltou numa recente entrevista, ao referir-se à situação da economia portuguesa excluí, como se vê, os trabalhadores e as outras camadas sociais mais desfavorecidas. Para estes, o que o Governo reserva é a política do «deserto», com austeridade muito rigorosa.

O «oásis» só existe, aliás, na mente exaltada do Ministro. Pois, como é sabido a actividade directamente produtiva na agricultura, nas pescas e em vários ramos industriais debate-se com sinais claros de recessão, é periclitante a situação financeira de grande

número de empresas, acentuam-se os riscos de um rápido crescimento do desemprego. O próprio Governo é obrigado a falar, no Relatório do Orçamento, do «ponto mais baixo do ciclo económico». Fá-lo no entanto, para insinuar, contra todas as evidências, que esse ponto está a ser ultrapassado.

Reveste por isso mesmo, grande oportunidade a advertência feita pelo PCP, de que «apresentando-se de natureza restritiva, o Orçamento só poderá contribuir para agravar a fase recessiva que atravessa a economia portuguesa».

Verdadeiramente escandaloso neste Orçamento de vacas magras são as chorudas vantagens conferidas ao capital, aí residindo provavelmente o «oásis» que

*Constituindo frentes de luta distintas, a luta contra a política orçamental do Governo e a luta pelo não a Maastricht, o fortalecimento de uma repercute favoravelmente no desenvolvimento da outra e a ambas é imperioso incrementar.*

povoa o pensamento do Ministro das Finanças. Voltam a aumentar os benefícios fiscais passando de 35 para 50 por cento as taxas de isenção ou dedução. A dotação para as indemnizações aos grandes capitalistas de antes do 25 de Abril atinge os 270 milhões de contos mais 30 a 40 milhões do que no ano passado. O Governo até inventou uma forma de favorecer o lucro dos proprietários privados da Petrogal, fazendo reverter a seu favor uma parte da receita do actual imposto.

O Orçamento para 93 exprime, assim, nos objectivos, orientações e medidas a política de direita de reconstituição e restauração monopolista de crescente exploração dos trabalhadores e de subordinação a comandos e interesses estrangeiros do interesse, da soberania e da independência nacionais.

A Cimeira de Birmingham da CE não pôde desconhecer nem a crescente oposição, reserva ou desconfiança dos povos dos Estados membros ao Tratado de Maastricht, nem as perspectivas generalizadas da recessão e aumento do desemprego com que se confrontam as respectivas economias.

A Cimeira não pôde fechar os olhos, também, às grandes lutas

sociais em curso na Itália, Espanha, Grécia, Bélgica e França contra as consequências das políticas de convergência nominal impostas para viabilizar a União Económica e Monetária.

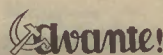
Os participantes conseguiram, no entanto, não retirar desta realidade qualquer indicação no sentido de arrear caminho ou de se interrogarem sobre o até agora prosseguido. Pelo contrário, recusaram qualquer ideia de renegociação ou dilatação dos prazos para a ratificação e reafirmaram solenemente a sua «fidelidade ao Tratado» e insistiram na necessidade da sua pronta ratificação.

É esta a matéria substancial das conclusões, o resto é conversa que se inscreve no propósito de «demonstrar aos nossos cidadãos as vantagens... do Tratado de Maastricht» e isto implica naturalmente declarações tranquilizadoras acerca do propósito de «respeitar a história, a cultura e as tradições de cada uma das nações» e de «manter a Comunidade mais aberta para que o debate público sobre as suas actividades possa ter lugar com pleno conhecimento de causa».

O Primeiro Ministro português acompanhou da forma mais cordata e obediente estas orientações preconizadas pelos grandes defensores do Tratado da União Europeia. Agora, enquanto se prepara para fazer aprovar um Orçamento inspirado pelas orientações de Maastricht, manifestamente contrárias aos interesses e necessidades da economia portuguesa, Cavaco Silva vai lançar, espere-mos por isso, uma nova campanha de propaganda a favor do Tratado e vai pressionar para a sua rápida ratificação.

Constituindo frentes de luta distintas, a luta contra a política orçamental do Governo e a luta pelo não a Maastricht, o fortalecimento de uma repercute favoravelmente no desenvolvimento da outra e a ambas é imperioso incrementar.

Para os comunistas, que já entraram na última e decisiva fase dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, é ainda indispensável combinar o esforço requerido por estas frentes imperiosas de luta com as tarefas que se prendem com os debates partidários pré-congressuais, entre as quais se salientam a apreciação crítica e a apresentação de propostas de alteração ou de enriquecimento dos projectos de alteração ao Programa e aos Estatutos do PCP e das Teses do Comité Central.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18399 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Distribuição ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## Parlamento retoma os seus trabalhos

«São vénias, senhor...»  
mas com muitos espinhos!

A Assembleia da República retomou oficialmente os seus trabalhos parlamentares, dando início à II sessão da presente Legislatura. Foi na passada quinta-feira, em cerimónia solene, a que não faltou a pompa, normalmente associada a estas circunstâncias. Passadeiras vermelhas e flores animaram de cor a Câmara, embelezando ainda mais o velho Palácio. Cavaco Silva também esteve presente. Para alguns, foi um convidado muito especial. De tal modo, que, Barbosa de Melo, dirigindo-se-lhe, com um ar deferencial que não se coaduna com o seu estatuto de segunda figura da hierarquia do Estado, expressou no seu discurso um "bem haja, senhor primeiro-ministro, pelo incómodo" a que se dera, atrasando uma partida para Birmingham, para ali poder estar, prestando a sua "homenagem ao Parlamento".

A anteceder a intervenção do Presidente da Assembleia da República, usaram da palavra André Martins (PEV), Narana Coissoró (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Almeida Santos (PS) e Duarte Lima (PSD, em nome dos partidos com representação parlamentar.

PSD e PS, este último assumindo um comportamento diverso quanto à estratégia que vinha sendo adoptada pela sua anterior direcção parlamentar, deram mostras de tréguas e aparente conciliação, pelo menos num capítulo considerada por ambos da maior importância (reforma do Parlamento), chegando mesmo à troca de "galhardetes".

Foi assim possível ouvir de Duarte Lima, contra toda a inflexibilidade que caracterizara anteriores declarações da sua bancada, palavras de contenção exprimindo a sua vontade de "tudo fazer para que a reforma do Parlamento seja concluída de forma consensual", adiantando mesmo que esta matéria "deveria estar afastada da conflitualidade político-partidária".

Fazendo questão de real-

çar a sua intenção de não ser "polémico", Almeida Santos, por sua vez, referindo-se de forma esperançada ao desfecho deste processo, afirmou "estar certo de que nos encontraremos no exacto ponto em que o reforço da dignidade desta Assembleia abraça o significado democrático dela".

De modo diferente, no conteúdo e na forma, trazendo para primeiro plano as suas divergências com a acção governamental, foram as intervenções dos restantes oradores.

Enquanto André Martins, dos "Verdes", pôs a tónica na necessidade de a Assembleia da República "pugnar pela transparência da sua actividade, pela dignificação dos seus actos e pelo prestígio dos seus representantes", Narana Coissoró, em nome do CDS, fez votos para que a sessão legislativa que agora começa "seja marcada pela responsabilidade que cabe à Assembleia da República de se pronunciar sobre o Tratado de Maastricht".

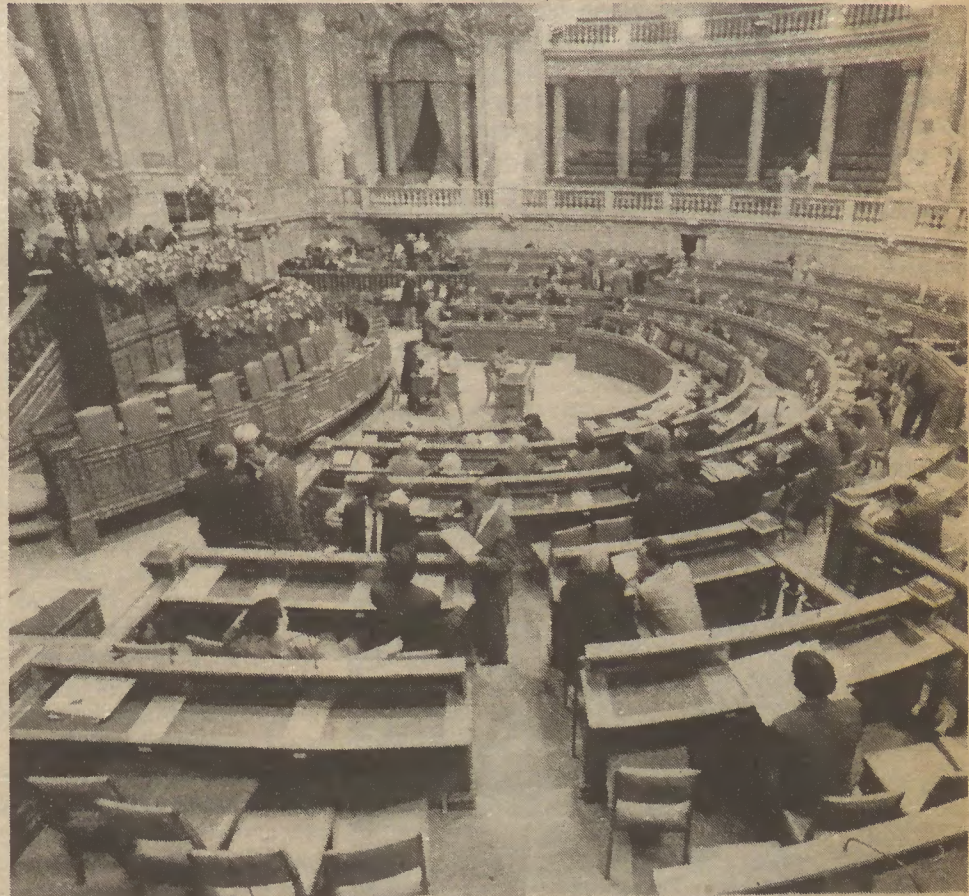
Incisivo, o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, manifestou por seu turno a determinação da sua bancada em não dar tréguas à acção do Governo no sentido de "transferir para os tra-

balhadores e outras camadas sociais os custos da sua política de recessão".

Considerou a este propósito ser paradigmática a proposta de Orçamento do Estado para 1993, a qual se apresenta com uma "orientação restritiva desajustada da situação que a economia portuguesa atravessa", escolhendo, segundo disse, como "principais bodes expiatórios das inadequadas orientações governamentais os trabalhadores da função pública", enquanto agrava a "injustiça social contra os que vivem dos rendimentos do trabalho e retrai os encargos com as funções sociais que ao Estado competem".

Erigindo, a par da defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores da Administração do Estado, a Saúde e a Educação como áreas prioritárias sobre as quais recairá a atenção da sua bancada, Octávio Teixeira garantiu nestes domínios um combate enérgico à recente decisão do Governo de proceder à privatização dos cuidados de saúde e a intervenção dos deputados do PCP no sentido da reanálise de todo o processo relativo ao sistema de propinas.

A problemática do Tratado da União Europeia, anun-



ciou, estará também na ordem do dia das preocupações da bancada comunista, adiantando a este respeito ser inaceitável que a "convergência entre os grupos parlamentares do PSD e do PS insista em inviabilizar o debate nacional e o esclare-

O Orçamento do Estado para 1993, em relação ao qual tão pouco se tem falado nos órgãos de comunicação social, constituirá uma das matérias que concitará em breve a atenção dos deputados

cimento popular sobre o Tratado de Maastricht e queiram impedir que sobre ele o povo português se possa pronunciar".

Aludindo à chamada reforma do parlamento, por último, o dirigente comunista fez ainda questão de subli-

nhar a oposição da sua bancada a "todas as tentativas da maioria para diminuir e sujeitar à governamentalização o debate político parlamentar, para restringir a intervenção e a voz da oposição no Plenário da Assembleia da República".

PCP propõe alterações à Lei da Caça  
Defender recursos cinegéticos  
e alargar a prática a todos os caçadores

Respondendo ao apelo e anseio de milhares de caçadores, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na passada semana, nas vésperas da abertura geral da caça, um projecto de lei que alarga o acesso à prática desta actividade lúdica e desportiva sem exclusão de ninguém por razões de natureza económica.

Com esta iniciativa, que introduz alterações à actual lei da caça, a formação comunista pretende em primei-

ro lugar suprir lacunas no actual regime jurídico, as quais têm originado um crescimento descontrolado e desordenado das zonas de caça especiais, a que se adiciona, por vezes, o não cumprimento da própria legislação existente.

Como salienta a nota preambular do diploma, o facto de haver municípios quase inteiramente cobertos por reservas de caça, em simultâneo com a existência de muitas outras áreas onde é prati-

camente nula a possibilidade de se praticar caça no regime cinegético geral, tem conduzido a uma situação de marginalização dos caçadores de mais fracos recursos económicos, circunstância agravada pela quase inexistência de zonas de caça sociais. Acresce ainda, por outro lado, que a diferenciação dos dias em que é possível caçar-se dentro e fora das zonas do regime cinegético especial tem gerado discriminações entre caçadores do regime especial e do regime geral.

Tudo isto tem constituído, pois, um foco gerador de tensões e conflitos sociais, que o presente diploma procura naturalmente obviar, partindo do princípio de que há que estabelecer um compromisso entre o aproveitamento dos recursos cinegéticos (que não são inesgotáveis, pelo que, por conseguinte, devem ser preservados, ordenados e geridos) como fonte de receita e de atracção para o turismo e o direito de todos os caçadores à fruição desta actividade popular, lúdica e cultural.

Nesse sentido, basicamen-

te, o projecto propõe a criação obrigatória de "corredores" entre zonas de regime cinegético especial para permitir a caça livre, defendendo ao mesmo tempo um maior equilíbrio entre os dias de caça nas áreas do regime cinegético especial.

O estabelecimento de limites à expansão das zonas de caça especiais, a redefini-

ção de critérios para a constituição de zonas de caça associativas, a obrigatoriedade da criação de zonas de caça sociais e, por último, a afectação das receitas provenientes das zonas de regime cinegético especial ao desenvolvimento regional e local, constituem outras tantas medidas contempladas no projecto de lei do PCP.

Preparação do OE  
obriga a volta pelo País

No âmbito da preparação do debate sobre o Orçamento do Estado para 1993, o Grupo Parlamentar do PCP iniciou na passada semana um vasto programa de contactos com as mais variadas entidades regionais no sentido de melhor conhecer a respectiva realidade, recensear problemas e auscultar necessidades.

Apresentar propostas nos mais variados domínios no quadro do PIDDAC é o

objectivo destas diligências que, segundo apurámos, estão a decorrer em bom ritmo. Évora, Beja, Setúbal e Portalegre foram alguns dos distritos já contactados, prevendo-se que nos próximos dias outros venham a juntar-se à lista onde naturalmente também se incluem os círculos onde o PCP não elegeu deputados, assim se cobrindo praticamente todo o País.



Impedir que a caça seja privilégio só de alguns

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Regularização de imigrantes clandestinos

## PCP defende medidas eficazes de apoio

Com vista a analisar a problemática dos imigrantes em situação ilegal no nosso país, designadamente a situação colocada pela possibilidade da sua regularização extraordinária prevista em recente diploma governamental, o Grupo Parlamentar do PCP promove no próximo dia 27 um encontro com associações representativas das comunidades imigrantes residen-

tes em território nacional.

Na agenda da reunião, a decorrer na Assembleia da República, para além das questões colocadas pelo decreto-lei 212/92 que dizem respeito a cerca de 100 000 imigrantes ilegais estarão ainda em destaque as propostas já avançadas pelo PCP em projecto de lei sobre esta matéria, em ordem a aprofundar uma reflexão

colectiva que permita viabilizar respostas eficazes para o problema.

Com esta iniciativa, o Grupo Parlamentar do PCP dá assim sequência ao interesse que o assunto lhe tem merecido e que o levou já a chamar à ratificação o referido decreto-lei de modo a corrigir deficiências, melhorar as soluções nele preconizadas e colmatar lacunas e omissões.

Em comunicado assinado pelo Secretariado da sua Direcção Nacional, referindo-se a esta questão, a JCP chama a atenção para a importância desta ratificação, pondo em relevo o facto de com ela se pretender alargar o prazo previsto no diploma para entrega dos requisitos (de quatro para seis meses), ao mesmo tempo que se procura instituir o "efeito suspensivo do recurso à decisão tomada pelo Grupo Técnico" (a presente lei, recorde-se, compreende a possibilidade de expulsão do requerente enquanto aguarda decisão do recurso para apresentar em tribunal).

No horizonte da bancada comunista, com este seu pedido de ratificação, está ainda a possibilidade de vir a ser reconhecida a união de facto como relação familiar, bem como o reconhecimento no agregado familiar de todos os órfãos a cargo, sem falar na criação de uma comissão consultiva cujo papel de acompanhamento em todo o processo é do ponto de vista do PCP da maior importância.

Ainda neste domínio, merecedor de realce é também o projecto de lei que a formação comunista entregou na Mesa da Assembleia, no qual se prevêem medidas de apoio à regularização extraordinária de cidadãos não comunitários em Portugal.

Nos seus pressupostos, partindo do princípio de que a situação da maioria dos imigrantes em situação ilegal é extremamente precária e que há desconhecimento ou desconfiança perante a lei, o diploma advoga medidas concretas de apoio às associações representativas dos cidadãos visados pelo DL 212/92, na certeza de que serão estas que melhor poderão contribuir para o sucesso da aplicação do diploma.

Nesse sentido, o projecto de lei do PCP prevê apoios às associações no sentido da contratação de pessoal para trabalho de campo de divulgação e informação junto das comunidades de imigrantes, tal como de apoio à elaboração de materiais e iniciativas destinadas a informar e alertar para o processo em curso.

O estabelecimento do direito de antena às referidas associações no âmbito desta campanha de informação, e a disponibilização por parte do Ministério da Administração Interna (MAI) de pessoal especializado capaz de apoiar o trabalho de consultoria jurídica daquelas estruturas representativas dos imigrantes, constituem outras tantas medidas preconizadas no diploma da bancada comunista.

## Futuro do Alentejo passa pelo Alqueva

«Que pensam os senhores deputados de uma política de desenvolvimento regional e nacional que conduz, ano após ano, cerca de um terço do território nacional de um país à desertificação humana e económica, pondo em causa equilíbrios ecológicos e riquíssimos patrimónios culturais, referências da identidade cultural e colectiva dos que habitam essa região?» A pergunta foi formulada pelo deputado António Murteira, sexta-feira última, na primeira sessão plenária dedicada a questões regionais. Referia-se o parlamentar comunista, nesta sua primeira intervenção na presente legislatura, ao Alentejo, extensa região que, tal como o país, disse, «tem potencialidades e recursos suficientes para se desenvolver mas, onde os homens e as mulheres, os jovens, são obrigados a partir, porque os que detêm o poder lhes têm negado a possibilidade de trabalhar e viver felizes, lá, onde têm as suas raízes existenciais e culturais.»

Daí que, do seu ponto de vista esteja na hora «de decidir se permitimos que continue a ser votado ao abandono 1/3 do território continental de um País da Comunidade, que é o nosso, ou se, apoiando convictamente a construção do Empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo abrimos a esta região o caminho de um futuro de progresso e bem-estar.»

Um futuro melhor que bem poderá estar próximo se, como salientou o deputado comunista, o novo Plano de Desenvolvimento Regional, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, contemplar finalmente a construção do Alqueva.

E a verdade é que não há razões para que assim não seja, até porque, lembrou-o António Murteira, os estudos recentemente encomendados pelo Governo, quer o Relatório Preliminar, quer agora o Estudo de Avaliação Global, são claros quanto a uma questão central em causa e explicitam, preto no branco, que «só a criação de uma albufeira de grande capacidade permitirá regularizar parte significativa das aflúncias do Guadiana. Criada essa albufeira, haverá então, à luz das infra-estruturas já construídas e do planeamento já existente, quer em Portugal, quer em Espanha, capacidade para satisfazer, praticamente sem restrições, as necessidades de uma área regada de 180 mil hectares.»

Lembrando outra conclusão do Relatório, o deputado do PCP eleito pelo círculo de Beja referiu ainda que «sem a albufeira de Alqueva não é possível regar o Alentejo» e sem regar o Alentejo perdemos o comboio para um futuro de progresso e vamos permitir que continuem a ser expulsos das suas casas e das suas terras dezenas de milhares de portugueses.»



O problema das acessibilidades constitui uma das preocupações do Município

## Loures supera atrasos e aposta no desenvolvimento

Os problemas da Área Metropolitana de Lisboa decorrentes do agravamento das assimetrias regionais, do processo de desertificação do interior do País e da pressão demográfica, voltaram a incitar as atenções do Plenário. Desta feita, no centro do debate, introduzidas pelo deputado Jerónimo de Sousa, estiveram concretamente algumas questões relacionadas com o concelho de Loures, o segundo maior do País em termos de população, recenseadas no decorrer das Jornadas Parlamentares do PCP ali recentemente realizadas.

Particularmente em foco na intervenção do deputado comunista estiveram os sucessivos adiamentos na construção da CRIL e da CREL e da variante de Odivelas, facto responsável pela criação de situações de ruptura nas entradas para Lisboa, designadamente em Sacavém e na área da Calçada de Carriche.

«As filas intermináveis, nomeadamente na EN nº 10 sobrecarregada pelo escoamento de trânsito vindo da Bobadela leva a que milhares de trabalhadores e estudantes se levantem às 5.30 horas da manhã para fazer 20 Km em duas horas», lembrou a propósito o deputado comunista, num relato que é um paradigma do drama a que quotidianamente são sujeitos os cidadãos que vivem na periferia da capital, adiantando que se trata de um problema extensivo às empresas situadas na corda industrial de Sacavém, S. João da Talha e Santa Iria, a braços com pesadas consequências económicas devido às dificuldades de acesso à cidade.

No capítulo da saúde, cujo diagnóstico mereceu também uma detalhada análise da sua parte, Jerónimo de Sousa chamou a atenção para o facto de apesar dos esforços e da disponibilidade do Município na cedência de terrenos, e não obstante os seus mais de 380 mil habitantes, Loures «continua a aguardar pela decisão do Governo em construir um hospital com valência de maternidade».

Recordado foi ainda, neste domínio, que os centros de saúde e os SAP sofrem tremendas consequências pela falta de uma unidade hospitalar, que o Centro de Saúde de Odivelas tem mais utentes que todo o distrito de Beja, e que o SAP de Moscavide, a servir mais de 120 mil pessoas, situado num pequeno andar com duas ou três assoalhadas, com carências gritantes de meios de diagnóstico, pouco mais pode fazer do que mandar as pessoas para o Hospital de S. José.

Analisadas por Jerónimo de Sousa foram ainda a questão da segurança dos cidadãos, o mercado abastecedor de Lisboa, a acção das autarquias e dos seus eleitos, a actividade dos Bombeiros e o regresso dos salários em atraso à empresa SAAL.

## Escolas de Évora

## Falta de condições e meios afectam abertura do ano escolar

A falta de condições para a generalização da reforma educativa ao 7º ano e para a aplicação do novo sistema de avaliação do ensino básico está a constituir motivo de preocupação para as escolas do distrito de Évora. Nessa situação estão pelo menos as escolas secundárias Severim de Faria e Gabriel Pereira, de Montemor-o-Novo, e André Gouveia, de Évora, há dias visitadas pelo deputado comunista Lino de Carvalho, no quadro da preparação do debate sobre o Orçamento do Estado para 1993.

Na base desta situação, que levou já os conselhos directivos das respectivas escolas a declarar que o novo ano começa sob o signo da ausência de condições para poder ser um êxito, está um conjunto de carências e problemas, relacionados, entre outros aspectos, com a falta de meios de apoio, de horários disponíveis, de acções de formação e inclusive com a própria definição dos critérios que deverão presidir ao novo sistema de avaliação. Conselhos direc-

tivos houve, salienta um comunicado da DOREV emitido a propósito deste assunto, que referiram estar-se perante uma «mentira institucionalizada».

Na decorrer da sua visita, em que foi acompanhado por Alexandre Rodrigues, membro da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, Lino de Carvalho teve ainda ensejo de constatar que a falta de pessoal auxiliar e administrativo chega a atingir em algumas escolas 50 por cento das necessidades, por virtude do Ministério da Educação se recusar a abrir os quadros e dos contratos a prazo não estarem a ser renovados, facto que põe em causa a própria funcionalidade de muitos estabelecimentos de ensino.

Esta situação é tanto mais grave, na perspectiva do PCP, quando se assiste a uma crescente superlotação das escolas visitadas que, no seu conjunto, têm hoje mais de 7000 estudantes (foram construídas para cerca de 4600 alunos), ao mesmo tempo que a construção de novas escolas está paralisada ou em

fase de grande atraso relativamente aos prazos definidos.

Citado por exemplo é o caso da Escola C+S de Montemor que era para estar pronta em Julho, e que se encontra ainda muito longe de estar concluída, o que obriga os alunos e professores a terem aulas em instituições degradadas, onde chove, sem condições pedagógicas.

O desvio das áreas tecnológicas dos estabelecimentos de ensino público para o ensino privado foi outro dos temas que suscita a preocupação e a crítica por parte de alguns conselhos directivos que a este respeito salientaram a circunstância das escolas estarem a perder professores em área técnicas devido à ausência de condições de remuneração.

Particularmente verberada foi a perspectiva do aumento de 4,5 por cento que o Governo quer impor e que põe em causa todas as expectativas criadas com a revalorização da carreira docente.

# CDU debate Guimarães

Militantes comunistas e outros democratas identificados com a CDU reuniram-se em Guimarães para análise da vida dos órgãos autárquicos do município, bem como para o lançamento da sua participação nas próximas eleições autárquicas.

No encontro concluiu-se que «existe hoje na sociedade vimaranense um desencanto que, nalguns casos, se traduz em frustração, perante a inoperância, ineficácia e incapacidade verificadas tanto na Câmara como na Assembleia municipais, em razão da instrumentalização e partidarização de que foram objecto». A partidarização daqueles órgãos «está para Guimarães como a governamentalização cavaquista está para o Estado, ambos constituindo grave entorse da nossa vida democrática e uma aberração, se praticada por quem a critica no plano nacional», sublinhou-se no encontro, acrescentando-se:

«Neste contexto de atropelo deliberado às regras do funcionamento colegial, democrático e aberto da Câmara e da Assembleia, o que se pode esperar dos eleitos pela CDU é a denúncia das arbitrariedades, o chamar da atenção para os casos de falta de transparência, a recusa em dar cobertura ao pseudodiálogo, bem como a crítica pertinente às manobras e comportamentos que, no

limite, contribuem para desacreditar instituições basilares do poder local democrático».

«Não pode passar sem referência explícita — afirmou-se mais adiante — o facto de a Câmara recusar debater as grandes opções para o desenvolvimento da cidade e do concelho, assim como não toma a iniciativa nem apresenta propostas para colectivamente e em sede própria serem discutidas políticas sectoriais, sejam o ordenamento do concelho, seja a crise da habitação, sejam os transportes, sejam as construções clandestinas e a regeneração de áreas degradadas onde o Centro Histórico se inclui, naturalmente».

Foi igualmente condenada «a reacção política de pessoal» conduzida pelo executivo camarário vimaranense, praticada, segundo a CDU, «mais no intuito de amedrontar e tentar domesticar» do que promover uma real justiça nas relações de trabalho. É neste quadro que se insere «a criação desnecessária da polícia municipal, corpo estranho e de legalidade muito discutível, verda-

deira guarda petroniana do chefe e razão de ser da campanha difamatória contra a fiscalização em geral», acusa a CDU, que afirma não discutir o exercício do poder disciplinar. «Discute e discorda é dos tratamentos desiguais de casos semelhantes, suspeita e crítica é dos casos mandados arquivar, de declarações de infracções cometidas que se finge ignorar e, sobretudo, não deu nem dará cobertura a tratamentos discriminatórios que nesta região do Vale do Rio Ave são apanágio e motivo de orgulho dos sectores mais ultramontanos do patronato têxtil, e contra os quais os trabalhadores se erguem nas fábricas. O que não é bom quando praticado por esses patrões, não passa a ser bom se praticado pelo PS/António Magalhães», adverte a CDU.

Quanto às Juntas de Freguesia de maioria CDU, «estão a cumprir o prometido aos eleitores e são exemplo vivo de uma gestão aberta, dialogante, onde todos os eleitos participam e que o povo controla. Particular atenção mereceu o caso de Serzedelo, vítima da cegueira do PS e mormente do presidente da Câmara, que sobre ela fizeram recair as suas iras e frustrações, perseguindo-a e discriminando-a, cortando-lhe participações e apre-

sentando-a aos olhos da opinião pública como exemplo de uso indevido de dinheiros públicos e responsável pelo cometimento de diversas irregularidades que nunca tipificou. Uma a uma, as acusações caem pela base por falta de comprovantes, e a justiça se encarregou de fazer a Câmara e os municípios pagarem a miopia do presidente, mandado reintegrar ou indemnizar os trabalhadores afectos à distribuição da luz eléctrica, sem que o acusador viesse publicamente pedir desculpas pela infâmia e a injúria que tinha despolegado», realçou a CDU, acrescentando:

«Nas freguesias onde está em minoria, a CDU participa e colabora na resolução dos problemas locais, enquanto fiscaliza e opina sobre os actos das respectivas administrações, acção de que resultam benefícios para as populações. As eleições autárquicas de 1993 podem e devem ser preparadas desde já. Tanto quanto possível, a CDU concorrerá com listas próprias quando esse for o interesse das populações e houver condições para uma participação que dignifique os candidatos e honre a Coligação.»

## Câmara de Coimbra

### PS não faz nem deixa fazer

O vereador CDU na Câmara de Coimbra lamenta que as suas propostas, alvo de atrasos e de outras dificuldades, se devam ao facto de predominarem na autarquia «critérios sectários» da responsabilidade do PS. Conforme já anteriormente afirmara o mesmo vereador e como repetiu ao «Avante!», o partido maioritário na Câmara Municipal não atende «ao valor intrínseco dos projectos propostos» e prefere «pseudo-interesses partidários mais ou menos obscuros».

Sobre esses interesses e a classificação que lhes atribui, o vereador CDU limita-se a «sublinhar afirmações que a seu tempo já produziu publicamente». No seu entender, esses interesses prejudicam «o desenvolvimento da cidade, do concelho e do bem-estar dos munícipes».

A título de exemplo, recorda o não agendamento da proposta de criação do cargo de Provedor do Município; o atraso de propostas para a renovação da frota dos serviços de higiene; e o atraso na aquisição de peças para viaturas, com prejuízos contabilizados, como sucedeu recentemente com a necessidade de alugar uma máquina para o aterro sanitário e do aluguer de um autotanque para vazamento das fossas no Choupalinho, e que custaram alguns milhares de contos ao erário municipal.

O mesmo vereador, referindo-se ainda a projectos no âmbito do pelouro que lhe está distribuído, destaca três e salienta a sua importância para o concelho, a saber: mercados retalhistas de D. Pedro V e de São José; mercado abastecedor; e projecto intermunicipal para tratamento de lixos, com a criação da ERSUC, SA, empresa de capitais mistos.

Noutra oportunidade voltaremos ao assunto, que a CDU/Coimbra trata com mais pormenor em comunicado recente.

## A festa de Miragaia

Mais de uma centena de activistas e apoiantes da CDU participaram no Jantar Comemorativo dos 11 anos da Junta CDU de Miragaia. Num ambiente de franca animação, destacou-se a intervenção de Joaquim Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Miragaia desde 1981, que se referiu às realizações levadas a cabo nos últimos 11 anos, e apontou as principais linhas de acção da CDU para os próximos anos: a continuação da intransigente defesa do direito à habitação por parte da população de Miragaia, a melhoria global da quali-

dade de vida da sua população, a construção da Escola C+S (em que urge que a CMP cumpra rapidamente os compromissos assumidos, sob pena de se perderem os apoios do PRODEP), a Frente Urbana de Miragaia, o Parque Urbano de Miragaia (antigo Horto das Virtudes).

Lusitano Correia, vice-presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, transmitiu as saudações da Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP aos activistas da CDU de Miragaia, com destaque para o Presidente da Junta, Joaquim Nas-

cimento, e para a diferença que marca a actuação desta Junta de Freguesia.

Em nome da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, Macedo Varela saudou os presentes e destacou o carácter humanista da acção da Junta CDU de Miragaia, em contraste com a actual glorificação de um individualismo feroz. Reafirmou haverem hoje ainda mais razões para que os comunistas e os seus aliados se orgulhem das suas acções, ao reverem-se na actuação da CDU em Miragaia.

O Vereador da CDU, Luís Oliveira Dias, ausente por força das suas funções numa cerimónia oficial, enviou uma calorosa mensagem, que foi lida aos presentes, expressando o desejo de que, daqui a outros onze anos, Joaquim Nascimento presida a outro jantar igual. A mesa que presidiu ao jantar anunciou ainda que Joaquim Nascimento será, em 1993, o candidato da CDU à reeleição para a Presidência da Junta de Freguesia de Miragaia.

## Montijo passado em revista

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP analisou recentemente alguns aspectos da situação política e social, perspectivas de desenvolvimento futuro do Concelho, debateu os projectos de alterações ao Programa e aos Estatutos do PCP e aprovou a calendarização de Assembleias Plenárias que irão eleger os Delegados ao XIV Congresso do Partido a realizar nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro próximo. Tomou também conhecimento do resultado de uma visita Inspectiva aos serviços da autarquia correspondente ao mandato de 1986/1989, período em que o Município foi gerido pela coligação PS/PSD.

De entre as várias irregularidades declaradas, avultam as praticadas na área do recrutamento, promoção, reclassificação e selecção de pessoal.

No total, estão envolvidos mais de 200 trabalhadores, vítimas de um processo conduzido de forma irresponsável e politicamente condenável pela gestão PS/PSD.

Abrangendo trabalhadores de todas as áreas funcionais da Câmara Municipal, «a situação herdada (mais uma a juntar à situação de caos financeiro, inexistência de obras e de projectos) prejudica não só os trabalhadores, como também o actual executivo camarário na sua actividade e funcionamento e a população que corre o risco de atrasos em obras e prestação de serviços», sublinha a Comissão Concelhia do PCP, que manifesta «a sua inteira solidariedade para com os trabalhadores envolvidos e o total apoio aos eleitos comunistas na

Câmara Municipal que, mais uma vez, se vêem confrontados com situações ilegais herdadas do anterior mandato e às quais terão de dar a devida solução».

Foram também abordadas as questões centrais relacionadas com o PDM e as perspectivas de futuro desenvolvimento do concelho do Montijo.

Decidida a construção da nova ponte sobre o Tejo com localização entre Montijo/Olivais, «é de esperar um acelerado crescimento do Concelho nas áreas económicas», considera o PCP, que acrescenta:

«Entretanto, deve esclarecer-se que a construção da nova ponte, só por si, não resolve os problemas da esmagadora maioria da população do Montijo. Transformar crescimento económico em desenvolvimento integrado e harmonioso é um objectivo central do PCP para o País, o Distrito e o Concelho».

A Comissão Concelhia congratula-se ainda com o facto de estar em fase final da sua execução um conjunto de obras da responsabilidade da Câmara Municipal do Montijo, que irão beneficiar as populações do Concelho — Piscinas, Biblioteca, Capelas, Cais dos Vapores, Estrada dos 4 Marcos, Habitação Social da Caneira e da Atalaia, Saneamento das Taipadas, abastecimento de água a S. Isidro, entre outras. «Ao Governo devemos exigir que cumpra também com as suas obrigações e promessas em áreas tão carenciadas como a da Saúde, da Rede Viária, Educação e Ensino, da Segurança Social», sublinhou-se, finalmente.



## TRABALHADORES

# Reprivatizar a Siderurgia é «irresponsabilidade política»

— afirma a Federação sindical

«Um acto de irresponsabilidade política» é como a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal classifica a recente decisão de reprivatizar a Siderurgia Nacional. A FSMMP acusa o Governo de, com esse processo, não salvaguardar «os interesses nacionais, nomeadamente no que se refere à inovação tecnológica e ao mercado».

Sexta-feira passada, aquela organização sectorial da CGTP dirigia aos órgãos da comunicação social um comunicado onde destaca que 20 milhões de contos para adquirir o património da SN e o seu mercado (nacional e internacional) é muito pouco.

## Mais de 40 milhões custou só a reestruturação

A Comissão Executiva da FSMMP sublinha, por outro lado, que «só na recente e tão badalada reestruturação da empresa foram gastos mais de 40 milhões de contos».

O processo implicou, além disso, o despedimento de «mais de 50 por cento dos trabalhadores».

Assim, para a FSMMP, «torna-se ainda mais vergonhoso que Cavaco Silva e os seus ministros entreguem de mão beijada ao grande capital este património» — atitude que considera de «subor-

dinação completa do interesse nacional aos interesses transnacionais».

A Federação protesta em nome dos trabalhadores. Estes «precisam de uma política que fomenta o emprego e a melhoria das condições de vida». No entender da FS, isso não é compatível com «a óptica federalista de Maastrich», na qual se encaixa a operação de entrega da Siderurgia a «grupos económicos estrangeiros».

A FSMMP afirma, por último, que «os trabalhadores repudiam esta decisão (na SN) e vão prosseguir a luta para salvaguardar os seus direitos e os interesses nacionais».

# Orçamento O Governo não olha a meios

Na semana passada, altura em que conhecia apenas as GOPs (Grandes Opções do Plano) e as verbas globais do PIDDAC (CEE), a CGTP-IN criticava o teor daqueles dois documentos por constituírem uma tentativa para «diminuir o défice do Estado sem olhar a meios». A expressão, usada para caracterizar o comportamento quanto à delegação de competências nas autarquias «sem a consequente transferência orçamental», aplica-se no entanto à posição geral da CGTP sobre o Orçamento do Estado para o próximo ano.

A redução do défice orçamental aponta, segundo a CGTP-IN, para duas vias: limitar a função social do OE e conter o crescimento salarial dos funcionários públicos, ou seja, o seu salário real.

Quanto à «enorme injustiça fiscal que paira na nossa sociedade», acrescenta, «nada é feito para contrariar». Ao contrário do que acontece com os rendimentos dos trabalhadores, «as receitas patrimoniais praticamente não são tributadas», refere a CGTP que especifica: «A fraude e a evasão fiscal aumentam, nomeadamente no caso do IVA, pelo que o seu peso tem vindo a diminuir no PIB» (Produto Interno Bruto), no nosso país.

No entender da Central, «paradoxalmente, verifica-se, ainda, que os incentivos fiscais, para além de serem acrescidos, não são contabilizados no Orçamento do Estado».

Propõe-se até, no que respeita ainda a esses incentivos, «a sua expansão ao investimento no estrangeiro, sob o nome de internacionalização das empresas», critica a CGTP.

Por outro lado, com a propagação da denominada «exclusão social», o Estado aponta para «a redução do papel que lhe deveria caber no combate às injustiças sociais». Essa redução é, para a CGTP, «patente quando se fala da saúde e da segurança social».

Refere, por outro lado, a

Central que o PIDDAC «apenas prevê cerca de 7 milhões de contos» para promover a habitação social.

No que toca «aos aumentos propostos para a função pública (4,5 por cento)», a CGTP considera-os «claramente injustos». Nenhum economista à frisa a Central unitária à «acredita que a inflação se situe abaixo dos 7 por cento». Além disso, os 4,5 são só 2,5, «porque se aplicam à específica à apenas aos 8 por cento do ano passado», ignorando «os outros dois por cento».

A estratégia do Governo, «além de incorrecta», não pode servir de pretexto para baixos salários.

Ainda na semana passada, depois de uma audiência de duas horas com o Primeiro-Ministro, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, dizia aos jornalistas não haver razões para a contenção salarial no nosso país.

económicos para fomentar os baixos salários, «quando

Para a CGTP-IN, o Governo não tem motivos para dirigir recomendações ao patronato», disse aquele dirigente sindical, acrescentando: «Pela nossa parte, vamos continuar a insistir na ideia de que há condições para o crescimento dos salários, e vamos lutar por isso».

# CGTP intervém contra doenças profissionais

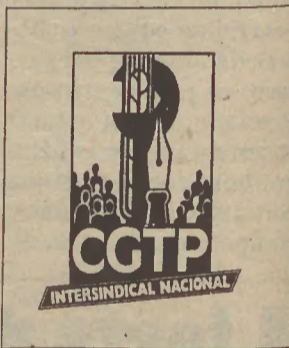
A CGTP divulgou sexta-feira passada um programa para ajudar à prevenção e combate às doenças contraídas nos locais de trabalho.

No final de um seminário sobre o assunto, efectuado em Lisboa, Maria do Carmo Tavares, dirigente da Central, disse à Lusa que o silicone e o ruído estão entre os elementos que provocam mais doenças profissionais.

O seminário sobre higiene e segurança no trabalho permitiu divulgar as conclusões dos programas levados a cabo nesse âmbito pela Central.

Uma comissão multidisciplinar elabora entretanto um manual sobre higiene e segurança no trabalho.

A dirigente da Central organizadora do seminário disse ainda à Lusa que a acção sindical desenvolvida nesse domínio «não passa de uma gota de água no oceano», mas pouco a pouco vai-se mudando a situação. Foi revelado, segundo a Lusa, que a CGTP-IN desenvolveu ultimamente em 338 locais



de trabalho uma acção de sensibilização contra o alcoolismo.

A Central apresentou no seminário 17 estudos sobre as condições de higiene e segurança em diversos sectores de actividade. Para servir de documentação de consulta, acrescenta a Lusa, esses estudos serão enviados à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para a execução de um programa contra os efeitos do silicone e do ruído na saúde dos trabalhadores, a CGTP anunciou que vai candidatar-se a um financiamento no âmbito dos fundos (PEDIP) da Comunidade.

## Forte movimentação na Função Pública

# Médicos anunciam 3 dias de greve

As organizações sindicais dos trabalhadores da Função Pública, dos médicos e da Administração Local tomaram nos últimos dias várias posições convergentes que, embora com objectivos específicos, prevêem a ida para a greve.

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM), à semelhança da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o STAL e outras organizações sindicais, inclusivamente algumas afectas à UGT mobilizam forças para uma paralisação em 6 de Novembro.

Para o mesmo dia e para 19 e 20 do próximo mês, destaca-se a convocação da greve dos médicos, aprovada no passado fim-de-semana pela FNAM em Coimbra (ver página 9).

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul, organizado na FNAM, acusava entretanto o Governo de nem sequer ter enviado previamente àquela Federação o texto do decreto-lei sobre «o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde» que, além de outras disposições de «extrema gravidade», cria «uma lista de excedentes para os funcionários, que não sejam incluídos nos novos quadros, por despacho do ministro da Saúde».

Ao convocar uma assembleia de delegados sindicais para ontem, 21, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores dava relevo especial ao «processo reivindicativo» e afirmava nomeadamente:

«O Governo não dialoga nem negocia. Encena consultas aos sindicatos para depois vir dizer que nos ouviu e aplicar medidas que são o inverso do que defendemos e reivindicamos».

## O caso do Barreiro

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul revelou a semana passada que o serviço de urgência do hospital do Barreiro «funciona à custa da exploração do trabalho médico». Cerca de 100 médicos, acrescenta o SMZS, reunidos durante perto de três horas em 13 do corrente, responsabilizaram o conselho de administração daquela unidade distrital por pretender «obrigar os médicos a cumprir as escalas do serviço de urgência, sabendo de antemão que não lhes vai pagar, pois será ultrapassado o limite legal de trabalho extraordinário».

Situações idênticas têm ocorrido noutros hospitais, com protesto público e recurso a formas de luta, como ainda recentemente aconteceu com estabelecimentos hospitalares do Algarve.

Com apoio sindical, os médicos do Hospital Distrital do Barreiro aprovaram «as medidas necessárias» para a «reposição de um ambiente de eficácia técnica, de acordo com a lei vigente». Não excluíram, no entanto, «o recurso a atitudes mais drásticas, caso se torne necessário», afirma o SMZS.

Ainda com incidência nos serviços públicos, são de assinalar, entre outras, a luta dos técnicos auxiliares sanitários (afectada a vigilância sanitária das águas, nomeadamente), trabalhadores consulares e das missões diplomáticas, com intervenção dos respectivos sindicatos junto dos órgãos do poder e da opinião pública, na defesa de posições que interessam, nas suas grandes linhas, a toda a população.

# Reestruturação na PSP começa pelo telhado

A reestruturação de corpos policiais tem sido preparada no Ministério da Administração Interna sem a participação da generalidade dos interessados, sobretudo dos agentes. Em entrevista ao programa «Pelo Sim Pelo Não» da Antena 1 (rádio), o presidente da Associação Socio-Profissional da PSP, José Carreira, sublinhou que os polícias «vão continuar a bater o pé e a dizer ao ministro que se for

para a frente com os seus intentos vai deixar de poder contar com eles» (os polícias). Para o presidente da ASPP — esta reclama o estatuto de sindicato — a reestruturação da PSP «começou pelo telhado», e a ideia de que «vão estar mais polícias na rua não passa de uma imagem de marca que o ministro Dias Loureiro pretende transmitir».

# Teledifusora de Portugal Sem feixes

Os trabalhadores é que não compreendem por que razão se desmantela um sistema próprio que funciona bem para alugar à Telecom um serviço que começou logo mal

No final deste Inverno os trabalhadores da Teledifusora de Portugal começaram a ver nas instalações da empresa pessoal da Telecom. Repararam nalgumas notícias que foram saindo aqui e ali. Até que, por fim, conseguiram saber que a TDP ia ficar sem os feixes hertzianos, por sinal o sector que dá mais lucros e mais hipóteses de rentabilização da empresa. A TDP mantém os emissores e retransmissores, desmantela a sua rede de feixes e aluga este serviço à Telecom.

«Os trabalhadores não entendem por que é que se desmantela a rede que temos e se vai alugar o serviço a outra empresa», afirma Viriato Jordão. Conscientes de que, a breve prazo (nomeadamente com as transmissões via satélite) a rede de feixes vai ser «um negócio de milhões de contos», os trabalhadores não podem deixar de admitir que se trata de «dar os feixes a amigos, para eles explorarem».

O coordenador da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, que é também dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e da Comunicação Audiovisual, não hesita em considerar que esta medida é resultado da luta de *lobbies* dentro das telecomunicações, de que saiu vencedor o *lobby* da Telecom, «mesmo contra o decreto que criou a TDP e os estatutos em que se define os objectivos da empresa».

## Abril de 1991

Por decreto-lei publicado a 8 de Abril de 1991, do património da Radiotelevisão Portuguesa foi «destacado» património para ser constituída a TDP, EP, que imediatamente passava a TDP, SA, com capitais públicos. O «destaque» incluía a rede de transmissores, retransmissores e feixes hertzianos no Continente e nas regiões autónomas, apontando-se como objecto da nova empresa «a gestão e exploração da rede de telecomunicações que constitui o suporte dos serviços de difusão de sinais de rádio e de televisão e o desenvolvimento de actividades anexas ou complementares», segundo os estatutos da TDP, EP, ou «o exercício da actividade de transporte e difusão de sinal de televisão e rádio».

No preâmbulo do diploma até se assinala que «importará, todavia, rentabilizar os investimentos já efectuados pela Radiotelevisão Portuguesa, EP, quer na rede, quer nas infra-estruturas, aproveitando este património e evitando uma dispersão dos recursos financeiros existentes».

Apesar das boas intenções que, tendo como pano de fundo a abertura da televisão à exploração por privados, alguns poderiam ver (e houve quem até acreditasse em tais boas intenções), a verdade é que desde o princípio a TDP não emenda erros apontados pelos trabalhadores ainda antes da cisão e persiste numa política de factos consumados, preferindo a imposição administrativa ao diálogo.

Foi o que se passou com a separação da RTP e a constituição da TDP, em que centena e meia de trabalhadores foram forçados a acompanhar o património transferido, sem serem tão-pouco informados do projecto que estava em curso. A tão-pouco informados do projecto que estava em curso. A denúncia desta forma de transferir trabalhadores como se fossem mero equipamento e o descontentamento que ela provocou são patentes num inquérito da revista da Casa do Pessoal da RTP, publicado no número de Setembro/Outubro de 1991.



Viriato Jordão, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações

«Mas muitos dos que ainda manifestavam alguma esperança ou expectativa face à nova situação, um ano depois já subscreveram um abaixo-assinado exigindo justiça», sublinha Viriato Jordão. Este documento foi entregue ao presidente da administração da TDP ainda antes do início das emissões da SIC, mas já depois de uma greve de 15 dias às horas extraordinárias por parte dos técnicos de electrónica.

Os trabalhadores da TDP queixavam-se das condições de trabalho e dos sacrifícios que, «com profissionalismo, zelo e competência», têm feito ao longo dos anos, protestando porque «nada disto tem contado para as chefias». Depois de recordarem que a nova empresa «começou mal», mas que, «apesar de tudo, criaram-se no espírito dos trabalhadores fundadas esperanças», constata-se que estas «cedo se esfumaram» e que «a desilusão é completa». A concluir, o abaixo-assinado dos técnicos de electrónica prevenia que «a paciência tem limites», apelando à administração da TDP, na pessoa do seu presidente, «para que as injustiças e discriminações que estes profissionais sofreram ao longo dos anos sejam corrigidas e que de futuro não se voltem a repetir».

## E agora...

A julgar pelo que se está a passar com o desmantelamento dos feixes para alugar o serviço à Telecom, os trabalhadores continuam a contar pouco para quem decide dos destinos da Teledifusora. Mas não é por isso que os seus representantes deixam de denunciar e combater situações que, como esta, consideram de autêntico escândalo.

«Em todos os países as redes de emissão têm também os feixes para o transporte de sinal», diz Viriato Jordão, referindo o espanto com que camaradas de trabalho de outros países reagem ao saber das mudanças em curso em Portugal.



Estas mudanças, aliás, já se fizeram sentir. Como revelou ao «Avante!» o dirigente do sindicato mais representativo na TDP, só no primeiro dia de emissão da SIC (que começou a utilizar o novo transporte de sinal) perderam-se 28 minutos de emissão, mais do que em 35 anos de emissões da RTP. E, prevê Viriato Jordão, «os cortes de emissão vão repetir-se, sobretudo quando começarem as chuvadas».

Ao contrário do prometido para justificar o aluguer, o transporte de sinal ainda não é feito em fibra óptica (excepto num troço em Lisboa), mas em feixes digitais. No Alentejo e Algarve ainda está a ser usado o sistema antigo.

A preocupação do dirigente sindical, ele também funcionário da TDP no emissor de Monsanto, é o facto de estar em causa «a imagem da empresa e dos trabalhadores, devido a problemas por que não somos responsáveis». Como alternativa, a Federação e o STT são de opinião que «deveriam ter sido feitos investimentos na rede de feixes para melhorias, e isso custaria menos que o que se paga à Telecom». Neste momento, reafirmam o apelo que têm vindo a fazer: não se deve desmantelar a rede de feixes da TDP, a administração deve mostrar ao Governo que esta medida é um erro e o Governo deve retroceder na sua decisão.

A não ser que o interesse dos *lobbies* e dos seus lucros valha mais que o interesse dos telespectadores, das estações de televisão e dos trabalhadores da TDP.

■ DM

## Privatizações renderão 225 milhões até 1995

Sob o título «Sector público vive situação grave», o gabinete de imprensa da CGTP-IN distribuiu segunda-feira o seguinte comunicado:

«As organizações representativas dos trabalhadores do sector empresarial e administrativo do Estado reuniram-se hoje na sede da CGTP-IN para analisarem a situação do sector, tendo concluído que a mesma se «degrada de dia para dia e põe em causa não só os direitos dos trabalhadores, mas também os interesses nacionais».

«A reunião foi promovida pela CGTP-IN, pela CIL e Coordenadora e Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Banca, e contou com a presença de representantes das federações e uniões sindicais, das coordenadoras regionais e sectoriais das CT's e das principais empresas do sector.

«A resolução aprovada hoje (19) recorda que o Governo prevê, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado para 1993, a diminuição para metade do peso do sector público na economia, entre 1991 e 1995, através de privatizações, cujas receitas se cifram em 225 milhões de contos.

«As privatizações abrangem quer o sector empresarial quer o sector administrativo do Estado. 'Copiando a desas-

trosa política de M. Thatcher, o Governo avança já para a liquidação do Serviço Nacional de Saúde», diz o texto da resolução acima referida. «Tal projecto, a ser concretizado, conduziria a que centenas de milhares de portugueses ficassem impedidos de ter acesso à Saúde», acrescentam as organizações presentes na reunião.

«Os resultados das privatizações estão à vista, afirmam. À sua custa, os grupos estrangeiros estão a adquirir posições-chave na economia, servindo frequentemente os capitalistas nacionais como meio de cobertura à penetração do capital estrangeiro.

«As ORT's denunciam, por outro lado, o facto de as privatizações estarem a ser acompanhadas da instauração, prévia e propositada, de um clima de instabilidade e intimidação dos trabalhadores, através de medidas de 'reestruturação' e de 'racionalização', que são responsáveis pela liquidação de milhares de postos de trabalho. Essas medidas consubstanciam igualmente uma séria ameaça aos direitos e regalias sociais dos trabalhadores e das populações.

«A resolução apelada de escândalo a violação frontal e assumida dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, resultante do processo das privatizações. O

Governo, no entanto, nada faz para restabelecer a legalidade.

«Perante este quadro, as ORT's decidiram alertar, através de diversas acções, os trabalhadores, a população e os Órgãos de Soberania para a gravidade da situação vivida no sector público.

«Decidiram ainda reiterar junto da Assembleia da República a exigência, já formalizada em petição, para que interceda para sustentar o processo de privatizações, sujeitando cada caso a uma profunda análise. A AR deverá proceder a um inquérito com vista a apurar a existência de situações de subavaliação das empresas e determinar responsabilidades.

«As ORT's reclamam, por outro lado, o pleno respeito pelos direitos legais e contratuais dos trabalhadores e reafirmam a sua firme determinação de defender os postos de trabalho, de exercer o direito à greve e o direito de contratação colectiva sem quaisquer restrições.

«Exigiram, por fim, que o Estado abandone os seus projectos de liquidação do Serviço Nacional de Saúde e cumpra as suas obrigações sociais.»

## Denuncia o MARN

# Rendeiros sem terras a partir deste domingo

Se uma petição no Parlamento não for aprovada, os rendeiros podem ficar sem terras já a partir do próximo domingo. Também não podem reformar-se antecipadamente e a burocracia sonega-lhes subsídios. São os parentes pobres da agricultura.

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) decidiu lançar uma petição pública que será levada à Assembleia da República e onde se propõe aos deputados uma alteração à Lei do Arrendamento Rural de forma a impedir que a partir de 25 de Outubro, domingo próximo, os rendeiros possam, pura e simplesmente, ser despejados das terras que arrendam, mesmo que fiquem sem casa para habitar ou sem possibilidades de assegurar a sobrevivência económica.

Segundo o MARN, a única organização representativa dos rendeiros do Norte, muitos rendeiros receberam já a comunicação do senhorio para saírem das terras e casas, tudo por via do Decreto-Lei n.º 385/88 que regulamenta o arrendamento rural por quatro anos, que agora terminam, sem que esteja previsto nenhum mecanismo de oposição dos rendeiros ao despejo, quando haja alegação por parte dos senhorios de que pretendem as terras para as cultivarem directamente.

«Este Decreto-Lei não acautela qualquer defesa para o rendeiro, o qual nem sequer terá possibilidades de justificar em tribunal que o senhorio não tem condições de levar a cabo o cultivo que se propõe», afirma a petição

do MARN que lembra que a Lei anterior à actual «previa sempre a oposição do rendeiro ao despejo quando isso colocasse em risco a sua sobrevivência económica ou o risco de não conseguir casa de habitação para morar».

### Contra exclusão da CNA

No mesmo comunicado onde é anunciada a petição à Assembleia da República, o MARN, filiado na CNA - Confederação Nacional da Agricultura, e que se afirma «vítima de uma evidente discriminação por parte do Governo e do Ministério da Agricultura», protesta pela não inclusão da CNA no seio do recém-criado Conselho Económico e Social.

«A rejeição da CNA pelo CES é uma medida antidemocrática e reflecte a preocupação em governamentalizar este novo órgão institucional», afirma o movimento de rendeiros do Norte que conclui: «O Governo continua a afirmar a máxima «eu quero, posso e mando», não respeitando a real representatividade dos parceiros sociais para tentar assim conseguir uma concertação tipo *pronto a vestir*».

Sobre a situação actual



Trabalhar agora na terra pode não significar qualquer tipo de ganhos para os rendeiros portugueses

dos rendeiros, o MARN assinala a falta de escoamento da batata e do vinho e afirma ainda que os rendeiros são «considerados como os *parentes pobres* da agricultura e, apesar da sua importância social e económica (nomeadamente na região Norte onde das cerca de 200 mil explorações existentes, perto de 65 mil são arrendadas), os agricultores rendeiros foram sempre marginalizados em todo o processo que culminou com a nova PAC e foram completamente desprezados pelo ministro da Agricultura e pelo Governo».

### Nem reforma antecipada nem subsídios da Comunidade

Num inventário às consequências da PAC para os

rendeiros portugueses, o MARN refere o facto de aqueles não se poderem candidatar à reforma antecipada por não serem proprietários de terra e «no que diz respeito às ajudas à pecuária os agricultores rendeiros (alguns com 50 cabeças de gado) depressa se viram desmotivados devido às exigências burocráticas para inscrever os animais, nomeadamente quando lhes foi exigido o número de matriz da propriedade».

«Num momento em que o INGA e o Governo prevêem prejuízos na ordem dos 10 milhões de contos para o Estado português em verbas que não serão transferidas da Comunidade Europeia por só se terem inscrito a devido tempo apenas 50 por cento dos efectivos pecuários (no Norte só se inscreveram 20 por cento) é aberrante que por razões burocráticas os agricultores rendeiros sejam

### Seminário sobre PAC e Alentejo

## Barragem do Alqueva é cada vez mais urgente

A Barragem do Alqueva «mantém a sua actualidade», mesmo no quadro da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), a qual «penaliza particularmente o Alentejo».

Esta a posição defendida em Évora durante o debate sobre a reforma da PAC e as suas incidências no Alentejo realizado no passado dia doze no Palácio Dom Manuel em Évora, promovido pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA).

O debate reuniu várias dezenas de sindicalistas, autarcas, agricultores, técnicos da especialidade e representantes de cooperativas e entre as dezenas de intervenções estiveram as do vice-presidente da FENCA e deputado comunista, Lino de Carvalho, as do deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Rogério de Brito, do ex-ministro da Agricultura, Oliveira Baptista, e do docente na Universidade de Évora, Carlos Marques.

Em declarações à agência LUSA, Lino de Carvalho defendeu a necessidade de se definir uma política da água que possa permitir alargar as áreas de regadio no Alentejo.

Lino de Carvalho, que é também vice-presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, lembrou que o Governo deverá tomar brevemente uma posição sobre a construção do empreendimento do Alqueva, talvez até Março do próximo ano.

O deputado considerou que a reforma da PAC «beneficia os países do Norte da Europa, mas penaliza francamente os países do Sul, como Portugal». Para o Alentejo a situação será ainda mais grave: «o Alentejo será uma região periférica num país periférico» já que, segundo Lino de Carvalho, a PAC perspectiva uma redução da produção cerealífera e o abandono das terras.

O debate promovido pela FENCA surgiu devido ao facto da reforma da Política Agrícola Comum ter «introduzido na agricultura da região vários factores de incerteza quanto ao seu futuro e quanto ao futuro de milhares de trabalhadores e agricultores».

novamente discriminados e não tenham o subsídio que viria atenuar a baixa de rendimento prevista para os próximos quatro anos», conclui o MARN.

## Deficientes portugueses em Congresso

# Ainda a luta pelo direito à vida à reabilitação e ao trabalho

A Lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, o fim da década das Nações Unidas para as pessoas com deficiência e a exigência junto do Governo de cumprimento dos princípios e objectivos do Programa Mundial de Acção das Nações Unidas relativo a pessoas com deficiência são alguns dos pontos em debate no quinto Congresso Nacional de Deficientes que no próximo fim-de-semana se realiza nas instalações da Faculdade de Economia do Porto sendo promovido pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes.

A leitura pública, feita pela terceira vez, de depoimentos de deficientes portugueses (submetidos ao título «Cartas da Vossa Vida») será outra das iniciativas feitas no âmbito deste Congresso. Algumas destas «Cartas» foram anteriormente enviadas à Assembleia Geral das Nações Unidas e pretendem ser um testemunho demonstrativo da realidade da vida da pessoa deficiente em Portugal.

A UCNOD pretende a revogação do decreto-Lei 184/92, e neste sentido fez já uma recolha de mais de mil assinaturas numa petição entregue na Assembleia da República e acusa a legislação existente no nosso país de desfasada das necessidades e, em certos casos, contrariando mesmo essas necessidades dos deficientes em áreas como a legislação laboral ou atribuição de pensões.

No domínio da prevenção da deficiência, a UCNOD

lamentava que, para além de algumas reuniões e debates, muito pouco se tem feito, nomeadamente para diminuir o número de acidentes de viação e de trabalho.

Na saúde, o Governo retirou a gratuitidade aos medicamentos e a situação poderá agravar-se com a nova reforma do sistema de saúde anunciada pelo ministro Arlindo de Carvalho.

Na educação e formação, os deficientes portugueses continuam a sentir a falta de apoio no ensino básico, secundário e superior. Entretanto, foi encerrado o Centro de Recursos de Educação Especial de Coimbra, o único que dava uma resposta minimamente eficaz em matéria de educação especial.

Quanto à formação profissional, a verdade é que os apregoados milhões gastos nesta matéria não proporcionaram um aumento de empregos para deficientes, já que a formação ministrada não tem em conta o mercado de trabalho nem a própria habilitação literária do formando.

A introdução na Lei Laboral da inadaptação ao posto de trabalho como motivo justo para despedimento é altamente negativa para os trabalhadores deficientes, a que se junta a ausência, em matéria de emprego, de uma «quota de emprego obrigatório» e de informação e sensibilização sobre a Lei dos «incentivos ao emprego de deficientes».

Carências na cultura, recreação, desporto, transportes,

acessibilidades, pensões (a de invalidez é de cerca de 22 mil escudos) serão igualmente discutidas no Congresso dos deficientes.

Uma Tabela Nacional de Incapacidades desactualizada e com 30 anos, a superlotação permanente do Centro de Reabilitação de Alcoitão e o «escandaloso» caso de concessão e reparação das próteses e ortóteses são outras preocupações dos deficientes.

Neste último caso, passam já três anos desde que os hospitais atendem unicamente os casos mais urgentes, pois o Governo iniciou uma, até agora inconcluída, reorganização dos serviços de Ortopedia, que faz com que os hospitais se recusem a prestar aquele serviço, estando muitos deficientes fechados em casa, sem possibilidades de sair, caso não possuam condições económicas para pagar a compra ou reparação das próteses e ortóteses que necessitam para se deslocar. Uma situação que já levou a Associação Portuguesa de Deficientes a utilizar a expressão «prisão sem grades».

De realização trienal, o Congresso de deficientes «vai discutir e aprovar o plano de acção e o caderno reivindicativo nacional dos deficientes portugueses», segundo diz a Comissão Organizadora. A eleição dos corpos gerentes da UCNOD para o próximo triénio será outra das tarefas deste Congresso.



## Dezenas de razões para greve de médicos

# «Reforma Arlindo» faz transbordar a taça

Os médicos vão para a greve em três dias de Novembro. Estão contra o ministro Arlindo Carvalho, em defesa de si próprios e de uma população que só terá saúde se tiver dinheiro.

Um protesto contra as decisões do Ministério da Saúde que culminaram com a recente aprovação da reforma do sistema de saúde em Portugal, está na base da convocação de um conjunto de greves de médicos a 6, 19 e 20 de Novembro, numa decisão da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) a afirmar que mesmo antes desta modificação no Serviço Nacional de Saúde, havia razões para a paralisação dos médicos.

A destruição dos serviços públicos de saúde com a sua entrega à iniciativa privada, o não pagamento de horas extraordinárias aos médicos, a diminuição dos horários nos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) obrigando por vezes ao seu encerramento, faltas em hospitais de coisas essenciais como seringas, medicamentos, material de pensos ou até papel higiénico, fazem parte de uma lista de reclamações que vem já de longe e que motivou a FNAM a encarar há algumas semanas a possibilidade de uma convocação de uma greve.

Mas outras achas para a

fogueira foram entretanto deitadas: «a publicação recente do estatuto do Serviço Nacional de Saúde sem audição prévia da FNAM constitui a mais grave ameaça dos últimos anos aos mais elementares direitos dos médicos e de outros sectores laborais da saúde». O comunicado emitido no final da reunião de Coimbra no domingo passado do Conselho Nacional da FNAM que convocou estas greves (a primeira das quais coincide com a greve da administração pública) diz que esta estrutura vai «repudiar totalmente» o sistema de saúde que o Governo quer implantar já que o seu conteúdo vem «liquidar o direito à saúde das populações, passando os cidadãos a serem assistidos conforma a sua capacidade económica».

«A perspectiva obsessiva de privatização dos serviços públicos de saúde, contida no estatuto, revela que o Ministério pretende colocar em *trespasse* todo este importante e delicado sector», sublinha a estrutura de sindicatos médicos que contesta ainda a criação de listas

de excedentes e «a possibilidade de deslocar arbitrariamente os profissionais de saúde para outras regiões do país sem ter em conta o vínculo laboral».

A FNAM refere que os médicos têm sido confrontados com «uma gestão desastrosa do Ministério da Saúde que tem levado à acumulação de dívidas, de inúmeros problemas socioprofissionais e à publicação de diversas medidas profundamente gravosas dos seus legítimos direitos e interesses».

Aliás, a confusão parece reinar no Ministério, já que, por exemplo, foi tornado público que um projecto de decreto-lei referente a horários e funcionamento das urgências hospitalares (que o Sindicato dos Médicos do Sul com apoio da FNAM já contestou) foi remetido às administrações hospitalares para audição mas, no entanto, o ministro Arlindo Carvalho afirma publicamente que tal projecto não existe.

Não pagamento de retroactivos e dívidas em horas extraordinárias, manutenção inconstitucional de diferenças salariais entre médicos, manutenção ilegal do regime de transição do Novo Sistema Retributivo, ofensiva ilegal contra a dedicação exclusiva, controlo e limitação de

prescrição de medicamentos, aprofundamento da governamentalização dos hospitais e ARS's, limitação sem precedentes da autonomia técnica científica do exercício da profissão médica, compadrio e clientelismo nos concursos de progressão na carreira, tentativas de eliminação de especialidades hospitalares e publicação de diplomas sobre internatos médicos extremamente lesivos para os jovens médicos são outros problemas que justificam esta posição da FNAM.

### Eleições para a Ordem

É neste clima que se iniciou o processo que conduzirá à eleição de novos corpos gerentes da Ordem dos Médicos. A candidatura de Santana Maia a bastonário congrega o apoio de todas as associações nacionais de carreiras e das estruturas sindicais, segundo afirmou a semana passada o candidato à Agência LUSA. O actual presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos adiantou que a sua candidatura conta com o apoio das Associações Portuguesas da carreira hospitalar, clínica geral, saúde pública e jovens médicos.

Também a FNAM e o Sindicato Independente dos Médicos expressaram publicamente o seu apoio a Santana Maia.

A FNAM justifica o apoio a Santana Maia pelo seu passado de luta na defesa da classe e pela sua demarca-

ção, no seio da Ordem dos Médicos, relativamente a um alinhamento com as posições do Ministério da Saúde o que «permitiu a promulgação de legislação lesiva de anteriores conquistas sindicais e abriu a porta à aprovação do estatuto do Serviço Nacional de Saúde».

## Médicos do Algarve já em greve

Todos os Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde do Algarve fecharam ao fim-de-semana, pela segunda segunda vez consecutiva, devido à greve convocada pelo Sindicato dos Médicos do Sul para todos os sábados e domingos, a exigir o pagamento correspondente a remunerações especiais por trabalho prestado nestes dias.

A paralisação, que abrange o pessoal médico e administrativo, visa igualmente a garantia do descanso semanal, de acordo com o previsto na Lei. O sindicato acusa a Administração Regional de Saúde de Faro de não a estar a cumprir, apesar de tentativas dos trabalhadores nesse sentido.

## Luta contra aumento das propinas

• A Associação de Estudantes da Universidade de Évora convocou uma greve por tempo indeterminado como forma de protesto contra as propinas, fixadas numa reunião do Senado em 55 contos por ano. A greve começou na terça-feira e os estudantes entregaram um abaixo-assinado ao reitor Santos Júnior a solicitar uma reunião extraordinária do Senado com o objectivo de alterar o montante e calendarização fixadas.

• A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) decidiu a semana passada «apoiar activamente» as Associações de Estudantes e os órgãos das escolas que resistam aos aumentos das propinas no ensino superior. A Fenprof entregou um documento no Ministério da Educação onde acusa o ministro Couto dos Santos de estar a transferir para os estabelecimentos de ensino superior os conflitos provocados pelo aumento das propinas, responsabilizando-os pela obtenção de uma receita para tapar «os buracos do seu magro salário».

O ministro pretende, assim, «aliviar-se de um conjunto de responsabilidades que lhe competem quer no campo social quer no campo financeiro», diz a Fenprof.

• O colectivo da Juventude Comunista Portuguesa da Universidade de Aveiro regista em comunicado «com apreço os recentes desenvolvimentos da luta contra o aumento das propinas verificados na Reunião Geral de Alunos (RGA) da Universidade do passado dia 14» onde os estudantes presentes aprovaram uma moção contra o aumento das propinas. Uma manifestação com «enorme impacto na cidade» no dia 24 de Março é especialmente assinalada pela JCP que acusa a Associação de Estudantes daquela Universidade de se resignar «com orgulho» a pagar as propinas e estar disposta a negociar o aumento em troca de um apoio social que os estudantes têm desde sempre direito. Pretensões contrariadas na referida RGA o que leva a JCP a defender que a Direcção da AE não negociem com o Governo esta questão e a realização de um referendo na Universidade de Aveiro sobre o tema.

• Um «grupo de alunos contra as propinas» assina um comunicado posto a circular na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro onde se defende a ilegalidade do estabelecimento do valor das propinas para este ano já que a decisão foi tomada pela comissão permanente do Senado e não em reunião plenária desse organismo universitário. O grupo de alunos apelou aos representantes dos estudantes no Senado para defenderem os interesses dos estudantes e apelou à participação na Reunião Geral de Alunos de ontem onde o problema iria ser discutido.

## Professores comunistas de Braga denunciam situações degradantes

# Escolas onde se cortam mesas e se dividem salas ao meio

A situação escolar no distrito de Braga tem «contrastes gritantes com o optimismo governamental no que respeita à abertura do ano escolar», diz-se num comunicado saído da reunião da semana passada do Organismo dos Professores Comunistas daquele distrito.

A desmentir a propaganda governamental, os professores comunistas assinalam que «as escolas de todos os graus de ensino herdaram ano após ano os problemas não resolvidos dos anteriores e um orçamento cada vez mais reduzido, que não chega nem para as despesas correntes».

Num levantamento regional, «cuja realidade é uma amostragem fiel dos problemas nacionais», assinala-se a sobrelotação da maioria das escolas preparatórias C+S e secundárias. «As escolas C+S de Pevidém, Tadem, a preparatória de Vizela e a secundária Carlos Amaranje têm as suas bibliotecas ocupadas com aulas, no caso de Pevidém até há aulas no refeitório!», exemplifica o comunicado.

«As preparatórias de Guimarães e Taipas têm cinco e seis turmas do quinto ano a funcionar nas escolas primárias da Quintã e São Martinho de Sande», apesar de serem mantidos o mesmo número de funcionários auxiliares.

«A escola secundária de Vizela tem quatro turmas do 12.º ano a funcionar na escola primária mais próxima», enquanto na secundária Sá de Miranda «faltaram quatro salas de aula, pelo que houve muitos alunos e obrigou a uma reformulação de horários» e na Alberto Sampaio «houve que dividir as salas, para caberem mais turmas (alunos e professores não

têm espaço para circular)», assinalam os professores comunistas de Braga.

Turmas com mais de 30 alunos e oito ou nove horas de aulas diárias são situações «normais», como sucede também nas secundárias de Vila Nova de Famalicão, Camilo Castelo Branco e D. Sancho.

Outras situações tristemente «normais» são as faltas de pavilhões para Educação Física nas C+S de Urgeses, Pevidém, preparatória de Creixomil e outras, ou ainda a existência de uma C+S em Fermentões unicamente no papel, já que na prática a escola está a funcionar na primária do Motelo.

Falta de mobiliário, degradação do que existe (na Alberto Sampaio chega-se ao extremo de dividir as mesas ao meio para mobilar as salas), falta de material para os grupos específicos, insuficiente número de funcionários desde os Jardins de Infância até às Escolas Secundárias, são outras situações denunciadas pelos professores comunistas de Braga.

## ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL



edições Avante!

PCP

# Agrava-se a situação social e desenvolve-se a luta de massas

## ● Notícias das organizações do PCP

As Direcções das Organizações Regionais do Partido continuam a desenvolver os trabalhos preparatórios do próximo Congresso do PCP por todo o País. Segundo as notas publicadas no seguimento das suas reuniões, as DOR's, que analisaram ainda os aspectos mais relevantes da situação política e social em cada distrito, constatarem invariavelmente o agravamento da situação social e dão notícia das lutas de massas que visam contrariar a ofensiva que se manifesta por parte do Governo contra os trabalhadores e contra os interesses das populações em geral.

### DORBraga

A Comissão Executiva da DORP Braga do PCP concluiu que a grande movimentação social a que se assiste confirma a existência de condições propícias para o rápido desenvolvimento e generalização da luta de massas contra esta ofensiva:

— Os trabalhadores da Função Pública apontam o recurso à greve contra o tecto salarial de 4,5 a 5,5%, a aplicação da «lei dos disponíveis», entre outros objectivos;

— Os professores denunciam a política educativa do Governo e mobilizam-se para a greve e outras formas de luta para a satisfação das suas reivindicações;

— Os estudantes do Ensino Superior Público de todo o País rejeitam o aumento das propinas; na U. Minho cerca de mil estudantes em RGA votaram a recusa ao seu pagamento;

— Os médicos e outros trabalhadores da Saúde lutam pelo pagamento das horas extra em dívida, denunciam a degradação dos serviços de saúde (Hospital de S. Marcos) e condenam a mais recente decisão governamental para a liquidação completa do Serviço Nacional de Saúde;

— Os trabalhadores da Grundig/Blaupunkt continuam a lutar contra a prepotência da Administração;

— Os trabalhadores dos sectores Têxtil e Vestuário, do Calçado, da Indústria Metalúrgica, Química e outras, enfrentando uma grave crise que vai pondo em causa um número crescente de empresas e postos de trabalho, preparam-se para duras negociações no quadro da contratação colectiva.

Saudando os estudantes e os trabalhadores em geral pela combatividade que estão a

dar provas, a C.E. da DORB apela à continuação e alargamento da luta como forma de fazer frente à política governamental.

### DORGuarda

A DORG do PCP analisou a situação política e social do Distrito e decidiu fazer eco público das seguintes apreciações:

Há um agravamento social em diversos sectores económicos com evidentes reflexos negativos em camadas sociais já hoje desprotegidas. Os reformados da indústria têxtil perderam regalias na aquisição de medicamentos. Diversas empresas deste sector têm o pagamento de salários em atraso, sendo a Fisel o caso mais grave, pelo elevado número de trabalhadores que tem e pelo arrastar no tempo desta situação. Os agricultores e as adegas cooperativas continuam com dificuldades de escoar os seus produtos, caso do vinho e da fruta. Os preços ao produtor não têm correspondência com os elevados preços pagos pelo consumidor.

Noutras áreas também há situações preocupantes. O desemprego continua a subir. São 2800 os inscritos nos serviços de emprego do Distrito, sendo elevado o número dos jovens à procura do primeiro emprego. Isto indica que a pressão para a desertificação continua e que não são falsas as afirmações dos governantes, quer quanto aos números de desempregados, quer quanto aos postos de trabalho criados.

A abertura do ano escolar veio confirmar a falta de condições existentes no ensino. Turmas superlotadas, escolas sem instalações desportivas, falta de aquecimento, professores que continuam indefinidamente contratados, sem vínculo laboral ao Ministério da

Educação, falta de formação para aplicar a reforma curricular.

### DORSA

No debate realizado na sua última reunião a DORSA concluiu que, contrariamente a recentes afirmações de várias entidades — Mira Amaral entre elas —, a situação no distrito não é de normalidade e franco progresso, mas sim de um agravamento acentuado em que os principais traços se caracterizam por:

Empresas que encerraram; Matrena, confecções Banatina, Scálabis Confecções, Intexta Confecções, Meristema, etc.

Empresas com salários em atraso; SUEPU, Fiação Tomar, Porto Cavaleiros, FMATE, várias empresas + 500 trab. do sector das madeiras, etc.

Empresas que estão a proceder (a despedimentos) reduzir efectivos: Porto Cavaleiros, Fiação de Tomar, IFM, em percentagem elevada CP, Caima, Renova, Escolas etc., em número mais reduzido.

Outro tipo de dificuldades: Hospital Distrital de Santarém com estrangulamento financeiro, dificuldades em pagar aos fornecedores, várias empresas vocacionadas para apoio à agricultura com problemas, perspectivavam-se despedimentos na R. do Tejo, EDP, etc.

No sector da construção, jovens nas férias foram pagos com Tickets de refeição e na hotelaria aparecem indicações de exploração de trabalho infantil.

Confirmou-se o agravamento de repressão nas empresas e em particular junto dos activistas, surgindo algumas empresas onde os trabalhadores estão proibidos de falarem entre si.

### DOREV

A Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV) do PCP, reunida a 17 de

Outubro de 1992 com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, debateu os Estatutos e Programa e fez uma primeira análise das Teses para o XIV Congresso do PCP. Abordou ainda algumas questões da situação política e social.

Quanto ao actual programa agora proposto, regista-se que corresponde aos interesses do País, às aspirações profundas do povo e propõe uma política alternativa no caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência, da paz e do socialismo.

No que respeita aos Estatutos as alterações propostas procuram definições mais rigorosas, maior aprofundamento de princípios e adequação de normas particularmente relativas à definição da natureza de classe do Partido, ao seu papel de vanguarda, à inserção da sua actividade no movimento comunista, ao sistema de alianças, à teoria marxista-leninista, aos princípios orgânicos, aos objectivos, às condições para ser membro do Partido, assim como aos seus deveres, às obrigações dos comunistas nas organizações de massas e no exercício de cargos públicos, à disciplina e à ligação com a JCP.

Em particular foi salientado, na discussão da DOREV, a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a estrutura orgânica do Partido no Distrito e em todo o Alentejo, de molde a que o PCP mantenha e reforme a sua capacidade de intervenção nos problemas de âmbito regional, na defesa da melhoria de condições de vida e do desenvolvimento do Alentejo, na ligação às populações.

Na primeira abordagem sobre as Teses, a DOREV do PCP considera um documento ainda inacabado mas que contribuem desde já para um exame profundo da evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, faz um balanço sobre a actividade do Partido durante esse período, traça objectivos e tarefas que se colocam ao Partido no futuro.

## Não a Maastricht

A questão de Maastricht e a luta contra a ratificação do tratado em Portugal continuam a suscitar, da parte dos comunistas, um empenhamento porfiado, com as organizações do Partido a desenvolverem importantes iniciativas de esclarecimento. Damos aqui algumas notícias que nos vêm chegando de todo o País.

### Aveiro

Nos primeiros dias do mês, como por todo o País, também em Aveiro se procedeu à distribuição do folheto Cresce a força do Não e de um autocolante, e também à recolha de novas adesões a um abaixo-assinado promovido por um conjunto de personalidades, no qual se apela à recusa da ratificação do Tratado de Maastricht.

Segundo a Nota da DORAV entretanto publicada, «os pontos fortes no distrito de Aveiro, desta campanha, foram as acções desenvolvidas no dia 3, nas cidades de Aveiro e de Espinho. Outras acções decorreram entretanto no interior, e à porta de diversos locais de trabalho no distrito.

«Em pouco mais de uma semana foram recolhidas centenas de assinaturas de pessoas provenientes das mais diversas áreas políticas, idades e profissões, muitas das quais com evidente protagonismo nas actividades económicas, sociais e culturais da região.

«É de referir que entre as adesões recolhidas destacam-se as de alguns responsáveis de organizações agrícolas e de cerca de 150 dirigentes e delegados sindicais do distrito de Aveiro, o que comprova repúdio que o Tratado de Maastricht merece entre aqueles que produzem a riqueza na região.»

### Braga

A Direcção da Organização Regional de Braga, por seu lado, promoveu um conjunto de iniciativas e acções no dis-

trito, integrando o seu esforço na campanha nacional em curso para o esclarecimento e a recolha de assinaturas de apoio ao Apelo à Assembleia da República para que não aprove o Tratado de Maastricht.

Nesse sentido, realizou, ao longo da passada semana, acções de contacto junto dos trabalhadores e da população em geral, em várias sedes concelhias do distrito. Na terça-feira da passada semana, foi em Braga e em algumas empresas do concelho. Na quarta, em Vila Nova de Famalicão. Na quinta, em Barcelos e, na sexta, em Guimarães.

Ainda na sexta-feira à noite, o deputado comunista no Parlamento Europeu, Rogério de Brito, participou num debate aberto, realizado no Salão da Junta de Freguesia de S. Lázaro, em Braga, e promovido pelos organismos da Saúde e do Ensino da DORBraga, cujo tema foi «O Tratado de Maastricht e a Independência Nacional — problemas para a nossa economia, questões sociais e de ordem cultural».

### Bragança

«Para participar num debate promovido pela Direcção Regional de Bragança do Partido Comunista Português, esteve nesta cidade o deputado do Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, membro do Comité Central do PCP e vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu.

«No dia 16 de Outubro, o eurodeputado participou numa iniciativa realizada no Auditório Paulo Quintela, que contou com a presença de cerca de 70 pessoas de variados quadrantes ideológicos.

«A sessão foi aberta com uma detalhada intervenção inicial de Joaquim Miranda, que apresentou as razões do PCP para se opor à ratificação do Tratado e defendeu a necessidade da realização de um amplo debate nacional sobre esta questão, que culminaria com a realização de um referendo.

«Após a intervenção inicial, seguiu-se um período de vivo debate. O eurodeputado comunista respondeu a questões

## Comunistas empenhados

colocadas por vários dos presentes, de vários quadrantes ideológicos, entre os quais dois membros da Assembleia Municipal de Bragança eleitos pelo CDS e PSD.

«No decorrer da sessão subscreveram o abaixo-assinado contra a ratificação do Tratado de Maastricht várias das personalidades presentes, nomeadamente da área do PS (vereadora municipal e cabeça de lista à AM) e CDS (membro da AM).

«No sábado, Joaquim Miranda, acompanhado pelo responsável da Direcção Regional do PCP, teve uma reunião com sindicalistas do distrito de Bragança, nomeadamente do Secretariado da União dos Sindicatos e da Direcção Distrital do Sindicato da Função Pública.

«Na reunião foi recolhida uma detalhada informação sobre a situação social e laboral no distrito e prestadas informações sobre as posições do PCP em relação ao processo de integração europeia, nomeadamente no plano social.»

### Sesimbra

Ainda inserida nesta campanha de esclarecimento, mas já no âmbito da preparação do próximo Congresso do PCP, a Comissão Concelhia de Sesimbra levou a efeito na passada sexta-feira uma sessão-debate, em que participaram os camaradas João Amaral, membro do CC e deputado, Augusto Flor, da Comissão Executiva da DORS, e Augusto Pólvora, da Comissão Concelhia do Partido e vereador da Câmara Municipal de Sesimbra.

O debate, que teve lugar na Biblioteca Municipal de Sesimbra, contou com meia centena de presenças, que opinaram e questionaram sobre Maastricht. Na assistência, podiam ver-se professores, dirigentes associativos, jovens, pescadores, técnicos e intelectuais que, no total, apresentaram cerca de sessenta questões, abarcando um largo conjunto de problemas.

De salientar que os presentes se pronunciaram maioritariamente por um debate nacional e por um referendo, tal como

## PCP

**A DORL e os «passes sociais»**

Tomando posição na sequência do anúncio da criação de dois novos passes sociais «específicos» para a cidade de Lisboa, a DORL do PCP publicou o seguinte comunicado:

«Não é aceitável que a utilização dos passes «Carris» e «Metro», bem como relativamente a quaisquer outros, seja limitada exclusivamente aos dias da semana e a um horário restrito, no Caso da Carris.

«Este facto insere-se numa progressiva orientação que visa reduzir a função do transporte público ao objectivo de deslocação trabalho/casa, dificultando e impedindo objectivamente uma vivência colectiva e cultural empobrecendo a participação social dos cidadãos.

«A criação de passes específicos destas empresas não pode deixar de ser considerada num quadro que, a prazo e com a progressiva privatização das empresas de transportes, se traduzirá na redução dos benefícios dos passes sociais (preços e existência do passe intermodal) numa lógica de aumento do custo de transportes a pagar pelos utentes.

«Em vez do progressivo aumento dos títulos de transporte público e da degradação das condições de serviço prestado o que se impõe é que o Governo dote o Orçamento de Estado para 1993 das verbas necessárias às empresas públicas de transportes através do reforço das indemnizações compensatórias».

**Metalúrgicos comunistas de Braga**

O Comité dos Metalúrgicos do Partido Comunista Português, em reunião do passado dia 9/10, fez a análise da situação social que se vive nas empresas do Sector Metalúrgico no distrito de Braga:

— Verifica-se uma cada vez maior

redução dos postos de trabalho e alguns encerramentos na generalidade das empresas;

— Continua a repressão e discriminação sobre os trabalhadores activistas sindicais;

— Acentua-se o atraso no pagamento dos salários no final de cada mês;

— Há empresas que ainda não pagaram o subsídio de férias aos trabalhadores.

Confirmam-se assim todas as preocupações colocadas há uns anos a esta parte, relativamente ao futuro de muitas empresas do sector no distrito.

O Comité dos Metalúrgicos considera que na origem desta situação está a integração de Portugal na CEE e agravar-se-á com o Tratado de Maastricht.

Assim, o Comité dos Metalúrgicos pergunta: onde está a estabilidade do emprego apregoada pelo Governo PSD/Cavaco Silva?

**600 sem tecto em Camarate**

São mais de 600 pessoas em risco de ficarem sem tecto nos próximos dias — denuncia a Comissão de Freguesia de Camarate do PCP, em cujo comunicado se lê:

«Centenas de famílias têm sobrevivido, em dois edifícios degradados sem quaisquer condições de higiene e habitação.

«Na maioria cidadãos africanos, excluídos da «democracia de sucesso» cavaquista, sujeitos a condições de trabalho e «habitação» desumanas, vêm-se confrontados com uma ordem de despejo depois de anos e anos à espera de decisões das autoridades governamentais.

«Ao desprezo do Governo tem a Câmara Municipal de Loures procurado contrapor o encontrar de soluções (embora não seja da sua competência), tendo disponibilizado o terreno para a construção das habitações pelo Poder Central.

«Da parte do Governo, que tem as verbas, os meios necessários e a quem cabe a responsabilidade legal da resolução do problema nunca houve qualquer resposta.

«A Comissão de Freguesia de Camarate do PCP expressa a sua mais viva indignação».

«Exigimos o cancelamento da ordem de despejo e a imediata tomada de medidas pelo Governo, que retirem moradores da situação profundamente desumana em que se encontram».

**CP retira material circulante na estação de Bragança**

«Contrariando promessas, o Conselho de Gerência da CP e o Governo avançam para o encerramento definitivo do troço Bragança-Mirandela da Linha Férrea do Tua.

«Neste momento (24 horas do dia 13 de Outubro) estão a ser retiradas, «pela calada da noite» e com grande aparato policial, as automotoras que ainda se encontravam na Estação da CP em Bragança» — afirma a DORBA do PCP em recente comunicado.

«A DORBA do Partido Comunista Português repudia estas manobras e a atitude de cobardia que representa levantar o material durante a noite, no mesmo dia em que a maioria dos trabalhadores a prestarem serviço em Bragança estão fora.

«A DORBA do PCP alerta a população para mais uma medida gravosa para a região, tomada nas costas da população».

«É necessário que o Governador Civil (destacado dirigente do PSD) e o Presidente da Câmara Municipal (apoiado pelo PS) expliquem claramente as suas responsabilidades neste processo».

**As cidades alentejanas no limiar do século XXI**

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, realizou-se no passado dia 10, com a participação do camarada Luís Sá, da Comissão Política do Partido, e de presidentes de Câmaras de cidades alentejanas e outros autarcas e especialistas na área do urbanismo, um colóquio subordinado ao tema «As Cidades do Alentejo no Limiar do Século XXI», com o objectivo de identificar problemas comuns e iniciar um debate necessário que perspectiue o desenvolvimento de uma das regiões mais deprimidas da Comunidade Europeia, com preservação dos seus centros históricos e a harmonização entre o meio rural e urbano.

Desta iniciativa saiu um documento que, para além de apelar à reflexão sobre os problemas em debate, adianta algumas importantes medidas económicas, sociais, políticas e culturais. Entre estas, destaca-se a necessidade de retomar o Alqueva e de desenvolver e diversificar as valências do Complexo de Sines; a de desenvolver a agricultura e a criação de indústrias agro-

-alimentares; a de promover um plano integrado de desenvolvimento do turismo em toda a região, com a criação das respectivas infra-estruturas.

A cooperação e solidariedade entre as cidades, a criação de planos de salvaguarda dos centros históricos, o incremento, o intercâmbio e apoio às infra-estruturas de Ensino e formação que promovam a fixação de quadros na região, a construção e articulação coordenada dos equipamentos e serviços ligados à Protecção Civil e à saúde e, ainda a concretização das regiões administrativas como factor de desenvolvimento que respondam às aspirações e interesses das populações, impedindo e combatendo o centralismo e o livre arbítrio do poder central, são outras tantas medidas apontadas no documento.

O colóquio concluiu que, «no âmbito do quadro comunitário de apoio, é urgente que as cidades reivindiquem medidas de excepção de apoio na concretização e elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Alentejo».

**esclarecimento**

o propõe o PCP, em que o povo possa definir o seu futuro. Foi ainda sugerido que o Governo mandasse imprimir algumas dezenas de milhares de exemplares do Acordo e as distribuisse.

Após o debate, que terminou tarde, seguiu-se uma recolha de assinaturas contra a ratificação do Tratado.

**Leiria**

Promovida pela Comissão Concelhia do PCP, realizou-se em Leiria, numa sala do Hotel Liz, uma sessão de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, que contou com a participação de Carlos Brito, membro da Comissão Política, e José Augusto Esteves, membro da Comissão Executiva Nacional do CC.

Com a sala repleta de um público muito interessado e participativo, o debate prolongou-se durante mais de duas horas. As atenções convergiam para as graves transferências de soberania, as limitações à independência nacional e para as nefastas consequências sociais do Tratado, de que são exemplo o Orçamento de Estado que o Governo acaba de apresentar e que é feito sob a inspiração de Maastricht, como sublinhou Carlos Brito.

**Lisboa**

De 14 a 17 de Outubro último, no Rossio, a Direcção da Organização da cidade de Lisboa do PCP levou a efeito uma exposição subordinada ao tema «PCP diz Não a Maastricht».

Durante quatro dias, milhares de pessoas visitaram o pavilhão onde tiveram oportunidade de apreciar as opiniões e propostas do PCP. Três debates animaram o espaço da exposição onde participaram Octávio Teixeira, João Amaral e Jerónimo de Sousa. Dezenas de perguntas foram feitas pelos presentes nas conversas com os deputados do PCP.

Verificou-se um grande consenso entre os participantes quanto à preocupação sobre os efeitos deste Tratado caso



visse a ser implementado, nomeadamente a perda da independência nacional, na economia e finanças, na defesa e segurança interna, na indústria e agricultura, foram ainda colocadas várias perguntas sobre as grandes questões nacionais que hoje afectam os portugueses: tecto salarial, as privatizações, saúde, a lei antigreve e as intenções de destruição do actual sistema dos passes de transportes públicos.

Participantes nos debates declararam que, apesar de não serem simpatizantes do PCP, se encontravam solidários com as suas posições sobre Maastricht.

Foram recolhidas algumas centenas de assinaturas do apelo de personalidades independentes para que a A. R. não ratifique o Tratado.

**Vila Real**

De Vila Real, foi o próprio camarada Vasco Paiva, da CEN do CC, responsável pela respectiva Direcção Regional, quem nos enviou o texto que aqui reproduzimos:

«No sábado passado, Maastricht foi tema de debate em

Vila Real e Chaves. Sérgio Ribeiro — economista e deputado do PCP no Parlamento Europeu — esteve por cá e coube-lhe a tarefa de esclarecer e explicar.

«A primeira nota vai para o tom coloquial e didáctico com que o nosso deputado abordou o tema, o que motivou um interesse permanente de todos os presentes que seguiram o caminho da análise desde Roma até Maastricht e percorreram as razões que nos levam a dizer NÃO a Maastricht e as razões que tornam este assunto tão importante e colocam a necessidade do seu debate na ordem do dia.

«A segunda nota vai para a forte e numerosa participação nestes debates. Quer à tarde, em Vila Real, quer à noite, em Chaves, as salas em que ocorreram estas iniciativas, apesar de não serem muito grandes, estavam cheias e os presentes aguentaram a pé firme até ao fim. Será ainda justo assinalar que estavam muitas caras desconhecidas, de onde se conclui que o tema e os debates mobilizam também «fora do Partido».

«E a terceira e última nota vai para a juventude. Os jovens estiveram e participaram em grande número — metade da assistência em Vila Real eram jovens e cerca de 30% em Chaves. Jovens universitários no primeiro caso, jovens do ensino secundário e jovens trabalhadores no caso de Chaves. Que conclusões a tirar desta participação juvenil?

«É uma boa e nova geração juvenil — empenhada, preocupada a participativa? São os jovens que se aproximam do Partido e nos querem conhecer, assim como às nossas propostas e participar nas nossas iniciativas, na nossa vida política? É Maastricht, a sua importância, as suas negativas consequências, a vontade de conhecer um acordo e um tratado que pode decidir do futuro do País?

«Poderá ser uma destas razões e, inclinamo-nos, que sejam todas juntas e mais algumas que de momento nos escapam.

«Para finalizar será justo salientar que os participantes aderiram ao NÃO a Maastricht e isto indica que a onda cresce, assim como concordaram que a realização de um referendo sobre Maastricht é um bom instrumento para uma maior participação popular nesta decisão.»

# Angola: O MPLA fala claro

■ A. Villaverde Cabral

O MPLA pronunciou-se, finalmente, sobre as eleições angolanas. Foi uma espécie de pôr os pontos nos is. Não todos (pelo menos pelo que nós sabemos aqui em Portugal) mas os suficientes para se perceber que a Unita de Jonas Savimbi não faz o que quer. O MPLA venceu as eleições e começa a puxar por esses galões democráticos. Já era tempo.

Não eram poucos os angolanos e os amigos do MPLA que começavam a estranhar o silêncio ditado pela prudência e pelo conhecimento de que o isolamento internacional da Unita não era, nem é, tão completo como parece. A Unita tem ainda muitas cartas para jogar e está a jogá-las. São cartas que nada têm a ver com a democracia representativa ou com o processo de paz acordado entre Savimbi e o Governo de Angola. Em boa verdade, as cartas que Savimbi está a jogar são, como sempre foram as suas, cartas viciadas, dessas que, no velho Oeste, eram castigadas com umas boas onças de chumbo. Mas isso é só nos filmes. Em Angola, ou seja, em relação a Angola, a moral é outra. Savimbi, que além de sanguinário é batoteiro, tem direito à benevolência da comunidade internacional instalada. Não é ao benefício da dúvida que Savimbi, Sobrinhos & C.<sup>ª</sup> têm direito. Há muito que não restam quaisquer margens para dúvidas. O cheiro a carne humana queimada na Jamba/Savimbi (há outra, na Huíla) é suficientemente forte para que ninguém possa, em consciência, dizer que não sabe de nada.

O que o MPLA veio agora dizer, depois de uma reunião do seu Comité Central, foi aquilo que se podia esperar. Afinal quem é ganhou as eleições?

Para já (segunda-feira), o MPLA diz que não vai fazer quaisquer coligações, daquelas que a Unita queria. O que Savimbi queria, sabe-se agora, era uma coligação em que o MPLA e a Unita ficavam em pé de igualdade. Ou seja, os que ganharam com quase 20 pontos de diferença ficaram como os mesmos direitos do que os que perderam. Democracia *a la* Savimbi e amigos... Por outro lado, a segunda volta das presidenciais, que Savimbi arrancou ao que tudo indica na secretaria, só se realizará quando a Unita cumprir o acordado em Bicesse, nomeadamente no que diz respeito às forças armadas. As FALA têm de ser extintas, os municípios ocupados à força um pouco por toda a parte depois das eleições têm de ser desocupados. Isto é, os acordos de paz têm de ser cumpridos, o exército único formado e a administração do Estado têm de se fazer sentir em todo o território.

\*  
\* \*

A comunicação social portuguesa, que tanto espaço tem justamente reservado para o processo angolano esquece-se, no entanto, de relatar alguns factos essenciais e outros bastante curiosos.

O que não tem sido relatado são as acções armadas das FALA em todo o território angolano. Quando muito fala-se de «incidentes», de «tiroteio» e outras coisas mais ou menos neutras, sendo raríssima a menção de que tudo isso é originado pela Unita. Não foi até agora relatado — a não ser quando se ouviu a voz de João Lourenço (secretário do Bureau Político do MPLA para a Informação) o movimento generalizado de expulsão de administradores municipais. Tão rápidos a darem conta, de forma sensacionalista e até alarmista, deste ou daquele incidente isolado e pouco relevante, os *media* portugueses não dão importância aos movimentos globais de violação generalizada dos acordos de paz por parte da Unita. Sempre tão lesto a dizer-nos o que pensamos os americanos sobre tudo o que acontece ou deixa de acontecer, eles pouca importância atribuíram à declaração do Departamen-



to de Estado considerando que as eleições angolanas tinham sido «globalmente livres e justas».

Contemos um episódio interessante (que tão pouco chegou aos nossos jornais, rádios e televisões) de que muita gente fala em Luanda. Trata-se mais de uma anedota do que outra coisa. Mas, sendo ou não inteiramente verdade o que se diz, o simples facto de a estória ser contada já revela bem em que conta os luandenses têm o dr. Jonas Malheiro Savimbi.

Diz-se (e a biografia de Savimbi torna o que se diz verosímil) que foi Salupeto Pena quem primeiro levou alguns resultados das eleições ao conhecimento de seu tio e chefe. A reacção do Savimbi às más notícias que o sobrinho lhe trazia foi típica do personagem: um par de chapadas no mensageiro das más novas. Depois, fechou-se num quarto da sua vivenda no Miramar e fechou os ouvidos ao mundo real e hostil. Para comunicar com o seu chefe, os outros dirigentes da Unita tiveram, durante dois dias, de enfiar papelinhos por debaixo da porta.

Poderão alguns leitores pensar que estamos a exagerar, que isto não pode ser e que são estórias da carochinha. Se é verdade ou não, já se disse, não é possível garantir. Mas é o que se conta em Luanda. Por outro lado, como também já se afirmou acima, Savimbi tem uma carreira recheada de episódios e acontecimentos que fazem dele uma pessoa da qual tudo se pode esperar. Não disse ele, na primeira intervenção depois das eleições que a Unita ia

à frente em todas as províncias? E, afinal, duas chapadas no Salupeto não são nada se as compararmos com as fogueiras em que eram lançados homens, mulheres e crianças, lá na Jamba que alguns portugueses visitaram, não tendo visto coisa alguma (se viram, não disseram nada).

\*  
\* \*

Savimbi parece ter exagerado na sua megalomania. Como dizem os comentadores de futebol «levou longe de mais o seu esforço». Isso levou-o a um afastamento que certamente não esperava, por parte de governos até aqui incondicionais apoiantes.

Agora vai ser-lhe muito difícil retomar o caminho das matas. Ao colocar os seus generais (a começar pelo sobrinho general Ben Ben, irmão do Salupeto) a dizer que não aceitam os resultados e que querem é marchar para Luanda, Savimbi tenta jogar uma última cartada chantagista. Mas sente-se que o homem está de cabeça perdida. Ele representa muito mal este papel de democrata. Aceitar as derrotas eleitorais e as regras da democracia multipartidária é coisa que não lhe passa pelo estreito. Savimbi pode prosseguir com uma política terrorista, pode continuar a mandar colocar bombas nas cidades e nos objectivos económicos. Mas não parece que possa fazer uma guerra de guerrilhas por muito tempo. Para isso faltam-lhe os apoios.

Mas o que está a fazer neste momento é já muito grave e merece uma firme condenação pelas Nações Unidas. É indispensável que a Unita permita a livre instalação da administração do Estado em todo o território (incluindo os municípios das «terras do fim do mundo», o Kuangar e o Dirico). É imperioso que as FALA sejam extintas e o exército único comece a funcionar como força armada una e obediente às autoridades legitimamente eleitas.

A comunidade internacional, a começar pelas Nações Unidas, tem a obrigação moral de contribuir para que estes objectivos constantes dos acordos de Bicesse sejam alcançados. Não só para que a segunda volta das presidenciais se possa realizar em condições de transparente democracia, como, sobretudo, para garantir ao martirizado povo angolano a paz a que tem direito e por que tanto anseia.

## O espectro da guerra

No próprio dia em que, na semana passada, se esperava que finalmente saíssem os resultados finais das eleições angolanas, já a imprensa sul-africana (que pode ser considerada um bom barómetro da situação) destacava a possibilidade real de uma nova guerra em Angola. Os acontecimentos posteriores não vêm, infelizmente, afastar essa possibilidade.

Multiplicando as declarações contraditórias, Savimbi, que ora afirma aceitar abandonar as armas, ora se desculpa com os seus «generais» que o querem pressionar para fazer a guerra, parece, com as suas fugas, ausências, declarações e silêncios, vir a ganhar terreno.

Não deixa de parecer sintomático que, ao cabo de algumas semanas de pressão sobre as autoridades angolanas e sobre o Conselho Nacional Eleitoral, retardando a divulgação dos resultados, estes, contra o que antes se anunciava e foi mesmo aceite a nível internacional, mostraram afinal... que será «necessária» uma segunda volta para as presidenciais.

Não deixa de ser curioso, por outro lado, que só depois de divulgados os resultados finais — que dão a José Eduardo dos Santos 49,57 por cento (!) dos votos contra 40,07 por cento a Savimbi — é que a representante do secretário-geral da ONU veio a público afirmar que as eleições foram «de uma forma geral, livres e justas». E se os resultados não dessem para uma segunda volta, que diria a senhora Anstee?

Entretanto, e apesar da larga maioria obtida pelo MPLA — 53,74 por cento contra os 34,10 da Unita, 129 deputados para o primeiro e apenas 70 para o segundo —, e apesar das garantias dadas por Savimbi aos EUA de que «deseja a paz e a demo-

cracia em Angola», apesar também das «esperanças» manifestadas por Pik Botha no final da sua primeira ronda de conversações, o certo é que os actos de violência continuaram e recrudesceram.

As notícias das agências não deixaram de os relatar ao longo da semana. Do «incontrolável tiroteio» registado no Huambo, «protagonizado por militares da Unita», segundo a Lusa, que citava a Angola, logo a seguir ao anúncio dos resultados eleitorais e a uma reunião de Savimbi com os seus colegas da direcção da Unita, à prisão do comandante provincial da polícia de Luanda, sequestrado no mesmo dia (17/10) por elementos da guarda do chefe do movimento de Savimbi na Comissão Político Militar, aos tiroteios em Malange, assim foram as reacções dos perdedores.

Os confrontos do Huambo, soube-se no dia seguinte, teriam provocado duas dezenas de mortes, num primeiro balanço feito no domingo. E, nesse mesmo domingo, recomeçavam as declarações de responsáveis da Unita, recusando os resultados. Salupeto Pena chegou a classificá-los como «fantoçada».

Aceitando os resultados eleitorais para logo os pôr em causa, aceitando encontrar-se com José Eduardo dos Santos para depois não comparecer, manifestando-se pela paz e promovendo a guerra, Savimbi parece apostar no tempo que corre a seu favor e em desfavor da paz. Enquanto o tempo corre e, por exemplo, o Zaire concentra tropas na fronteira com Angola e a imprensa americana alerta para a «formidável força de combate» que a Unita possui, parecem diminuir as possibilidades de concluir pacificamente o processo de democratização formal no país.

■ LM

## COMUNIDADE EUROPEIA

# De cimeira em cimeira até ao colapso final

Doze adiam decisões para Dezembro, em Edimburgo

A Cimeira dos Doze, realizada na passada sexta-feira em Birmingham, no Reino Unido, de que não se esperavam grandes conclusões, conseguiu ser ainda mais inconclusiva do que seria legítimo prever. A braços com preocupações crescentes face às perspectivas de abrandamento do crescimento e aumento do desemprego, os Doze limitaram-se a repetir promessas que já não convencem ninguém e a adiar para a Cimeira de Edimburgo, que em Dezembro assinalará o final da presidência britânica, todos os 'dossiers' respeitantes ao mais que polémico Tratado de Maastricht.

Fazendo uma profissão de fé pouco convincente nas virtualidades da projectada União Europeia, os chefes de Estado e de Governo da

Comunidade foram incapazes de adoptar uma única medida concreta que desse resposta às preocupações dos cidadãos.

O tão falado princípio da subsidiariedade foi remetido para o rol das potenciais ameaças com a "descoberta" de que os países ricos poderão utilizá-lo como uma arma contra os seus parceiros menos desenvolvidos (uma constatação no mínimo curiosa, dadas as repetidas juras de solidariedade em que os Doze assentam a sua defesa de Maastricht). A transparência do funcionamento comunitário, aos diversos níveis, foi remetida para uma vaga promessa de mais informação e esquemas de "consultas" não vinculativas. O Parlamento Europeu foi felicitado pelos seus contactos com os parlamentos

nacionais, mas tanto um como outros continuam afastados das decisões. O reconhecimento de que os cidadãos "têm de ser convencidos" das vantagens do Tratado de Maastricht limita-se a augurar campanhas de defesa do mesmo, pagas com dinheiros públicos, sem que verdadeiros debates tenham lugar. O Sistema Monetário Europeu, que nas últimas semanas viveu a maior crise da sua história, vai continuar intocável, por mais que as economias nacionais vacilem, apontando como único caminho medidas cada vez mais restritivas e antipopulares. Finalmente, o tão propalado fundo de coesão e o pacote Delors 2 continuam na estaca zero até Dezembro, o que na prática invalida a sua entrada em

vigor em 1 de Janeiro de 1993.

A Cimeira de Birmingham também não deu resposta à situação da Dinamarca e à questão da sua rejeição do Tratado de Maastricht o que, nos termos do mesmo, o torna impraticável.

Cabe perguntar, face a tudo isto, o que foram os Doze fazer a Birmingham? A resposta é simples: foram lançar uma boia de salvação a John Major, cuja permanência à frente do governo britânico é cada vez mais periclitante, agravada nos últimos dias com a crise mineira, e fornecer uns balões de oxigénio a um tratado de União que se revela a cada dia que passa como um nado-morto.

Em Dezembro, diz-se, serão tomadas as grandes decisões.

## PE duvida mas aprova

Reunido em sessão extraordinária na véspera da Cimeira de Birmingham, o Parlamento Europeu aprovou, por 246 votos a favor, 47 contra e 25 abstenções, uma proposta de resolução sobre a situação da União Europeia e da ratificação do Tratado de Maastricht. Embora reconhecendo a "falta de transparência das negociações intergovernamentais e das estruturas comunitárias" sobre a matéria em causa, a resolução reafirma "a necessidade de ratificar, na sua forma actual, o Tratado da União Europeia, a fim de que o mesmo possa entrar em vigor com a maior brevidade".

O texto, a cuja votação apenas compareceram 109 dos 180 eurodeputados socialistas, apela, entre outras coisas, à adop-

ção do Pacote Delors 2 e à criação do Fundo de Coesão, ao relançamento económico que tenha como objectivo promover o emprego e à rejeição de qualquer tentativa de criar uma Europa a duas velocidades. Para a maioria dos eurodeputados, o facto do Tratado de Maastricht não garantir o que dizem considerar essencial não foi impeditivo para a expressão do seu apoio. Diferente, naturalmente, foi a posição do Grupo Coligação de Esquerda, em que se integram os eurodeputados comunistas portugueses. Joaquim Miranda, na sua intervenção no PE que em separado publicamos, explica porquê.

## Maastricht não é único caminho

Os novos dados surgidos durante os processos de ratificação do Tratado de Maastricht, que confirmam preocupações que sempre enunciámos, obrigam a uma profunda e séria reflexão e reclamam a alteração de perspectivas que se apresentaram como inevitáveis e imutáveis.

Estão em causa questões de fundo, que pedem atenção e orientações de igual natureza e não apenas medidas cosméticas de ocasião.

Nada é hoje igual ao que se verificava à data da Cimeira que culminou a presidência holandesa. É evidente que, nesta matéria, a vontade dos cidadãos não coincide ou opõe-se mesmo, em larga medida, à vontade dos governos e das forças políticas maioritárias em diferentes países.

De facto, os resultados dos referendos realizados indicam-nos que os povos, quando consultados, exprimem sérias reservas ou mesmo a rejeição do Tratado. De tal forma que pode afirmar-se hoje que este Tratado - e não apenas por falta de explicação do seu conteúdo mas pela sua natureza, por objectivos que proclama e por incidências que decorreriam da sua concretização - se vem constituindo num projecto que divide os povos a meio. Dividindo os próprios países. E se tivermos presente ainda, quer a falta de participação e mesmo a opacidade que atravessou a sua génese; quer a absurda oposição que em diversos países vem sendo levantada à realização de amplos debates plurais e à concretização de consultas populares - mesmo quando se afirma a necessidade de mais transparência e mais democracia e sendo certo que são reclamadas por parcelas significativas da opinião pública; quer também a falta

de transparência com que vem ocorrendo a fase preparatória da Cimeira de Birmingham, cujo secretismo continua a negar as intenções proclamadas de mais transparência; se tivermos presente tudo isto - e também as reconhecidas limitações e constrangimentos do Tratado no que respeita ao exercício da democracia - então somos levados a concluir que, com estas bases e numa perspectiva democrática, não é viável a construção europeia. Porque esta não será possível sem a participação e o apoio dos cidadãos.

Em nosso entender está em causa este projecto. Sendo necessário um outro, elaborado de forma participada, com mais democracia, mais solidário, de maior cooperação e respeito pelas identidades nacionais, mais justo socialmente, em que a coesão económica e social tenha o estatuto de objectivo prioritário, mais preocupado com as questões regionais e ambientais, orientado para o homem e para a paz.

De resto, convirá não esquecer, particularmente em vésperas da Cimeira extraordinária, que este Tratado está formalmente comprometido, nos termos do Tratado de Roma e do seu próprio articulado, face aos resultados do referendo da Dinamarca.

Os apelos à rápida implementação do Tratado, sem que se vislumbrem respostas credíveis a tais dados incontornáveis, parecem-nos sem um mínimo de razoabilidade e mesmo descabidos.

Entretanto, nas últimas semanas, assistimos a uma grave crise monetária e à desagregação do SME. Com graves repercussões para a economia dos Estados-membros. Alguns dos quais se começam a confrontar também com as perspectivas restritivas decorrentes da

aplicação das medidas de convergência. Para mais - e particularmente para os países de menos desenvolvimento - quando se mantêm as reservas e os atrasos quanto ao Pacote Delors e quanto ao Fundo de Coesão.

Mas esta crise, com a gravidade referida, introduz, entretanto, um elemento de clarificação e um novo dado de ocupação.

Ela evidenciou, por um lado, a complexidade e a diversidade das realidades nacionais, que subsistem. E que não se compadecem com omissões, ligeirezas ou precipitações. Sob pena de se aprofundarem conflitos de interesses e de se acentuarem mesmo dominações e dependências, já hoje tão evidentes.

Por outro lado, ela veio fazer emergir intenções - até agora mais ou menos veladas - de avançar a todo o preço, mesmo que tal signifique a consagração de uma Europa a duas velocidades.

Trata-se de uma situação grave que, naturalmente, condenamos e que explícita e inequivocamente a Cimeira deve rejeitar.

Estes factos - que não podem nem deixarão de marcar a Cimeira de Birmingham, independentemente do seu agendamento ou não - levam-nos a crer que é indispensável suspender este processo, abrir um profundo debate, auscultar os povos, atender às particularidades e aos interesses específicos dos Estados-membros, de modo a garantir uma construção europeia desejada e participada, na base de um novo projecto.

O projecto que o Tratado de Maastricht consubstancia não é o único possível e confirma-se agora não ser sequer o melhor caminho para a construção europeia.

É necessário assumir esta realidade.

## Desemprego

As previsões da OCDE sobre o crescimento e emprego nos vinte e quatro países membros, em 1993, são menos favoráveis do que o inicialmente anunciado. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o crescimento atingirá apenas dois por cento no próximo ano, em vez dos três por cento previstos em Junho. Quanto ao desemprego, a OCDE prevê um forte agravamento, estimando que o número dos desempregados atingirá os 10,4 por cento, contra os 9,9 por cento previstos.

## Indústria automóvel

A indústria automóvel europeia poderá suprimir cerca de 150 mil empregos, um sexto dos seus efectivos, caso os construtores reduzam os custos de produção e os respectivos preços para enfrentar a concorrência japonesa, revela um estudo divulgado recentemente em Londres.

O estudo, realizado pelos grupos de pesquisa Ludvigsen Associates e Euromotor, revela que os preços dos automóveis no mercado europeu ultrapassam por vezes em 33 e 43 por cento os praticados no mercado japonês e em 15 a 45 por cento os do mercado norte-americano. Para poderem baixar os respectivos preços e preservarem a sua quota de mercado, os produtos europeus deverão - segundo aqueles grupos - adaptar-se aos níveis de produção japoneses. O estudo adianta ainda que se os modelos japoneses fossem aplicados, as fábricas europeias de automóveis teriam cerca de 150 mil empregados a mais nas respectivas cadeias de produção.

## Vinho de Torres

A Comissão Europeia recusou, há algum tempo, a inclusão da denominação "Torres" na lista de vinhos de qualidade portugueses (Vinhos de Qualidade Produzidos em Região Determinada), por entender que tal denominação não está em conformidade com o regulamento no respeitante ao nome geográfico que designa uma região determinada. Quem não se conforma com essa decisão são os vinicultores portugueses da região em causa, bem como o eurodeputado Rogério de Brito, para quem a decisão da Comissão evidencia, no mínimo, "falta de rigor ou desconhecimento negligente da realidade que legitima o reconhecimento da denominação Torres nos VQPRD portugueses". Fundamentando a sua posição, o eurodeputado do PCP fez notar a semana passada à Comissão que "a denominação 'Torres' atribuída à região e ao vinho tem pelo menos dois séculos", sobejando exemplos que "atestam que a região produtora e o vinho são conhecidos e se afirmam interna e internacionalmente com a designação de Torres". Após recordar que "a sua institucionalização (classificação dos vinhos, designação de origem e demarcação da região) foi firmada por decretos-lei de 1907 e 1931", Rogério de Brito quer agora saber se a Comissão vai persistir na sua recusa e com que legitimidade o pretende fazer. Aguarda-se a resposta.

## Poluição do Águeda

O Conselho das Comunidades Europeias considera que cabe a Portugal e a Espanha a responsabilidade de garantir a protecção do rio Águeda, ameaçado de poluição radioactiva pela construção de uma central de enriquecimento de urânio em Saelices el Chico, em Espanha, junto à fronteira portuguesa. Em resposta a uma questão do deputado Rogério de Brito sobre a matéria, o Conselho reafirma "a importância que atribui à protecção sanitária da população e dos trabalhadores, assim como à protecção do ambiente contra os perigos resultantes das radiações ionizantes" e recorda as directivas adoptadas para o efeito. O Conselho faz notar, por outro lado, que cabe "à Comissão velar pela aplicação das disposições comunitárias pertinentes" e aos "Estados-membros tomar todas as medidas necessárias para garantir a execução das obrigações delas decorrentes". Só não diz qual o procedimento a adoptar quando tal não se verifica, como é o caso. Ainda recentemente, foi publicado no "Diário Oficial" de Espanha uma autorização para uso industrial pela Enusa (que está a construir a central nuclear com fundos do FEDER) de um caudal de 24 litros por segundo do rio Águeda - rio internacional - sem que para tal as autoridades portuguesas fossem consultadas. Se se tiver em conta que o Águeda é um dos poucos rios ibéricos não poluídos, possuidor de um importante ecossistema e fonte de abastecimento de água para vários municípios espanhóis e portugueses, sobejam razões para temer, na ausência de uma intervenção eficaz a nível comunitário, mais um desastre ecológico a curto prazo.

## INTERNACIONAL

## GUATEMALA

A líder índia Rigoberta Menchu, Prémio Nobel da Paz 1992, afirmou que «o diálogo e a negociação são o caminho correcto para alcançar a paz na Guatemala».

No termo de uma manifestação pacífica no sul da capital da Guatemala, Menchu disse «ser necessário trabalhar para se alcançar a paz, a qual nunca chegará com a assinatura de um acordo, mas com a satisfação das necessidades sociais da população».

«É preciso dar aos nossos irmãos cuidados de saúde, educação e habitação», referiu.

Comentando as negociações de paz entre o governo e a guerrilha guatemalteca, Menchu sublinhou «faltar muito caminho a percorrer».

Falando para cerca de 20 mil pessoas concentradas numa praça da Cidade da Guatemala, a Prémio Nobel da Paz 1992 referiu que o povo «está em festa» pelo facto de uma filha maia ter sido distinguida.

As 21 etnias existentes na Guatemala aglutinam mais de 60 por cento do total da população do país centro-americano de 9,6 milhões de habitantes.

## ÁFRICA DO SUL

Um grupo de observadores da Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth) chegou a Joanesburgo para ajudar a pôr fim à violência política na África do Sul.

A chegada da missão, composta por 12 pessoas, reforça a presença da Comunidade Internacional na África do Sul, onde se encontram já observadores das Nações Unidas.

O chefe da delegação, o advogado, do Gana, Austin Missah, declarou, à chegada, que permanecerá no país três meses, período durante o qual colaborará estreitamente com o Secretariado Nacional de Paz e os observadores da ONU.

Estão previstos encontros com os principais partidos políticos sul-africanos, visando analisar os meios para pôr fim à violência política que, este ano, já causou 2700 mortos.

Num comunicado divulgado a propósito do envio desta missão, o secretário-geral da Commonwealth, Emke Anyaoku, salienta que «o mundo inteiro concorda que não se pode avançar nas negociações políticas enquanto não se puser fim à violência».

## ESPAÑHA

Vários milhares de pessoas desfilaram pelas ruas da cidade de Bilbao para reivindicar o direito à autodeterminação e soberania do País Basco, Norte de Espanha.

A manifestação, organizada por várias associações independentistas, contou com a presença de dirigentes do Partido Eusko Alkartasuna, resultante de uma cisão do Partido Nacionalista Basco, e da coligação Herri Batasuna, braço político da ETA.

Os manifestantes gritaram palavras de ordem a favor da independência, da «Ikurrina» (bandeira basca) e da amnistia para os presos.

No final da manifestação, foi lido, em «Euskera» (a língua basca), um comunicado de apelo à unidade dos que lutam pela autodeterminação do País Basco, para que este consiga «o lugar que lhe cabe no mundo».

## POLISÁRIO

O secretário-geral da Frente Polisário, Mohamed Abdelaziz, afirmou, em entrevista publicada pelo jornal argelino «El Uatan», que o seu movimento esperará o tempo que for necessário para que triunfe o plano de paz das Nações Unidas para o Saara Ocidental.

Abdelaziz reiterou a confiança dos independentistas saarianos na ONU e ofereceu-se para prestar à organização mundial toda a ajuda possível.

Referiu, neste passo, que a Polisário não se opõe à próxima reunião (a segundo deste tipo) dos chefes tribais e notáveis saarianos em Genebra, embora duvide de que dela resultem substanciais acordos. Marrocos apoia a reunião.

Apelando à comunidade internacional para que «imponha a Marrocos o respeito dos direitos dos saarianos», o líder da Polisário apontou como exemplo o caso da Namíbia, «onde a ONU e a pressão do povo namíbio conseguiram desbloquear o plano de autodeterminação para esse país».

## FILIPINAS

Efectivos dos exércitos norte-americano e filipino iniciaram um exercício militar conjunto de duas semanas, numa altura em que as tropas dos Estados Unidos se preparam para deixar a última base militar na zona.

O exercício, com o nome de código «Balikatan 92», é o último de uma série anual, ao abrigo de um acordo de defesa mútua assinado em 1951 entre os dois países.

Este ano, os exercícios estão a ser coordenados a partir da base de Fort Magsaysay, 112 quilómetros a norte de Manila.

Nos anos anteriores, os exercícios eram coordenados na base aérea de Clark e na base naval de Subic Bay, que estavam entre as maiores dependências norte-americanas no exterior.

Os norte-americanos abandonaram Clark depois de o vulcão Pinatubo quase a ter destruído em Junho de 1991.



Presos palestinianos nas prisões de Israel. A greve da fome de protesto contra as más condições prisionais desencadeou um amplo movimento de solidariedade

## Médio Oriente Sobe a tensão nos territórios ocupados

Em fase de preparação de nova ronda negociada para a paz no Médio Oriente, a tensão sobe nos territórios palestinianos ocupados, registando-se nomeadamente, de par de alguns atentados contra israelitas, múltiplos actos de violência contra os palestinianos, por parte de colonos armados e grupos de jovens, que agridem e atacam indiscriminadamente viaturas conduzidas por árabes.

Uma delegação israelo-árabe encontrou-se estes dias, em Tunes, com o dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, e outros dirigentes palestinianos, para discutir formas de impulsionar o processo de paz.

Abdul Wahab Al-Darawsha, um israelo-árabe membro do Knesset (Parlamento israelita), afirmou que a sua delegação transmitiu a Arafat «a benção dos árabes de Israel pela atitude realista e corajosa assumida pela OLP no processo de Paz».

Al-Darawsha, membro do Partido Democrático Árabe, um dos partidos no governo de coligação do primeiro-ministro trabalhista Rabin, afirmou que o seu partido avisou Rabin de que abandonaria o executivo se não houvesse um acordo de paz com os palestinianos no espaço de um ano.

Entre os factos a considerar neste difícil processo negociado — em que continua em causa de facto o direito dos palestinianos a uma pátria (e não à simples participação na administração dos territórios ocupados) — o anúncio, em princípios do mês de Setembro, pelo ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, de que Israel aceita a participação de palestinianos de fora dos territórios ocupados nas conversações.

As dificuldades do processo em curso levam entretanto também ao agudizar de algumas divergências. A decisão do Comité Central da OLP, constituído por 90 membros e pelo Comité Executivo da organização, presidido por Yasser Arafat, de dar luz verde à delegação palestinianiana dos territórios ocupados para continuar nas conversações de paz, foi rejeitada pelas Frentes Popular e Democrática para a Libertação da Palestina.

Processos negociais e iniciativas diplomáticas que se desenvolvem num quadro de acrescida tensão nos territórios ocupados, registando-se nomeadamente, de par de alguns atentados contra israelitas, múltiplos actos de violência contra os palestinianos, por parte de colonos armados e grupos de jovens, que agridem e atacam indiscriminadamente viaturas conduzidas por árabes.

A situação de repressão não sofreu nenhuma melhoria. O chefe da delegação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, CICV, em Tel-Avive, Reto Meister, estimou em 5061 o número de palestinianos detidos nas 20 prisões dependentes da administração penitenciária e 7 065 nos seis centros de detenção do Exército.

Desde 28 de Setembro,

cinco mil presos palestinianos encontram-se em greve de fome por tempo indeterminado em 20 cadeias de Israel e dos territórios árabes ocupados.

Iniciada na prisão de Ashkelon, em protesto pela deterioração das condições prisionais, o movimento estendeu-se a todos os centros de detenção dependentes da administração penitenciária.

Os presos palestinianos protestam contra a brutalidade dos guardas, da sobreocupação das celas, da cada vez mais frequente aplicação de penas de isolamento e da qualidade (ou da sua ausência) da assistência sanitária e da higiene. Queixam-se também da diminuição das rações alimentares e da falta de exercício físico.

A luta dos presos gerou

um grande movimento de solidariedade. A faixa de Gaza paralisou com uma greve geral. Milhares de manifestantes saíram às ruas para afirmar o seu apoio aos grevistas da fome.

Também a Liga Árabe exprimiu a sua solidariedade com as legítimas reivindicações dos detidos e condenou as desumanas práticas israelitas.

Israel respondeu com o agravamento da repressão. Em Jerusalém-Ocidental, o primeiro-ministro, Yitzhak Rabin, afirmou que «o exército recebeu ordens de utilizar todos os meios legais (o que inclui a utilização de armas de fogo contra manifestantes desarmados) para pôr fim às desordens impondo o recolher obrigatório, isolando sectores e ampliando a actividade militar».

## França Pacifistas reunidos contra ensaios nucleares

Cinquenta e três organizações francesas representativas «de todas as tendências pacifistas», há dias reunidas em Nanterre, aprovaram um Apelo em que se pede ao presidente da República francesa para prolongar a moratória sobre a suspensão dos ensaios nucleares, «assinar o tratado de interdição parcial dos ensaios nucleares de 1963 e tomar a iniciativa de uma conferência internacional para a suspensão definitiva dos ensaios nucleares».

As organizações pacifistas pedem «às autoridades da Rússia e dos Estados Unidos para prolongar a sua moratória, e às autoridades da Grã-Bretanha e da China» para, por sua vez, adoptarem uma. Dirigem-se ainda às potências nucleares para «reconhecer e indemnizar» as vítimas dos ensaios nucleares.

Num quarto ponto, as organizações reunidas em Nanterre dirigem-se à Assembleia Geral das Nações Unidas para que «se reúna em sessão extraordinária

com o objectivo de avançar na «proibição e abolição das armas nucleares».

Os pacifistas franceses declaram-se «solidários com todos os que no mundo lutam contra os ensaios nucleares, e reafirmam a sua vontade de desenvolver a educação para a paz e agir para que, em todo o mundo, as opiniões públicas se mobilizem e façam pressão sobre as potências nucleares e as que pretendem vir a sê-lo».

Em conferência de imprensa realizada posteriormente em Paris, os grupos pacifistas sublinham: «A moratória francesa, em vigor em 1992, abre uma perspectiva para avançar rapidamente para uma proibição total; na Rússia, está actualmente em vigor uma moratória; nos Estados Unidos, o Senado e a Câmara de Representantes pronunciaram-se por uma moratória de nove meses, que acaba de ser assinada pelo presidente Bush».

Neste quadro, os cincen-

ta e três grupos reunidos em Nanterre concluem que o mundo está, de facto, «perante uma alternativa»: ou prosseguir os ensaios e perpetuar «o esbajamento ligado à corrida aos armamentos», ou avançar para a desnuclearização, aproveitando o impulso destas moratórias.

Para os grupos pacifistas franceses, a suspensão dos ensaios nucleares constitui uma etapa decisiva para o desarmamento, para a procura de uma segurança comum, para a eliminação total das armas nucleares».

Os recursos assim libertados permitiriam a indemnização dos povos vítimas destes ensaios e dar resposta «às tarefas de desenvolvimento, educação, justiça e preservação do ambiente».

O Apelo de Nanterre conclui com uma mensagem: «Todos juntos, podemos conseguir novos sucessos: é a sobrevivência da humanidade que está em causa.»

# Contra a repressão anticomunista no Leste

Na ex-URSS, na Checoslováquia, na Bulgária, na Polónia, na ex-RDA, na Hungria, em situações diferentes mas com relevantes traços comuns, processa-se uma perseguição indiscriminada contra os comunistas e não só. Em todos estes países, poder-se-ia pensar que houve "mais democracia" nos últimos anos - mas o traço mais chocante da situação actual é o real carácter antidemocrático de muitos aspectos da prática política das actuais forças no poder, nomeadamente marginalizando e perseguindo milhões de cidadãos, vítimas de uma discriminação legal e ilegal arbitraria, configurando processos de degenerescência democrática que apontam já em muitos casos claramente para a instauração de regimes totalitários e até de carácter fascizante.

É, na Polónia, o confisco de todo o património do ex-POUP; o afastamento ilegal das funções públicas mas também das privadas; as tentativas de fazer passar uma "lei da descomunização" que atingiria indiscriminadamente milhões de polacos; a ameaça de publicar listas de pretendidos colaboradores da polícia; o boicote à distribuição dos jornais de esquerda; o silenciamento na TV e na Rádio, etc.

É, na Checoslováquia, a tristemente célebre lei da "lustração", que bane centenas de milhares de cidadãos durante cinco anos de qualquer emprego na função pública; a escandalosa extensão do art. 260º da lei criminal à propaganda do comunismo - isto quando o PC obteve já em 2 eleições sucessivas o 2º lugar no Parlamento; o confisco da quase totalidade dos seus bens; o boicote e afastamento do jornal do PC e o seu silenciamento na TV e Rádio; a publicação de listas de "suspeitos" de colaboradores da polícia que não têm possibilidades de se defenderem; buscas ilegais em escritórios de deputados; vários obscuros processos a antigos dirigentes do Estado.

E, na Hungria, o afastamento de funções e despedimento de dezenas de milhares de funcionários; a tentativa para fazer passar uma lei que amplia a definição de crimes de "alta traição", a qual atingiria mais de 80 000 antigos funcionários de Estado; a pretensão de ilegalizar partidos legais e boicotar a sua actividade, perseguindo e difamando impunemente os seus dirigentes.

É, na Bulgária, a utilização de meios extraparlamentares e a descarada intromissão de estrangeiros (aliás, em todos estes países) para inverter resultados eleitorais; é a "guerra" constante movida a um partido que obteve 33% nas legislativas e enorme maioria nas municipais, confiscando bens, prendendo dirigentes que ainda por cima são deputados (caso de Andrei Lukanov) com pretextos insustentáveis; uma série de leis expulsando dezenas de milhares de funcionários altamente qualificados da administração, da magistratura, dos institutos científicos, do ensino, etc., a par de uma lei celerada que pretende reabilitar os criminosos de guerra colaboradores de Hitler e perseguidores dos judeus, restituindo-lhes as propriedades.

É, na ex-RDA, a introdução massiva do célebre "berufsverbot", interdição do exercício da profissão que já na antiga RFA impedia os suspeitos de "comunistas" de exercerem as mais diversas profissões; as perseguições ao PSD, ao seu jornal, aos seus dirigentes, (como é o caso escandaloso de Hans Modrow, aliás deputado do Bundestag); é a repugnante vingança contra Erich Honecker, idoso de 80 anos e com um cancro incurável, antigo Chefe de Estado soberano e universalmente reconhecido, inclusive pelos actuais dirigentes da Alemanha, acusando-o

de actos que relevam de inegáveis prerrogativas de qualquer Estado independente como era a RDA, e que agora se pretendem punir, não pelas leis legitimamente em vigor naquele Estado, mas pelas leis do outro Estado dos actuais vencedores.

Na ex-URSS a situação de milhões de comunistas é dramática - excepto daqueles desavergonhados carreiristas, principais responsáveis dos desastres passados, que prontamente voltaram casaca e são agora, como renegados, muitos dos actuais dirigentes políticos e alta-roda dos "novos ricos". Há de tudo, no caos hoje prevalecente na ex-URSS. Constituição e leis, vontade expressa dos soviets (parlamentos), são letra morta perante os arbitrários decretos e decisões presidencialistas. Em muitas repúblicas e regiões os comunistas estão na prisão ou na clandestinidade, muitos milhões de quadros capazes e honestos foram lançados no desemprego e na miséria. Relevância particular tem o escândalo do chamado "julgamento do PCUS". Trinta e sete deputados do povo recorreram junto de um recém-criado Tribunal Constitucional dos claramente inconstitucionais (segundo a Constituição então em vigor) decretos de Ieltsine que proibiram o PCUS e lhe puseram os bens a saque. O processo era aparentemente simples, mas complica-se inextricavelmente porque, numa manobra evidentemente política de confusão, Ieltsine promove outro processo para declarar inconstitucional o PCUS antes dos próprios acontecimentos de Agosto de 91, que foram o alegado pretexto para a proibição do PCUS. Os "advogados" de Ieltsine violam descaradamente o segredo de justiça, publicitando numa ampla campanha nos *media* pretensas "provas" constantes do processo. Os juizes do chamado Tribunal Constitucional (aliás com salários escandalosamente aumentados por Ieltsine) aceitam a junção de dois processos claramente distintos, arrogam-se a ser eles a nomear os "representantes" do PCUS, decidem sobre a chamada de testemunhas ora num sentido ora no inverso, conforme as ordens de Ieltsine e as pressões do estrangeiro, perdendo por completo qualquer verosimilhança de independência e transformando todo o processo numa trágica farsa. Entretanto, o outro processo dos 14 incriminados pelo golpe de Estado de 19 de Agosto de 1991, quanto ao qual tudo foi apresentado como cristalinamente evidente, arrasta-se há mais de um ano e não se prevê sequer quando virá a efectuar-se o julgamento, se é que virá, e com que insondáveis mistérios.

Muito longa e pormenorizada teria que ser uma informação mesmo breve da onda de repressão e ilegalidades que se estão praticando sobre os comunistas e os povos da ex-URSS e dos antigos países socialistas do Centro e Leste da Europa. Estas breves notas pretendem apenas ser um alerta para as perseguições de que estão sendo vítimas milhões de comunistas honestos e sinceros, cujo único ou maior "crime" foi terem sido derrotados pelos autoproclamados "democratas", que cada vez mais resvalam para verdadeiras práticas totalitárias e arbitrarias de vingança política. E não apenas vingança. Sobretudo uma repressão anticomunista que visa liquidar e abafar as forças que lutam corajosamente em condições difíceis contra as políticas de restauração do capitalismo, que estão já lançando os povos desses países num terrível pesadelo de brutal pauperização e insegurança social. Por isso, esses homens e mulheres precisam da nossa solidariedade, e a repressão anticomunista no Leste merece o nosso mais firme protesto.



Curdos assassinados por tropas turcas. Um massacre silenciado

## Curdos da Turquia O massacre silenciado

A aviação turca tem vindo a fazer sucessivos ataques aéreos contra aldeamentos curdos em território do Iraque, a pretexto de se tratar de posições ocupadas por militantes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

Comentando as agressões, um jornal iraquiano denuncia o silêncio do Ocidente face ao «massacre colectivo» de curdos turcos. «O silêncio das autoridades humanistas de Washington, Londres e Paris, que se dizem preocupadas com a situação dos curdos do Iraque, mostra a duplicidade do Ocidente em relação a minorias», escreve o diário «Al-Saoura».

Uma duplicidade muito real, não sendo entretanto menos real a perseguição das minorias, também no Iraque, como múltiplas vezes tem sido denunciado pelos curdos iraquianos.

Neste momento, entretan-

to, a situação dos curdos na Turquia é particularmente dramática. Tal como a de todos os que, neste país, se batem pelos direitos democráticos.

De regresso de uma missão de inquérito nesta zona, missão promovida pela Federação Internacional dos Direitos do Homem (FIDH), o advogado francês William Bourdon denunciou, em Paris, em fins de Setembro, que centenas de pessoas estão em perigo de vida no sudeste da Turquia.

Nas suas conclusões, a missão de inquérito da FIDH pede às autoridades turcas que garantam «a protecção do direito à vida de todos os que estão ameaçados de morte assim como a livre circulação da informação».

A delegação sublinhou os métodos utilizados para «reduzir a liberdade de informação e impedir a divulgação da verdade sobre o que

se passa nesta região» e ainda «a multiplicidade de assassinatos civis cometidos por comandos especiais que actuam, segundo diferentes fontes, com a cumplicidade e apoio das forças policiais».

Nas conclusões da missão de informação refere-se ainda a «diversificação de alvos civis destes comandos. Depois dos militantes dos Direitos do Homem, é a vez dos jornalistas, professores, médicos, personalidades moderadas». De facto, «todos os que militam ou pelos direitos humanos, ou por uma solução democrática, ficam em grande risco de vida». E a impunidade é total.

«As autoridades de Ankara não foram capazes de nos referir um único caso de militar ou elemento de grupos paramilitares levado a julgamento», afirmou o advogado William Bourdon.

## Crise e protestos em Itália

Em Turim e Roma, sucedem-se manifestações com centenas de milhares de pessoas, em protesto contra o orçamento de austeridade que o governo italiano pretende fazer aprovar, já dentro de uma perspectiva de adaptação da economia italiana ao Tratado de Maastricht. A semana passada o país viveu a primeira greve geral deste ano.

Em causa, uma nova Lei Financeira do Orçamento baseada em profundos cortes nas despesas sociais, e que reconhecidamente irá atingir em particular os operários e as camadas mais desfavorecidas da população.

Os cortes visam sobretudo a assistência e previdência sociais, assistência médica e farmacêutica, pensões e novos impostos. O que significa que a factura da política governamental será paga pelos trabalhadores por conta de outrem e os que já hoje têm um rendimento anual médio ou baixo.

A mais impopular de todas as medidas é a que respeita à assistência médica, sector em que o governo planifica um corte de despesas da ordem dos 12%, o que obriga ao encerramento de muitos centros de saúde.

Estas medidas são tomadas num quadro social já em crescente degradação.

Segundo dados da Caritas e outras associações de ajuda a pobres e marginalizados, é cada vez maior o número de mendigos e vagabundos (os «barboni»). Nos últimos meses saltou de forma súbita o número de desalojados. Em Roma 25 mil a 30 mil famílias não têm casa, em virtude da não aplicação de uma cláusula segundo a qual a ordem de despejo só poderia ser aplicada depois de o inquilino ter nas mãos a chave de outro alojamento.

Segundo estimativas da Presidência do Conselho de Estado, mais de oito milhões e meio de pessoas em Itália vivem abaixo do limiar da pobreza.

A crescente oposição à política governamental reflecte-se também significativamente em sondagens como a recentemente realizada pela empresa italiana Espresso-Swg, segundo a qual, se os italianos votassem hoje para o Parlamento, os resultados seriam os seguintes: afundamento da Democracia Cristã, que deveria perder 6 pontos percentuais, e dos socialistas, que perderiam outro tanto.

## Nota da Comissão Política

# O Orçamento do Estado para 1993 é contrário às necessidades actuais da economia portuguesa

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 19 de Outubro de 1992, analisou o Orçamento do Estado para 1993, a Cimeira de Birmingham e a proposta do Governo de reestruturação das Forças de Segurança.

## O Orçamento do Estado

1. O Orçamento do Estado para 1993 apresenta-se como um instrumento de política contrário às necessidades actuais da economia portuguesa e está orientado contra os trabalhadores, os idosos e as autarquias locais, promovendo o agravamento da injustiça social.

Estamos perante um Orçamento elaborado já com a filosofia das orientações do Tratado de Maastricht, de austeridade para os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas e de contracção da actividade produtiva e, por isso, contrário aos legítimos anseios dos portugueses a níveis mais elevados de bem-estar económico e social e ao desenvolvimento acelerado da economia portuguesa.

Apresentando-se de natureza restritiva, o Orçamento só poderá contribuir para agravar a fase recessiva da economia portuguesa.

A actividade directamente produtiva debate-se com sinais claros de uma recessão que já atinge a agricultura e as pescas e múltiplos ramos da indústria transformadora. Contrariamente às afirmações irresponsáveis do Governo, não há sinais "de que terá sido ultrapassado o ponto mais baixo do ciclo económico". Inversamente, a redução das despesas orçamentais e a política de revalorização real do escudo que o Governo, no relatório do Orçamento, promete continuar, só contribuirão para agravar e generalizar a recessão económica.

Não se podem deixar passar sem reparo as recentes declarações do ministro Braga de Macedo que, entrevistado pela RTP, se atreve a falar do desenvolvimento técnico do sector agrícola e a assemelhar a agricultura portuguesa à dos outros países comunitários, quando é patente a crise generalizada que atinge os agricultores e o atraso da agricultura portuguesa como consequência da política do Governo.

Essa política cambial, que reduz a competitividade da produção nacional, pressionará a manutenção de níveis elevados das taxas de juro do crédito, afectando o investimento produtivo e atingindo sobretudo as pequenas e médias empresas, sem possibilidades objectivas de recorrerem ao crédito externo.

O PCP reafirma a sua oposição à política deflacionista do Governo, que agrava a dependência económica do País e abre as portas ao aumento do desemprego.

O Orçamento apresenta como elemento-chave da estratégia do Governo para 1993 um forte ataque aos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem.

Por um lado, o Governo insiste na intenção provocatória de actualizar os salários das centenas de milhar de trabalhadores das Administrações Central e Local a um nível inferior não só à inflação previsível como à própria "meta" irrealista de 6% por ele apresentada, e afirma a sua determinação de reduzir em alguns milhares, já no próximo ano, o número de trabalhadores da Função Pública, designadamente professores. Intenção que o Governo pretende alargar a todo o sector empresarial, apelando ao patronato que não aceite aumentos salariais superiores a 7% e ameaçando-o com as políticas cambial e monetária.

Por outro lado, mais uma vez o Governo pretende impor um aumento real da carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho, nomeadamente através da alteração dos escalões do IRS, bem como dos abatimentos e deduções, a uma taxa de apenas 6%. Agravamento que é patenteado no próprio Orçamento do Estado, com as receitas deste imposto a crescerem cerca de 11% quando o Governo prevê evoluções salariais não superiores a 7%.

Na mesma linha de ataque aos trabalhadores se insere a previsão no Orçamento da Segurança Social de uma diminuição das verbas para os subsídios de desemprego e doença, e bem assim a previsão de um magro aumento nominal das pensões e reformas que, na melhor das hipóteses, apenas cobrirá a taxa de inflação.

A Comissão Política do PCP alerta para esta nova ofensiva do Governo contra os interesses e direitos dos trabalhadores e dos reformados, e afirma a inequívoca disposição do PCP para combater a política anti-social do Governo de Cavaco Silva.

Mais uma vez o Governo pretende afirmar que o Orçamento não aumenta a carga fiscal e o nível de fiscalidade que pesa sobre os portugueses. A verdade, porém, é que o Governo não consegue explicar o que de novo o Orçamento mostra: as receitas fiscais aumentam mais que a esperada evolução da economia



Acompanhado pelo deputado europeu Sérgio Ribeiro, Agostinho Lopes divulgou os resultados da reunião da Comissão Política em conferência de imprensa realizada na terça-feira

e os impostos sobre os rendimentos e o consumo aumentam mais que o anunciado aumento dos rendimentos familiares.

Para além do mais, o Orçamento para 1993 reincide na política do Governo de agravamento permanente da injustiça entre a tributação dos rendimentos do trabalho e do capital.

Ao mesmo tempo que agrava em termos reais a carga fiscal no IRS, o Governo propõe o alargamento dos benefícios fiscais aos rendimentos de capital, nomeadamente através do aumento de 35% para 50% da dedução aos dividendos para efeitos fiscais e da isenção dos ganhos especulativos obtidos em acções e dos rendimentos das obrigações.

A austeridade do Orçamento para 1993 vira-se igualmente contra as autarquias locais. De novo as transferências orçamentais ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro não acompanham, ao contrário do disposto na Lei das Finanças Locais, o crescimento previsto pelo Governo para o aumento das receitas do IVA. Por acréscimo, o Orçamento mantém a intenção governamental de promover, durante 1993, a transferência de novas competências para os municípios sem que, simultaneamente, lhes sejam atribuídos os adequados meios financeiros.

Neste âmbito, o falacioso princípio da "subsidiariedade" a que o Governo recorre significa apenas que os encargos seriam distribuídos pelas autarquias locais e os recursos financeiros ficariam concentrados na Administração Central.

Mas a austeridade orçamental que o Governo quer impor não é para todos. No artigo 59º do Orçamento para 1993 o Governo propõe-se aumentar de novo, e desta feita para 270 milhões de contos, as indemnizações aos ex-monopolistas e latifundiários.

Igualmente no artigo 43º o Governo propõe a alteração à determinação dos "custos" empresariais dos combustíveis, alteração que, de acordo com o próprio Governo, significará uma transferência de parte da receita do actual imposto sobre os produtos petrolíferos para as empresas petrolíferas. Isto é, após a privatização da Petrolgal, o Governo apressa-se a beneficiar os lucros dos seus novos proprietários. Mas o preço de venda da Petrolgal foi determinado, na melhor das hipóteses, com base nas anteriores margens de lucro.

A Comissão Política denuncia o escândalo que constituem as negociatas em curso para a privatização da Siderurgia Nacional. Cabe destacar a possibilidade de o capital estrangeiro assumir uma posição maioritária numa empresa estratégica para o País, e o preço de "saldo" anunciado - cerca de 20 milhões de contos - depois de o Governo lá ter gasto vultuosos fundos públicos em investimentos e saneamento financeiro e de a empresa ter sido avaliada há dois anos em 60 milhões de contos. Conhecida a situação dos excedentes no mercado europeu, é de admitir que as multinacionais do aço, futuras proprietárias da Siderurgia, a encerrem para assim garantirem uma nova quota do mercado.

É uma síntese clara do Orçamento do Estado para 1993 e da orientação política do Governo de Cavaco Silva: redução dos rendimentos reais dos trabalhadores e aumento de 30 ou 40 milhões de contos de subsídios para os monopolistas de antes do 25 de Abril; aumento real da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e transferência de parte dos impostos cobrados aos consumidores para engrossar os lucros de uma multinacional.

As anunciadas acções de protesto e luta dos trabalhadores de

diversos sectores, com destaque para os da Administração Pública, a quem desde já o PCP manifesta a sua solidariedade, mostram que estes não se conformarão com uma política gravemente lesiva dos seus interesses.

## A cimeira de Birmingham

2. A Comissão Política do Comité Central do PCP considera que as conclusões da Cimeira de Birmingham, destinadas antes de mais a acalmar as opiniões públicas de modo a facilitar a ratificação acelerada do Tratado de Maastricht, são um perfeito exemplo de simulação e hipocrisia.

A Cimeira não deu resposta concreta a nenhum dos grandes problemas levantados pelo Tratado, num momento em que se verificam grandes movimentações sociais de protesto na Itália, Grécia, Espanha, Bélgica, França e Reino Unido, contra as consequências sociais das chamadas políticas de convergência para a União Monetária, traduzidas nos respectivos Orçamentos dos Estados nos ataques, nomeadamente aos rendimentos dos trabalhadores e à segurança social.

Não podendo já esconder que o Tratado de Maastricht institui um directório das grandes potências, acentua a opacidade e a falta de democracia, que tem graves consequências sociais e comporta importantes perdas de soberania para os Estados membros, os "doze" declaram agora num passe de mágica, sem mudar um vírgula no Tratado, que vão tomar medidas para que os "trabalhos das instituições da Comunidade sejam transparentes", para que não haja "centralização excessiva", para que as "decisões sejam tomadas perto dos cidadãos"...

A eficácia desta espécie de terapia verbalista expressa nas conclusões da Cimeira vê-se pelos factos. A Cimeira manteve os poderes da Comissão e do Conselho sobre as políticas económicas e financeiras nacionais; não renunciou à regra da maioria nem modificou o peso das votações dos Estados que permite que os grandes ditem aos pequenos as regras para a Comunidade; nem pôs de lado o projecto de um banco central europeu que deixará à mercê de oito banqueiros não eleitos, designados por oito anos e escapando a todo o controlo, as decisões estratégicas para o futuro de cada país; não avançou um milímetro no domínio do social quando a Comunidade conta já com mais de 15 milhões de desempregados, 53 milhões de pobres e um número crescente de contratados a prazo; nem reexaminou os critérios, de graves consequências para os países com economias mais débeis, quanto ao acesso à terceira fase da União Económica e Monetária.

O Conselho Europeu extraordinário de Birmingham, convocado após o referendo francês e em plena tempestade monetária, pode assim resumir-se nas palavras de Jacques Delors, produzidas na semana que o antecedeu: "a reunião de Birmingham tem uma utilidade psicológica e política importante" e visará "tocar no acessório deixando ficar o essencial". Por outras palavras, uma operação de mistificação e propaganda para tentar responder ao crescendo das apreensões e da oposição da opinião pública europeia ao Tratado de Maastricht.



# Números do Orçamento do Estado

Orçamento do Estado					
	1992		1993 Orç. (3)	Variação em %	
	Orç. (1)	Exec. (2)		(3/1)	(3/2)
<b>RECEITAS CORR.</b>	3160.0	3178.0	3346.0	5.9	5.3
Imp. Dir.	1160.0	1161.0	1274.0	9.8	9.7
Imp. Ind.	1755.0	1689.0	1855.0	5.7	9.8
Outras (transf. sbs.)	245.0	328.0	216.0	-11.8	-34.1
	0.0	3.0	0.0		
<b>DESP. CORR.</b>	3356.0	3370.0	3452.0	2.9	2.4
Bens e Serv. (Pessoal)	1253.0	1239.0	1330.0	6.1	7.3
(Outros)	1027.0	1082.0	1070.0	4.2	-1.1
Subsídios	226.0	157.0	260.0	15.0	65.6
Juros	86.0	86.0	84.0	-2.3	-2.3
Juros	1028.0	1028.0	940.0	-8.6	-8.6
Transf. (Subsector)	988.0	1018.0	1097.0	11.0	7.8
	785.0	808.0	890.0	13.4	10.1
<b>SALDO CORR.</b>	-196.0	-193.0	-107.0	-45.4	-44.6
<b>REC. CAPITAL</b> (Transf. subs.)	48.0	48.0	43.0	-10.4	-10.4
	0.0	0.0	0.0		
<b>DESPESAS CAPITAL</b>	395.0	382.0	425.0	7.6	11.3
Investim.	84.0	84.0	91.0	8.3	8.3
Transf. (Subsector)	259.0	297.0	323.0	24.7	8.8
Outras	258.0	254.0	269.0	4.3	5.9
	11.0	1.0	11.0		
<b>SALDO GLOBAL (% PIB)</b>	-543.0	-527.0	-488.0	-10.1	-7.4
	-4.7	-4.6	-4.3		

A Comissão Política do PCP chama ainda a atenção da opinião pública para o facto significativo de o Governo português, mais uma vez, quando estão em jogo importantes questões para o futuro do País, tenha primado pela passividade, submissão e o alinhamento na postura de aluno bem comportado. Na conferência de imprensa final, a grande declaração do Primeiro-Ministro ao País foi a de que o Governo vai lançar uma campanha de "informação" (com o dinheiro do contribuinte) para mostrar a "transparência e a abertura da Comunidade...".

A Comissão Política do PCP considera que o que se impõe e o que o País reclama, não é o reforço da campanha de propaganda governamental com recurso ao uso intensivo dos meios de comunicação social sobre as virtudes de Maastricht e das conclusões da Cimeira, mas um debate nacional, sério, isento e pluralista, devendo o mesmo culminar por um referendo.

O que se impunha ao Primeiro-Ministro não era o anúncio de mais uma campanha de intoxicação, mas sim a sua concordância e a do seu partido em dar a palavra ao povo, já que o PSD diz querer ter em conta a opinião dos cidadãos.

O que se impunha era ainda que o Governo informasse o País da sua posição face à ausência da agenda desta Cimeira de questões tão importantes para o nosso País como a Coesão Económica e Social, o Pacote Delors II, as negociações do GATT (têxteis) e Sistema Monetário Europeu e qual a sua estratégia em relação aos debates em curso na Comunidade sobre tais matérias.

## A reestruturação das Forças de Segurança

**3.** A Comissão Política tomou conhecimento dos projectos do Ministério da Administração Interna (MAI) relativos à reestruturação das Forças de Segurança.

O PCP condena o secretismo prosseguido pelo MAI em todo este processo, não ouvindo sequer os profissionais nem tendo em devida atenção os mais altos responsáveis das Forças de Segurança, o que levou à demissão do Comandante Geral da Guarda Fiscal, General Hugo dos Santos.

Pelo que se conhece do projecto do MAI, tudo indica que a intenção anunciada - melhorar a segurança das populações pelo reforço do policiamento - serve de cobertura a três objectivos a que o Governo atribui bem mais importância.

Em primeiro lugar, a diminuição das despesas do Estado. Assim se entende a redução do aparelho de segurança, os propósitos de descentralizar encargos para as autarquias e as facilidades que se anunciam para as empresas de segurança.

Em segundo lugar, reforçar as capacidades repressivas à disposição do Governo. Assim se interpreta o reforço da GNR, sem alterar o estatuto de corpo de tropas e as excessivas limitações de direitos dos seus profissionais.

Em terceiro lugar, dar cumprimento às orientações dos Acordos de Schengen e do Tratado de Maastricht para o reforço da fronteira externa e a implementação da "Europa das Polícias". Assim se compreende a imponderada absorção da Guarda Fiscal pela GNR, o investimento no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no Sistema de Informações Schengen e na Europol.

O PCP considera que esta política do Governo visa esconder as enormes responsabilidades do PSD na situação de insegurança generalizada que se vive no País, está eivada de vícios antidemocráticos e propósitos autoritários, não resolve as debilidades da fronteira externa, põe em causa a soberania nacional na definição de medidas de política e segurança interna, não moderniza nem melhora significativamente a eficácia das Forças de Segurança e é incapaz de resolver a generalidade dos problemas de segurança e tranquilidade das populações.

O PCP reafirma a indispensabilidade de um debate nacional sobre a reestruturação das Forças de Segurança, preconiza um investimento nos meios, na eficácia, na coordenação operativa, na cooperação institucional e na prevenção. O PCP é favorável à definição do carácter civilista e judicializado de todas as Forças de Segurança e ao reconhecimento dos direitos dos seus profissionais.

O Grupo Parlamentar do PCP exigirá uma aprofundada discussão destas matérias e, na continuação de iniciativas anteriores, apresentará projectos de lei - reconhecendo o direito associativo socioprofissional na Guarda Fiscal e na GNR e o associativismo sindical na PSP e criando Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos.

O PCP apoiará todas as movimentações e lutas que visem a defesa e o reconhecimento do direito à tranquilidade e segurança das populações.

Receitas Fiscais			
	1992	1993	Evol. %
<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	1160.0	1274.2	9.8
IRS	790.0	875.0	10.8
IRC	330.0	383.0	16.1
<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	1610.7	1855.2	15.2
I. Prod. Petrol.	371.0	384.0	3.5
IVA	860.0	995.0	15.7
I. Automóvel	88.0	101.0	14.8
I. Tabaco	115.0	124.0	7.8
I. Bebidas	25.0	28.3	13.2
I. Selo	115.7	215.6	86.3
<b>TAXAS E MULTAS</b>	23.0	24.2	5.2
<b>TOTAL DE IMPOSTOS</b>	2793.7	3153.6	12.9

Classificação Económica da Despesa <sup>(1)</sup>			
milhões de contos			
Designação Económica	1992 Estimativa de execução	1993	Variação (em percentagem)
<b>Despesas correntes</b>	<b>3361,4</b>	<b>3452,4</b>	<b>2,7</b>
Despesas com pessoal	1083,4	1071,3 <sup>(2)</sup>	-1,1
Aquisição de bens e serviços	113,7	121,6	6,9
Encargos correntes da dívida	1028,2	940,1	-8,6
Transferências correntes	1018,3	1067,4	4,8
Administrações públicas	813,7	867,3	6,6
Outras	204,5	200,2	-2,1
Subsídios	85,8	84,5	-1,5
Outras despesas correntes	31,9	37,3	16,8
Dotação provisional			130,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>408,5</b>	<b>436,2</b>	<b>6,8</b>
Aquisição de bens de capital	81,3	91,0	12,0
Transferências de capital	297,0	323,5	8,9
Administrações públicas	276,9	297,3	7,3
Outras	20,1	26,2	30,9
Activos financeiros	28,8	11,0	-61,6
Outras despesas de capital	1,5	0,7	-54,1
Dotação provisional			10,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3769,9</b>	<b>3888,6</b>	<b>3,1</b>

(<sup>1</sup>) Não inclui amortizações da Dívida Pública, Fundo de Regularização da Dívida Pública e Despesas com compensação em receita.  
 (<sup>2</sup>) Não inclui o aumento de vencimentos de 1993, cuja verba é parte da dotação provisional.

# Pobreza e riqueza em Portugal hoje

A questão da pobreza e da sua outra face, a riqueza, apesar das profundas alterações que através dos séculos se têm dado nas relações sociais e nas condições de existência das sociedades, continua - ainda hoje! - no centro da vida social e das preocupações dos seres humanos.

Sabemos que foi necessário percorrer um longo caminho histórico até que, há pouco mais de um século, com o desenvolvimento por Marx e Engels dos fundamentos das ciências sociais e da teoria materialista da história, se tornou possível analisar as causas das desigualdades e rebater a ideologia dominante acerca da sua inevitabilidade. E sustentar, com a iluminação do papel histórico desempenhado pelas lutas de classes, a perspectiva e a possibilidade de construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem e o caminho para atingi-la.

O enorme desenvolvimento das forças produtivas verificado desde então, o carácter muito mais complexo da vida económica e social, as profundas transformações que o próprio capitalismo registou, não questionam porém a validade do fundamental das teorias de Marx para a compreensão das desigualdades no mundo contemporâneo.

Este aspecto é tanto mais significativo quanto a evolução do capitalismo, desmentindo as previsões das suas várias correntes teóricas e apesar das extraordinárias possibilidades abertas pelos progressos científicos e tecnológicos, não só não está a conduzir a um efectivo desenvolvimento económico e social, à escala mundial, como pelo contrário está a agravar os factores de instabilidade e de crise e a fazer crescer, a um nível nunca visto e qualitativamente novo, as mais profundas desigualdades sociais, regionais e nacionais.

Este mesmo processo de agravamento das desigualdades sociais e das assimetrias e o aprofundamento dos dualismos, está particularmente patente nas alterações registadas nos últimos anos na sociedade portuguesa.

## Os Bilionários

Por um lado é a concentração das riquezas, "produzida" pela desequilibrada e injusta repartição do rendimento nacional, pelo aumento da exploração dos trabalhadores, pelo incessante processo de concentração e centralização capitalistas, pela especulação, pelo saque das privatizações, pelos favores fiscais e outros benefícios obtidos através do Estado.

O estudo recentemente publicado pela revista *Fortuna* - "Bilionários 92: quem são, de onde vêm e quanto valem os mais ricos de Portugal" (1) - apesar de apenas contabilizar "a face visível das fortunas", de utilizar "estimativas conservadoras" a partir de "dados públicos" e de reconhecer que "uma parte das grandes fortunas está escondida pelos mantos das contas bancárias no estrangeiro, de *holdings* sediados em paraísos fiscais ou de patrimónios de valor incalculável", constitui um interessante e actualizado testemunho deste (acelerado) grau de concentração da riqueza entre nós.

A lista dos Bilionários, pessoas com patrimónios líquidos acima dos três milhões de contos, contém nada menos que 99 titulares, que são detentores globalmente de mais de 1400 milhões de contos. Traduzido em miúdos, um valor superior ao total das remunerações médias anuais de um milhão de trabalhadores, ou seja, de cerca de um terço do total do emprego assalariado existente em Portugal...

E a esta lista ainda é acrescentada uma outra, contendo 75 titulares, cujas fortunas não são calculadas exactamente por serem "incalculáveis"!

Lá estão, na classificação da revista, os "velhos senhores", que fizeram fortuna à sombra do regime fascista e da superexploração dos trabalhadores durante quase meio século; os "novos capitalistas", cuja fonte de enriquecimento recente foi a "especulação na Bolsa, nos mercados financeiros e no imobiliário"; os "homens de África" que tresandam a diamantes e a outros "negócios" rápidos; as "famílias dos têxteis", que acumularam milhões à custa da mão de obra barata; os "senhores da terra", a "nobreza", que "ainda controla e gere 20% das terras de Portugal".

A acelerada concentração de riquezas que está a verificar-se no nosso país, no quadro da integração europeia e das crescentes posições assumidas pelo capital estrangeiro, nomeadamente pelas transnacionais, não representa apenas o cavar do fosso das desigualdades, mas constitui também a base da restauração (em novas condições)

do sistema de capitalismo monopolista e do domínio do poder político pelo poder económico capitalista, que haviam sido destruídos no processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril.

## A exclusão social

A outra face da mesma realidade, é a preocupante extensão e agravamento dos fenómenos da exclusão social e da pobreza, em toda a multiplicidade das suas dimensões, desde o nível muito baixo de rendimentos, ao desemprego ou precariedade de trabalho, à falta de condições de habitação, de saúde e de inserção nos próprios processos educativos.

Em relação ao nível dos salários e das pensões de reforma, que determinam o nível de vida de uma parte muito significativa da população, é conhecido que ele está longe de permitir uma vida digna a muitos portugueses. Isto apesar de muitos trabalhadores, para conseguirem um rendimento mais elevado, recorrerem ao prolongamento do seu tempo de trabalho (duplo emprego, horas extras, biscates, etc.). As diferenças em relação aos restantes países da CEE são gritantes - Portugal tem os mais baixos salários comunitários e a distância que nos separa, por exemplo, da Dinamarca, país que tem os salários mais elevados, não cessa de aumentar.

Não surpreende por isso que, segundo as estimativas da CEE, Portugal seja de longe o país comunitário em que o problema da pobreza atinge uma dimensão mais significativa. (2)

Um terço da população portuguesa vive numa situação de pobreza (pessoas com um rendimento inferior a 50% do rendimento médio nacional *per capita*).

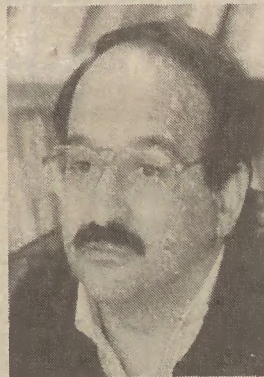
Mas se o limiar da pobreza for calculado a partir do número de pessoas cujo rendimento é inferior a 50% do rendimento médio comunitário, a população portuguesa abrangida é quase de 70%, bem longe dos 32% da Espanha, dos 25% da Irlanda ou dos 21% da Grécia, e sem



qualquer comparação com os 2%, apenas, da Bélgica.

Os interessantes inquéritos e outros estudos sociológicos que vêm sendo dedicados ao problema da pobreza em Portugal mostram que à "pobreza tradicional", em que sobrevive um vasto sector de idosos e de deficientes, desempregados há longa data ou jovens à procura de primeiro emprego, famílias monoparentais, minorias étnicas, sectores de assalariados e do campesinato com um nível muito baixo de rendimentos, se vêm crescentemente somando os efeitos sociais do que vêm sendo designado por "nova pobreza" provocada pelas alterações estruturais muito profundas que se verificam no mercado do trabalho. (3)

Esta "nova pobreza", que é um fenómeno comum às economias capitalistas, e que está presente nomeadamente nos países da CEE, está a atingir uma parte cada vez mais significativa da população que, ou não consegue acesso a um rendimento regular certo, ou é atingida por alterações da regularidade, da certeza e/ou do nível do rendimento. Ela resulta, pois, do agravamento do desemprego, seja pela não inserção profissional de muitos jovens (o desemprego de não inserção), seja pela exclusão de trabalhadores precocemente considerados "idosos" (o desemprego de exclusão). E está também directamente relacionada com o alastramento da precarização do trabalho que, em muitos casos, atinge situações de exclusão de modalidades formais de contrato de trabalho e do próprio sistema de segurança social, o que agrava muito a



**EDGAR CORREIA**  
Membro da Comissão Política

vulnerabilidade à pobreza por efeito de despedimento, de doença ou de envelhecimento.

Como é sublinhado no relatório "Da antiga à nova pobreza" que se integra num projecto de investigação sobre "Ser pobre em Lisboa" (4), "para além das aparências enganadoras, são os mesmos processos estruturais e são os mesmos factores fundamentais que produzem e reproduzem tanto os "antigos" como os "novos pobres". A diferença entre novos e velhos pobres situa-se, essencialmente, "na intensidade e na extensão dos grupos sociais atingidos". A intensidade acentua e reforça "as condições de empobrecimento dos "antigos pobres", expele-os como os "excluídos definitivos". A extensão traduz o facto de "novas categorias sociais", até então "seguras", resvalarem para situações de "nova pobreza". Os "não pobres" de ontem são "novos pobres" de hoje".

## Conhecer, intervir, lutar

A intervenção e a luta contra as desigualdades e pela melhoria do nível e da qualidade das condições de vida do povo português, constitui uma motivação central e um combate de sempre dos comunistas portugueses.

Elas inspiram a defesa constante dos direitos sociais e dos interesses imediatos dos trabalhadores e do povo português; a luta contra a política de direita e por uma viragem democrática na situação nacional; o programa de uma democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural; e mantêm erguida a bandeira do socialismo, da construção futura de uma sociedade em que seja posto termo à exploração do homem pelo homem.

O alastrar das manchas de pobreza, o agravamento das assimetrias, o aumento das desigualdades sociais, requerem porém um acréscimo de atenção e uma intervenção mais próxima e mais activa.

Trata-se de atacar o grave problema social da pobreza nas suas causas.

Junto daqueles que continuam a ouvir a palavra solidariedade ligada à afirmação de que "tem que haver sempre pobres e

ricos e (que) a existência de desigualdades é inevitável" (5), trata-se também de mostrar as condições de que a nossa época dispõe para ultrapassar uma tal "fatalidade".

Trata-se, por último, mas não menos importante, em relação aos sectores que vêm sendo crescentemente atingidos pelos fenómenos complexos da exclusão social, de conhecer de perto e compartilhar situações, de enfrentar e lutar quotidianamente contra uma realidade injusta e por isso e sempre inaceitável.

### NOTAS:

(1) Revista *FORTUNA* - Julho 1992

(2) *RELATÓRIO FINAL DO SEGUNDO PROGRAMA EUROPEU DE LUTA CONTRA A POBREZA - 1985/1989*  
Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 13 de Fevereiro de 1991

(3) *EXCLUSÃO SOCIAL - (factores e tipos de pobreza em Portugal)*

São autores desta obra vários docentes e investigadores do ISCTE

Celta Editora  
Oeiras/1992

(4) *DA ANTIGA À NOVA POBREZA - (relatório que se integra num projecto de investigação com a participação da Câmara Municipal de Lisboa)*

Clara Gonçalves  
Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cris-tã, Junho 1989

(5) Entrevista de D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal  
*Actual*, 25 Junho 1992

# Reestruturação das Forças de Segurança

## As superesquadras da insegurança generalizada

Aí está a tão anunciada reestruturação das Forças de Segurança (F.S.), finalmente tornada pública pelo MAI.

Numa primeira leitura surge a ideia de que os efeitos desta reforma para a segurança das populações serão escassos. Dá até vontade de perguntar os nomes das ruas em que vai haver mais polícias.

Mas, à medida que se vai esmiuçando o projecto, vai-se desenhando uma conclusão curiosa. É que, ofuscados pelo foguetório mediático e escondidos pelas intenções anunciadas - melhorar a segurança das populações pelo reforço do policiamento - estão três objectivos bem diferentes que, pelos vistos, o MAI preferiu não desvendar.

Gato escondido com o rabo de fora!

### Menos Estado pior Estado

O primeiro desses objectivos é economizar nas despesas do Estado destinadas à segurança e tranquilidade das populações.

Pelo que se sabe, o Orçamento de Estado (O.E.) para o MAI em 1993 terá um aumento efectivo de apenas 0,8%, o que significa uma **diminuição real muito acentuada relativamente a 1992.**

Sem se dispor ainda de dados sobre a distribuição de verbas, não parece entretanto muito plausível esperar os investimentos consideráveis em meios que, dada a situação de insegurança generalizada que se vive no país e as intenções anunciadas pelo MAI, seriam necessários.

Por outro lado, quando se pretende reduzir significativamente o número de instalações da P.S.P., quando se propõe à Associação Nacional de Municípios que o Poder Local assumia maiores encargos com a construção de instalações para as F.S., quando se deixa antever que na revisão constitucional devem ser alargadas as possibilidades de acesso das empresas privadas de segurança, parece evidente que se pretende, a curto/médio prazo, reduzir substancialmente as despesas desta alínea do O.E.

Chegará aliás a altura, se lhe derem tempo, em que esta política do PSD se clarificará ainda mais e traduzir-se-á na máxima neoliberal de: "Quem quiser segurança pague-a", seja a autarquia, seja o simples cidadão.

### Guarda pretoriana

O segundo objectivo do MAI é constituir uma autêntica guarda pretoriana.

É o que resulta do substancial reforço da G.N.R., cujos efectivos passarão, tudo o indica, para perto de 22 000 homens. Absorve a Guarda Fiscal, as suas missões e património e emerge como a única F.S. efectivamente presente em todo o País.

Passará a exercer em exclusivo a segurança de cerca de 90% do território nacional e, a acreditar nas notícias divulgadas, alargará as suas missões em áreas até agora da responsabilidade dum vasto conjunto de outras forças e entidades - Guarda Fiscal, Polícia Marítima, Sistema de Autoridade Marítima, Capitães de Portos, Armada, Direcção Geral de Alfândegas, Polícia de Segurança Pública e Autoridade Aérea Nacional.

Dir-se-á que não há nisto nada de grave, que se procura apenas a eficácia. Não é verdade!

A gravidade desta concentração de poder numa única Força advém da absoluta recusa do Governo em modernizar a G.N.R., em alterar os conceitos de "Corpo Especial de Tropas", a orgânica e doutrina militares, o enorme dispositivo de unidades de reserva de vocação repressiva, as deficientes condições de trabalho e a escassez de regalias e direitos dos respectivos profissionais.

Este estado de coisas dificulta profundamente o cumprimento das missões da G.N.R. como força de segurança e policial. Mantém-na inconstitucionalmente como uma espécie de 4º ramo das Forças Armadas e, contra ventos e marés, alimenta a concepção retrógrada e nada "europeia" do Governo, de pôr e dispor da sua própria guarda pretoriana.

### Implementar Schengen/Maastricht

A toda a velocidade, o terceiro objectivo do Governo é - nem podia deixar de ser - implementar rapidamente os esquemas de Schengen/Maastricht, da "Europa das Polícias" e da "Europa fortaleza".

Pouco importa que em Portugal os Acordos de Schengen não estejam ratificados e que o Tratado de Maastricht não esteja nem aprovado nem ratificado.

Nem importa sequer que Schengen e Maastricht tenham o futuro ainda incerto. Nestas coisas da "Europa das Polícias" o Governo do PSD escolheu decididamente o "pelotão da frente".

E como não foi capaz de reforçar decisivamente a fronteira externa, de fazer um estudo integrado da situação na área, de procurar e implementar soluções consensuais em tempo útil para o calendário comunitário, o Governo optou pelo "diktat", pela política do facto consumado.

Mandou que a Guarda Fiscal fosse absorvida pela G.N.R. e acumulasse um conjunto de missões que eram pertença de outrem.

Desconfia-se, justamente, de que tudo isto foi feito à pressa, irreflectida e imponderadamente e tem-se a certeza de que muitos dos envolvidos não foram sequer ouvidos, às tantas nem alguns Directores Gerais. E porque é que o haviam de ser, se nem a opinião do Comandante Geral da Guarda Fiscal foi tida em consideração?

Parece uma medida daquelas em que se especializa-



ram certas empresas (e certos ministros) de encontrar o subterfúgio jurídico que permite concorrer ao crédito bonificado.

Se não havia verbas comunitárias para a fronteira exterior gerida pela Guarda Fiscal, faz-se um casamento de conveniência com a G.N.R. e uma nova escritura do negócio, para ver se pega, e se chegam mesmo os tão falados 15 milhões de contos para equipamentos.

Assim se subordina a resolução de um problema nacional de grande importância - a defesa da fronteira externa e a vigilância e policiamento da área marítima nacional - aos prazos e interesses multinacionais e, ainda por cima, nem sequer se procura fazê-lo com competência.

E não se trata de um caso isolado. O mesmo sucede com todo o esforço de investimento no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no Sistema de Informações Schengen e na EUROPOL, em detrimento das forças e missões de segurança mais voltadas para a realidade nacional - e sem que daí advenham para já quaisquer ganhos significativos.

### As superesquadras

À cabeça das medidas do MAI agora anunciadas, surgem as já famosas superesquadras.

Em primeiro lugar, está por provar se se trata efectivamente de "Hill Streets" à portuguesa ou antes de aquartelamentos de polícia.

É que as superesquadras dos EUA, com 1000 polícias, incluindo investigadores e grupos de intervenção, dotados de todos os meios informáticos e tecnológicos, apoiados por 400 ou 500 carros patrulha e 2 ou 3 helicóp-

teros, respondendo perante um magistrado judicial residente, são, se comparadas com a nossa realidade, uma autêntica extravagância.

Em Portugal, o MAI, e não só, não deixará de tentar transformar as superesquadras em quartéis fechados e burocratizados, com rígidas normas de vida militar, formaturas, guardas, separação de classes, limitação dos direitos e regalias dos profissionais e da sua Associação representativa, etc.

É evidente que estas transformações, a verificarem-se, não aproximarão a P.S.P. do cidadão, antes irão no sentido de a tentar recuperar como força militarizada e repressiva.

Por outro lado, as superesquadras previstas, 6 em Lisboa e 4 no Porto, permitirão o encerramento de meia centena de instalações da P.S.P., mas, mesmo sem contestar que dessa forma se libertem mais profissionais para o policiamento de ruas - e há quem o rebata com números e exemplos -, fica por explicar como melhora a segurança.

Melhora a segurança desaparecendo as instalações fixas, disseminadas pelas cidades, que, por si só, constituem fontes de dissuasão da criminalidade local?

Melhora a segurança quando qualquer urgência carece da resposta dum carro patrulha que está 5 ou 6 vezes mais longe e tem de atravessar o trânsito infernal para atender à chamada?

Melhora a segurança com a rotação constante do polícia que, até agora, meses e anos a fio, fazia o giro daquele bairro e daquela rua e tratava a marginalidade pelos nomes?

Melhora a segurança interrompendo a ligação entre o Chefe de Esquadra, o Presidente de Junta e o Conselho Directivo da Escola?

Melhorará a segurança quando o polícia estiver mais longe e aparecer de carro a derrapar à "Hill Streets" e apenas para intervir, para reprimir, para prender e já não para prevenir e aconselhar?

Não, por este caminho não parece que melhore a segurança, pelo menos na generalidade dos casos, embora seja de admitir que melhore nas ruas das superesquadras e em mais algumas.

Aliás, não era mau que o MAI explicasse o que se passou há poucos anos em Coimbra, quando falhou rotundamente a experiência da super-esquadra local.

### Para onde vamos

Nem tudo é mau na reforma do MAI - há que dizê-lo.

Talvez possa melhorar a situação em alguns concelhos, com o fim da sobreposição de duas ou três Forças. Mas, mesmo aí, haverá custos a pagar e não só pelos profissionais transferidos, mas também pelas populações que verão degradadas as suas relações com as Forças de Segurança.

Poder-se-á talvez, dar alguns passos no que respeita à defesa da fronteira externa, mas com excessivos e desnecessários custos sociais e por caminhos ínvios e minados de problemas e conflitos, perfeitamente evitáveis com outra política.

Racionalizar-se-á talvez, num relativamente pequeno número de casos, o aparelho de segurança, mas a regra será tentar reduzir a todo o custo, numa óptica neoliberal mesquinha de fazer as autarquias e as populações pagar a factura da sua segurança.

E das superesquadras poder-se-á, talvez, esperar mais capacidade de concentrar meios em grandes operações, mas certamente não há que esperar melhorias na segurança das cidades, se não se investir em mais meios, mais e melhores instalações e melhor formação cívica e técnica dos profissionais.

Esta reestruturação do ministro Loureiro começou pelo telhado, começou pelos efectivos, em vez de começar pela doutrina e pelos meios, e não vai resolver os tremendos problemas de insegurança com que se debate o país.

Vai, quando muito, gerir a situação de insegurança generalizada, que, de há anos a esta parte, sob os conselhos do PSD vem avassalando as populações. E gerindo-a, não poderá evitar o seu agravamento, imposto por factores objectivos e agravado por factores externos.

Para inverter esta tendência, para defender os direitos dos cidadãos e o direito à tranquilidade e segurança das populações não se vê outro caminho que o de enfrentar esta política e combater este Governo.

## Escândalo na Câmara de Setúbal

# Anticomunismo saneia trabalho CDU

Argumentar que a normal substituição de dois vereadores por outros da mesma força política constitui "quebra de continuidade nos trabalhos que tais substituições acarretariam a um ano de eleições", parece desvario ao nível dum Alberto João Jardim, sobretudo quando não se vislumbra onde a hipótese alternativa - a substituição desses vereadores por elementos de outra força política - pode garantir a continuidade de um trabalho que, aí sim, sofrerá uma óbvia **quebra de continuidade**.

Parece uma "jardinada", mas desta está o presidente do Governo Regional da Madeira inocente: a imbecilidade partiu do Continente e donde, eventualmente, menos se esperaria - do presidente dum Câmara Municipal com a importância da de Setúbal e pela voz do socialista Mata Cáceres, tendo como alvo (imagine-se...) a representação da CDU, que é "apenas" a segunda força do Concelho, a curta distância da actual maioria, e primeiríssima no Distrito. Os "alvos" são, concretamente, os vereadores do PCP Regina Marques e Raul Figueiredo, que foram propostos pela

Coligação para substituírem, nos pelouros do Trânsito e da Energia, os vereadores Odete Santos e Aranha Figueiredo, que entretanto necessitaram cessar funções autárquicas por motivos de ordem particular. Mata Cáceres achou o momento azado para um exercíozinho anticomunista e decidiu essa coisa espantosa: os vereadores do PCP não podem substituir os seus camaradas - com quem já trabalhavam e donde trazem o fio condutor dum trabalho pensado e realizado no tempo - sob a "justificação" de que tal, constitui uma "quebra de continuidade nos trabalhos"...

Conversámos com os dois vereadores do PCP, sob os ecos de tumultuosas sessões camarárias onde Mata Cáceres tem procurado demonstrar a quadratura do círculo, recorrendo a argumentações de fino recorte, género "os senhores não acertam uma!" e protagonizando um escândalo que ainda vai dar muito que falar.

Regina Marques foi clara, na denúncia objectiva do PS em todo este imbróglie: "Insistimos em responsabilizar o Partido Socialista por esta atitude, esta gravíssima opção de carácter político, antidemocrática e anticomunista". E pormenorizou: "É sabido que Mata Cáceres se posiciona no seu próprio partido ao estilo do Alberto João Jardim. Por exemplo, ainda na sessão pública em que, uma vez mais, chamámos a atenção para os transtornos e prejuízos que a má planificação das obras está a trazer para muitos munícipes - e nesse sentido apresentámos uma proposta positiva - logo Mata Cáceres, evidenciando um pendor que chamaríamos de caciqueiro, se virou para os restantes vereadores socialistas e lhes ditou a ordem: *Meus amigos, isto não é para discutir, deixem essa questão comigo!* - e os outros, imagine-se!, calaram-se mesmo!"

Quanto à incrível "argumentação" de Mata Cáceres acerca da "quebra de continuidade do trabalho" que as substituições acarretariam, Regina Marques riu-se:

"Tanto eu como o camarada Raul Figueiredo, no mandato anterior, detivemos os pelouros, respectivamente, do Trânsito e da Saúde, efectuando um trabalho notório que, como assinalava um comunicado do Partido, ninguém pôs ou podia pôr em causa. Não se conhece que Mata Cáceres, na última campanha eleitoral, tenha desdenhado a acção dos nossos pelouros... Antes pelo contrário, bem procurou chamar a si os louros desse trabalho..." E concluiu:

"Mas ao evocar a aproximação do próximo acto eleitoral - em 1993 - diríamos que a verdade lhe fuge da boca: Mata Cáceres tenta neutralizar a nossa presença e actividade no executivo camarário, convencido de que assim o próprio PCP, se não mesmo toda a CDU, se verão impossibilitados de se afirmar como grande força política que são, em quaisquer circunstâncias, mesmo nestas. É claro que estão a laborar num erro colossal..."



Raul Figueiredo é da mesma opinião e afirma:

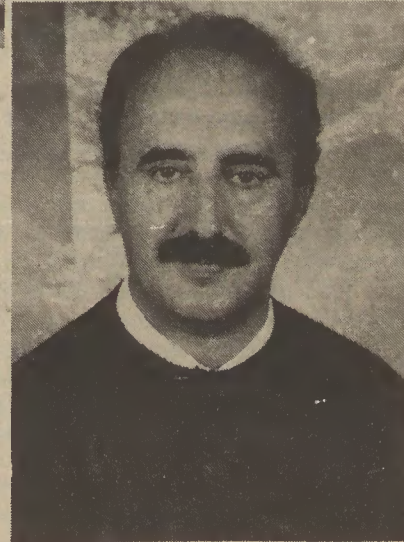
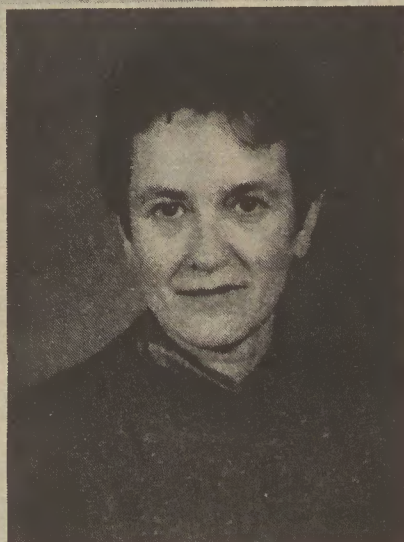
"Evidentemente que não vamos ficar de braços cruzados, porque não foi para isso que as populações nos elegeram. Embora com mais dificuldades, tentaremos acompanhar o trabalho autárquico em todas as áreas, não deixando, naturalmente, de exercer a acção fiscalizadora que nos compete".

O modo de intervir nestas circunstâncias bizarramente adversas, está igualmente claro para os vereadores da CDU, como nos afirmou Raul Figueiredo:

"Continuaremos a estudar os principais problemas que preocupam as populações, desenvolvendo, para isso e de forma sistemática, contactos directos que irão revelar-se muito úteis no trabalho que queremos fazer nos órgãos autárquicos. Infelizmente, Setúbal está longe de ser uma cidade moderna, como se exige a uma capital de Distrito..."

A situação desencadeada pela prepotência de Mata Cáceres está longe de alarmar a CDU, notoriamente virada para a luta e confiante na sua reconhecida capacidade de trabalho e de realização. Raul Figueiredo foi peremptório:

"Como se sabe, a CDU é a única força que pode constituir uma alternativa válida à actual gestão do



Os vereadores da CDU Regina Marques e Raul Figueiredo

Partido Socialista. Para isso é necessário continuar a desenvolver um trabalho capaz de mobilizar grande número de militantes e simpatizantes. O encontro que vamos realizar no próximo dia 1 de Novembro constituirá, certamente, um passo muito importante no prosseguimento desse caminho".

E os objectivos da CDU desenham-se, igualmente nítidos, neste horizonte que a gestão PS quis tornar de borrasca e está a ter efeitos, no mínimo, contrários, como também claramente afirmou Raul Figueiredo:

"Recuperar a presidência da Câmara Municipal de Setúbal é um objectivo que devemos fixar como orientação do trabalho futuro", sublinhou.

■ HC

## Um perdedor com sorte

De gesto inflamado e um certo ar de tribuno de bairro em noite de amadores, Mata Cáceres gosta de se imaginar um vencedor. O homem não fala, discursa, não argumenta, perora. Sem espelho de si próprio, parece imune ao pudor e fala sempre como se acabasse de conquistar a cidade, fingindo olhar os adversários dum peanha que só ele reconhece.

Todavia, por muito que custe perturbar tanta auto-estima, Mata Cáceres não é um vencedor nato, mas um perdedor com sorte.

A sorte, sorriu-lhe em 1985, quando o PS e o PSD deram as mãozinhas anti-comunistas para o levarem à presidência do município de Setúbal.

A sorte, voltou a contemplá-lo nas

eleições seguintes, onde iguais pressupostos levaram o PSD a dar-lhe de novo os votos necessários através dum candidatura a fingir.

Só que, hoje, são os próprios amigos do PSD que lhe fustigam a má gestão, como bem assinalou um comunicado da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, que denunciava: "Razões têm os setubalenses para acompanhar com todo o interesse o continuado esforço propagandístico do PSD/Setúbal dizendo cobras e lagartos da gestão socialista da Câmara Municipal e pretendendo fazer-se passar por alternativa ao PS. É bom sinal que queira retirar a Mata Cáceres os votos que lhe deu em 1985 (graças à aberrante

coligação PS/PSD) e, de novo, em 1989 (quando apresentou uma candidatura e fez uma campanha de fingimento). A gestão do PS é a gestão que o PSD apoiou, compartilhou e perpetuou!", assinala o PCP, que, entretanto, recorda a circunstanciada denúncia que sempre fez da desastrosa política camarária encabeçada por Mata Cáceres.

Longe estão os tempos de vitória de Mata Cáceres, por muita prepotência que ele hoje use para calar a oposição da CDU. E de regresso estão uns outros tempos, que o fogoso edil se esforça por esquecer, onde se regista a sua espectacular derrota em 1982, como candidato do PS às eleições municipais do Montijo...

# A estratégia do FMI e a crise norte-americana

■ Miguel Urbano Rodrigues

A duas semanas das eleições, a crise global aprofunda-se nos EUA.

O presidente George Bush insiste em apresentar os «êxitos» da sua política externa como vitórias da humanidade. Na sua opinião, justificam a confiança e abrem as portas do futuro.

Essa maneira indirecta de justificar as dificuldades caseiras envolve agressão à verdade.

A nova ordem mundial proclamada após a guerra do Golfo desenvolve-se na prática como desordem de âmbito planetário. O fosso entre os países industrializados e as sociedades do Terceiro Mundo aumenta. O fim do socialismo na Europa e a desagregação da URSS não encaminham os povos para uma era de paz e prosperidade. A fome alastra em dezenas de países e as guerras irracionais multiplicam-se.

O capitalismo selvagem, estimulado pelas potências do G-7, está a construir para uma pauperização crescente de vastas regiões do planeta.

Nos últimos anos intensificou-se a transferência líquida de capitais dos países pobres para os mais ricos. É o resultado da nova estratégia concebida pelo FMI e pelo Banco Mundial.

No início dos anos 80, o Fundo definiu uma nova política de relações com o Terceiro Mundo, quando se tornou evidente que a dívida aos grandes bancos transnacionais era incobrável.

Segundo os G-7, o FMI e o BM «correram em auxílio dos países mais pobres». Na prática, longe de contribuir para estancar o fluxo de capitais no sentido Sul-Norte, o FMI conseguiu aumentá-lo, tornando-se o cobrador do serviço da dívida. O endurecimento dos programas de ajuste estrutural fez «o milagre».

Num importante trabalho (1), Michel Chossudovsky, professor de Economia da Universidade de Otawa, no Canadá, analisa e desmonta os mecanismos que agravam o empobrecimento de dezenas de países.

«A transferência líquida de recursos — sublinha — para os países ricos acelera-se. O FMI (que até então refinanciava a dívida em nome dos grandes bancos e dos credores oficiais) começou a exigir o reembolso dos seus próprios empréstimos. Entre 1986 e 1990, 31,5 mil milhões de dólares foram transferidos em benefício exclusivo do FMI, quantia que representa 22% das saídas de capitais do Sul e do Leste para o Norte. Curioso sistema através do qual os países pobres sustentam o Fundo Monetário (...) As medidas de austeridade orçamental impostas pelas missões do FMI no quadro do ajustamento estrutural têm também por objectivo comprimir os gastos governamentais, a fim de libertar as verbas necessárias aos reembolsos da dívida. Segundo o Fundo da ONU para a Infância (UNICEF), cerca de metade das despesas, nos países mais endividados da América Latina, são antecipadamente afectadas ao pagamento do serviço da dívida. E os cortes orçamentais impostos pelo FMI no quadro do ajustamento estrutural roem inevitavelmente os programas de educação e saúde (...).»

Os dirigentes do Fundo têm, aliás, consciência da devastação que provocam. De um estudo recente da Organização transcrevemos: «Não se pode afirmar com certeza se os programas (de ajustamento) funcionaram ou não (...) Com base em trabalhos existentes não se pode dizer com segurança se os programas apoiados pelo Fundo levaram a uma melhoria dos resultados no tocante à inflação e ao crescimento económico. Na realidade, muitas vezes verifica-se que a aplicação dos programas é acompanhada de um aumento da inflação e de uma quebra da taxa de crescimento.» (2)

Apesar dessa evidência, o FMI fez o que estava ao seu alcance para estender à Europa Oriental e à Rússia a estratégia que tão maus resultados provocou na América Latina e na África.

Na Checoslováquia, a dolarização dos preços internos contribuiu para uma queda de 60% do poder aquisitivo da população, tomando como referência o ano de 1989.

Entre 89 e 91, a produção industrial caiu 9% na Checoslováquia, 34,5% na Polónia, 38,9% na Roménia, 22,3% na Bulgária, 17% na Hungria.

A abertura das barreiras alfandegárias arruinou a indústria desses países.

«Empobrecida pelo ajustamento — salienta Chossudovsky —, a população deverá reduzir ainda mais os seus gastos com a alimentação e na lógica do sistema os excedentes agro-alimentares são muitas vezes exportados». Os preços são os do Ocidente, os salários misérrimos.

A cumplicidade dos bancos centrais passa a ser indispensável à execução da estratégia do FMI. Um exemplo: o empréstimo de mil milhões de dólares concedido em 5 de Agosto à Rússia visa em princípio

obter a estabilização do rublo, despejando dólares no mercado paralelo.

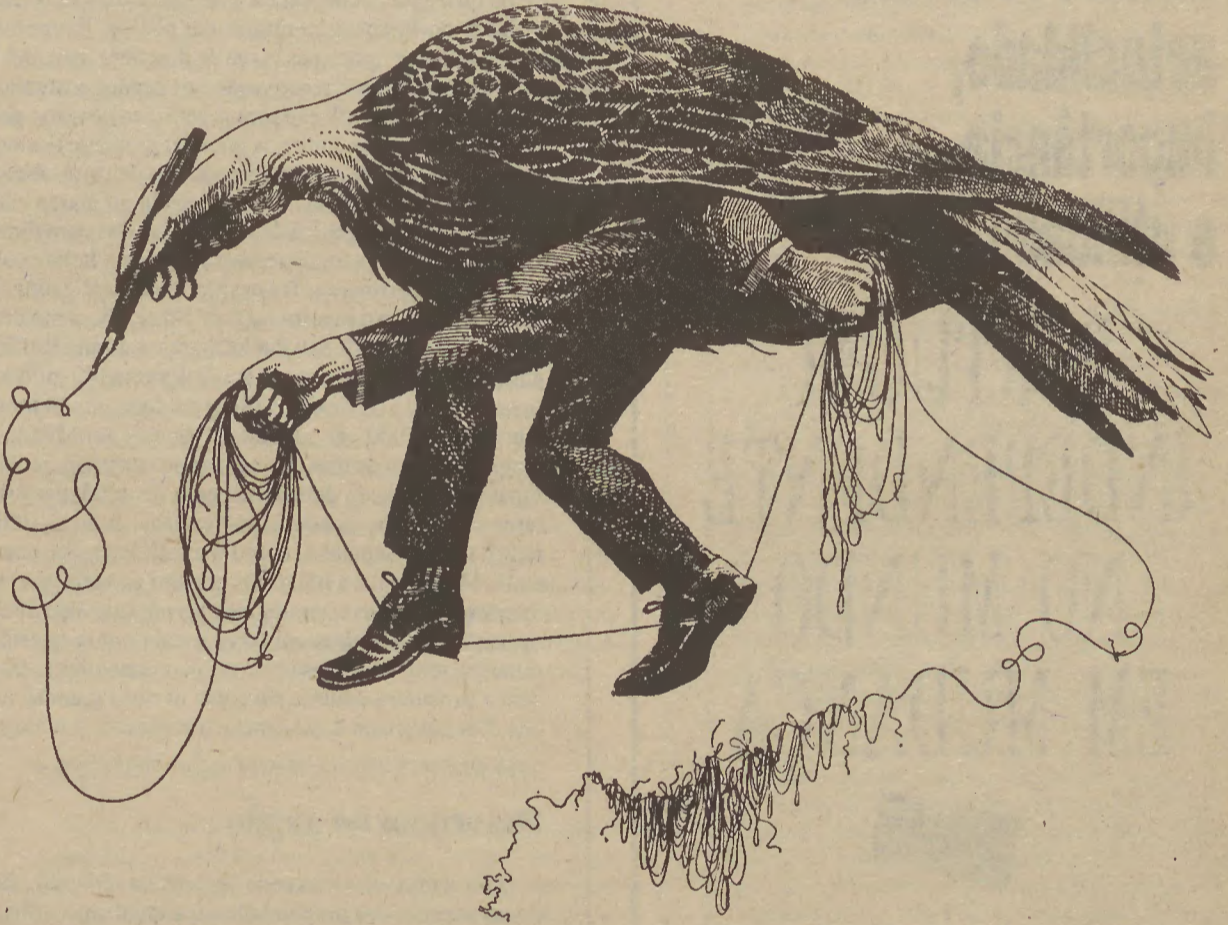
Na Polónia ocorreu em 1989 um fenómeno similar. O banco central começou a vender dólares, trocando-os por zlotys. Resultado: o zloty despenhou-se. O dólar, que valia 9500 zlotys em Janeiro de 1990, valia 12 800 em Abril de 92.

No caso da Rússia, o empréstimo do FMI provocará a transferência maciça de dólares para os especuladores e a mafia local.

\*  
\* \*

Na América Latina, o FMI, oficialmente empenhado em restaurar as finanças públicas, defende políticas de austeridade rígidas. Na prática, exige despedimentos, baixos salários, encerramento de empresas estatais e privatizações quando as empresas são lucrativas.

Na Argentina e na Venezuela, empresas do sector estratégico, nomeadamente companhias de aviação e de telecomunicações estatais, foram vendidas pelo preço da chuva a empresas europeias, também estatais. O dinheiro obtido com o negócio serviu para pagar dívidas aos membros dos Clubes de Paris e Londres.



Na Polónia, o FMI deu a sua bênção ao perdão de parte da dívida externa quando o governo aceitou a terapia de choque imposta pelo prof. Jeffrey Schatz, o «mago das finanças» recomendado pelo Fundo, e que foi depois chamado por Boris Ieltsin para rever os planos de saneamento da economia russa...

Na Bolívia e no Peru, a nova política económica permitiu o repartimento dos dólares do narcotráfico quando foi restabelecido o segredo bancário.

Um cúmulo de hipocrisia: o presidente do Banco Mundial, sr. Lewis Preston, declarou, em desabafo humanitário, que aquele estabelecimento, futuramente, não emprestará um centavo a «países que não desenvolvam um esforço sério na luta contra a pobreza».

Cabe esclarecer que, segundo o Banco Mundial, os pobres do Terceiro Mundo, com excepção do Sudeste Asiático, constituem «um grupo minoritário»...

\*  
\* \*

Os EUA, país que ocupa uma posição hegemónica no mundo, impondo a sua vontade ao Conselho de Segurança, e obviamente ao FMI, permanecem, entretanto, atolados na recessão. Segundo os grandes jornais de Nova Iorque e Washington, a situação é muito mais grave e complexa do que as estatísticas oficiais deixam entrever. As autoridades financeiras escondem dados importantes e alguns indicadores económicos são manipulados. Somente após as eleições de Novembro se

poderá ter o quadro da gravidade real da crise financeira.

O panorama é inquietante. Mais de 60% das crianças negras vivem hoje abaixo do nível da pobreza. O total de analfabetos funcionais ultrapassa já os 15 milhões. Mais de 35 milhões de pessoas não têm acesso a qualquer sistema de previdência social. A poupança bruta, que entre 1950 e 1980 representava 7,3% do Produto Nacional Bruto, não excedeu na última década 2,8%.

Os défices crescem de maneira alarmante. O do Orçamento Federal deverá exceder este ano 450 mil milhões de dólares. A dívida externa ultrapassou a barreira dos 700 mil milhões de dólares. O total da dívida nacional deverá, segundo as previsões, atingir em 1993 a quantia de 4500 mil milhões de dólares (quatro trilhões e meio).

O capitalismo norte-americano está doente. E a cura, como sublinham os analistas especializados, parece distante e difícil.

O país cujos governantes retomam as teses messiânicas (de Jefferson a McKinley) de «nação predestinada», a República que se comporta como se fora o polícia do mundo, no cumprimento de missão divina, faz, contudo, na própria casa o contrário do que exige aos países pobres da África, da Ásia e da América Latina e agora da Europa Oriental.

Dá aos outros o mau exemplo.

Não sem ironia, Fidel Castro chamou recentemente a atenção para essa contradição simultaneamente dramática e caricatural:

«Os EUA dizem aos países do Terceiro Mundo, aos países da América Latina, que não devem ter défices orçamentais, mas dão-se ao luxo de ter um défice orçamental de 400 mil milhões de dólares, que faz deles uma máquina sugadora de divisas no mercado mundial. Os EUA dizem que não deve haver défice comercial e os maiores défices comerciais são os dos EUA. Os EUA dizem que não deve haver políticas proteccionistas e as principais políticas proteccionistas têm lugar nos EUA. Dizem que não deve haver subsídios à indústria nem à agricultura e os primeiros a subsidiar a sua indústria e a sua agricultura são os próprios EUA.» (3)

Fidel Castro retrata uma realidade.

Não é mais possível esconder a significação mundial da crise norte-americana.

É utópico, contudo, concluir, perante a sua amplitude e gravidade, que o capitalismo se encontra à beira de um processo de implosão no seu principal baluarte. Mas é realista lembrar que a situação ali existente não poderá manter-se por muito tempo tal como está.

(1) «Les ruineux entêtements du Fond Monétaire International», Michel Chossudovsky, in «Le Monde Diplomatique», Paris, Setembro.

(2) in «The Macroeconomic Effects of Fund Supported Adjustment Programms, IMF Staff Papers, vol. 37, 1990, Washington, 1990.

(3) in «Un grano de maíz», Conversacion con Tomas Borge, pág. 89, La Habana, 1992.

# O apocalipse

■ Manoel de Lencastre

Da Itália, pode simplesmente dizer-se que o seu governo faliu. Há lá muita gente rica, como se sabe, abundam os milionários — os das famílias tradicionais e os de recente «formatura» que escarneckem da indústria para se abraçarem aos negócios modernos da comunicação social, do desporto e a outros de mais baixas origens que nem vale a pena mencionar.

## Dívidas do governo italiano

Os gerentes do ERM (Exchange Rate Mechanism — Mecanismo das Taxas de Juro) aceitaram graciosamente a desvalorização da lira. O governo italiano já não podia dar cobertura aos seus cheques, pagar as suas dívidas. A taxa oficial da lira tinha de ceder. Tratava-se de uma importância considerável (150 biliões de dólares) e os mercados já não acreditavam, simplesmente, na palavra dos ministros italianos. Tudo simples, como se vê. O mesmo costume aconteceu com os cidadãos individuais que emitem cheques aos seus credores sem serem capazes de conseguir os respectivos fundos. O que os espera? A falência e a prisão. Mas, como o governo italiano não podia ir preso, a desvalorização tornou-se inevitável. É preciso ter «cara» para dever 150 biliões e não pagar...

Quando tudo parecia ganhar alguma estabilidade, os mercados financeiros denunciaram novos receios quanto à situação da economia italiana e de outras na CEE, e a lira sofreu novos ataques. Em queda livre, aproximava-se das 1000 por cada marco alemão — o nível psicológico abaixo do qual a Itália conheceria o apocalipse e toda a Europa económico-financeira entraria em pânico. Economistas sugerem agora cortes nas taxas de desconto de papel para se conseguir alguma reactivação dos negócios normais do país, o regresso à inflação para permitir ao governo ganhar certo fôlego na luta contra os juros fatais que se acumulam sobre as dívidas oficiais e a imposição de certa disciplina nas operações cambiais. Mas, a corrida ao marco estabeleceu-se. A velha prática de atafalhar malas com dinheiro e levar tudo para a Suíça regressou. Toda a Itália conhece um clima deprimente, frustrante, desmoralizador. Não entra dinheiro estrangeiro no país. Só sai. E, como disse o director da Banca di San Paolo, signor Adriano Ruffinato, em Turim, se alguém se lembra de levantar 40 milhões de liras, a cotação da moeda italiana cai logo em 20 liras por marco. Das 3000 «boutiques» existentes em Milão, 10% fecharão dentro de dias. As vendas de vestuário, mobílias, sapatos, estão a cair dramaticamente. Os produtos alimentares mais caros já pouco se vendem. O povo italiano reduz-se ao essencial e, como é usual dizer-se, aperta o cinto. Mas, porquê a Itália? Os grandes capitais, que, hoje, dispõem de meios tecnológicos permitindo-lhes realizar operações financeiras em larga escala numa questão de minutos, retiram-se dos países cujas economias enfraquecem e procuram noutras paragens as duas grandes metas que lhes governam a existência: a segurança e o lucro.

## Desordem no Japão

Entretanto, não querendo investir na indústria, fugindo ao negócio das propriedades, o capitalismo refugia-se

na especulação porque os grandes centros mergulharam na mais profunda e catastrófica crise da segunda metade do século. Porquê a Itália? A Escandinávia agoniza. A recessão americana, que alguns diziam estar ultrapassada, regressa porque as regras que normalmente presidem a uma recuperação económica não podem entrar em funcionamento regular devido ao esgotamento dos meios bancários. A Alemanha, cuja posição parece ser de beneficiária das dificuldades dos outros, sabe que o financiamento da antiga RDA poderá prolongar-se, conhece já certa estagnação na actividade económica, vê desenvolver-se o desemprego.

Por enquanto, é ainda a estação de abrigo onde constantes ondas de capital se acomodam. Mas, até quando? No Japão, dão-se desordens na cidade de Osaka como resultado do desemprego e de condições sociais que o povo já não aceita e o capitalismo não pode mais recuperar. É a Itália, portanto, uma pedra mais no complexo dominó dos interesses do capitalismo, sofreu e continuará a sofrer porque a sua economia em vez de planificada para a produção industrial, para o consumo interno e para a exportação dos excedentes, caiu vítima da guerra das finanças.

O dinheiro, quando existe, transfere-se para actividades não produtivas que proporcionam grande espectáculo aos investidores mas deixam na sociedade um estranho ressentimento e uma cena de generalizada ruína que só pode conduzir a uma coisa: à revolução.


## «O nosso país está falido?»

A especulação, ou o grande capital em busca de santuários seguros, reconheceu que a situação económica da Grã-Bretanha, que temos descrito para os leitores do «Avante!» sob múltiplas formas, se apresentava sem garantias, deslizando igualmente para a bancarrota. O ataque à libra não se fez esperar.

Mas, em Westminster, existia e existe um governo de homens firmes e de princípios que proclamavam ao mundo: «A desvalorização da libra seria uma traição ao nosso país». Estas foram as inspiradoras palavras do primeiro-ministro John Major, de quem aqueles que o foram eleger em Abril último dizem agora: «Nós julgávamos que, pelo menos, de economia, ele percebia alguma coisa. Já sabíamos que era pessoa fraca, sem princípios, mas parecia-nos um homem de palavra».

A libra caía, redondamente, todos os dias. O Banco de Inglaterra, comprando-a aos milhões em todos os mercados. Os especuladores, é assim que os meios de comunicação os classificam para não os chamarem pelo autêntico nome, os capitalistas, vendiam ao preço das tabelas oficiais de câmbio, compravam marcos e aguardavam a desvalorização para encaixarem o respectivo lucro.

Mr. Norman Lamont, o chanceler do Tesouro, o homem que dissera que o desemprego era um preço que valia a pena pagar em troca da recuperação económica, jurava a pés juntos que a cotação da libra seria defendida custasse o que custasse. O inglês médio, o homem da rua, perguntava-se, meio entontecido: «O que é isto? O nosso país está falido?» Monotonamente, o grande desastre aproximava-se.



Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL  
INDEPENDENTE  
NO MUNDO  
EM MUDANÇA

Encontro  
do PCP  
sobre a  
Independência  
Nacional

20-21 Out. 1990  
ALMADA

edições  
Avante!



À venda



## EM FOCO



## Setembro negro

Descrever a quarta-feira negra de 16 de Setembro, os dramáticos acontecimentos que nesse dia se sucederam, não é tarefa possível num artigo de jornal. O mundo inteiro sabe que o governo britânico falhou no seu objectivo de defesa da libra, que toda a sua política económico-financeira ruiu num simples dia, que o seu prestígio ficou feito em cinzas. E o povo inglês sentiu-se humilhado pelos seus próprios governantes enquanto o mundo se ria às gargalhadas das acções dos homens que estão no poder em Westminster.

Mais importante: o povo destas ilhas sentiu medo, medo de um amanhã cujos contornos ignora — e já não confia no sistema que o governa e muito menos no capitalismo. A quarta-feira negra educou muita gente neste país. Os ingleses, presos a condicionamentos que o passado lhes impõe, viajaram anos de conhecimento histórico numa simples quarta-feira. Assentes as coisas num plano diferente, agora já não é a quarta-feira negra que interessa estudar — é o Setembro negro.

A tragédia «dickensiana» por que está a passar a Grã-Bretanha, agravou-se logo, drasticamente, e foram aqueles que nada tinha feito para que a crise se desencadasse, os primeiros a pagar os respectivos custos — os chamados especuladores fizeram os seus lucros entretanto, e os agentes bancários que organizaram os milhares de transacções subiram os degraus da glória. Só o povo, só os trabalhadores sofreram. Assim, com o desemprego quase na casa dos três milhões, surgiu a revelação de que a «British Coal» (carvões) se propõe fechar mais 30 minas lançando na reforma compulsiva e na inactividade nada menos de 25 000 mineiros. Logo a seguir, revelou-se o massacre — em 10 dias apenas, 15 000 pessoas perderam os seus empregos na British Aerospace, na Ford, na Rolls-Royce, na Defence Research Agency, na ITN (TV), na Pirelli Cables, na IBM, na PowerGen, na Telecom. Em particular, o encerramento da fábrica aeronáutica da «British Aerospace» constituiu uma catástrofe para a pequena cidade de Hatfield, no Hertfordshire, que existia, praticamente, na base do trabalho oferecido por aquela indústria. Com o despedimento de mais 3000 empregados, o futuro da fábrica ficou decidido, assim como o da cidade.

A companhia, uma das maiores em todo o país, anunciou que terá de arranjar 1 bilião de libras para poder fazer frente aos contínuos prejuízos — 129 milhões de libras em 6 meses que já lhe extinguíram as reservas. Para isso, será forçada a uma reestruturação do respectivo capital que, como é evidente, já não pode dominar a onda de desastres que tem caracterizado a vida do importante grupo construtor. A «British Aerospace» tornara-se famosa pelos modelos «Mosquito», «Vampire» e «Comet» que ficaram na história da aviação.

## O casino da City

Ultrapassado o Setembro negro, com um governo no poder que apenas se limita a gerir o dia-a-dia e não tem política definida, o povo britânico pergunta-se: «E agora, para onde vamos?» Alguns dos que tiraram benefícios da dramática situação que se acaba de viver, ajudaram a esclarecer as coisas um pouco melhor. Foi no baile do «Liffe» (London International Finance Futures & Options Exchange) que reuniu cerca de 2000 convidados, tudo em «smoking» e vestidos de noite, a celebrar a queda da libra

e os lucros a que dera lugar para os corretores de cambiais. Foram 10 dias que assombraram a Inglaterra, 10 dias em que se efectuaram 3 100 000 transacções — mas na quarta-feira decisiva, a quarta-feira doirada dos especuladores (estes são autênticos) o número de transacções foi de 886 110 ascendendo o respectivo valor a £254 biliões. Acusados de venderem o seu próprio país, reconsideraram e fizeram uma subscrição a favor de certas obras de caridade que rendeu £100 000. E restauraram, assim, o seu patriotismo.

Logo a seguir, o Banco de Inglaterra anunciava que perdera a soma de 4 biliões e meio de libras em operações de compra da sua própria moeda que o mercado colocava à venda. Foi daí que, evidentemente, saíram as gordas comissões dos «nossos» corretores da Liffe, e tão monumentais foram que ultrapassaram os lucros das 10 principais empresas britânicas do sector da metalurgia, por exemplo. O casino da «City», o maior do mundo, rendeu £500 milhões, sem impostos e sem quaisquer hipóteses de risco. Eles sabiam perfeitamente como estavam a jogar. Quanto aos bancos, portadores de fundos gigantescos, limitaram-se a realizar o seu quase automático jogo de compra e venda. Como perfeitamente se compreende, venderam a libra a DM 2.78 antes da desvalorização e compraram-na depois a DM 2.53. Tudo simples. Fizeram mais £900 milhões de lucros para si próprios e para os investidores seus clientes. Isto, enquanto a Inglaterra chorava, as fábricas continuavam a fechar e o desemprego crescia.

## Capitalismo numa encruzilhada

Começámos pela Itália. Não esqueçamos a Espanha. Apanhada na turbulência, a nação nossa vizinha e companheira de trajecto histórico conheceu dias angustiosos que lhe tolheram os movimentos e a deixaram em estado de choque. Disse Luis Linde, director-geral do Banco de Espanha, que, evidentemente, deve saber aquilo que diz: «A crise no ERM (Mecanismo das Taxas de Câmbio) produziu-se devido à ruptura das esperanças de estabilidade e ao aberto aparecimento, encorajado por alguns bancos centrais, de expectativas de realinhamento. A responsabilidade das autoridades económicas que agiram desta maneira é grave porque colocou em perigo algum muito mais importante do que o sistema de paridades monetárias — colocou em perigo toda a estabilidade económica e política da Europa».

Como que a confirmar as afirmações de Luis Linde, o secretário da Tesouraria dos Estados Unidos, Nicholas Brady, disse na reunião do FMI e do Banco Mundial: «É preciso descobriremos novas maneiras de desenvolvimento da cooperação entre os países. O mundo está a viver em circunstâncias diferentes».

Não há-de estar... O próprio Fundo Monetário Internacional já diz que se acha carecido de recursos para atender às solicitações que surgem de todos os cantos do globo.

Apela urgentemente às nações accionistas para que ponham lá os 62 biliões de dólares que prometeram subcrever há já 2 anos e ainda não realizaram.

Como será que o capitalismo poderá dar resposta às circunstâncias diferentes que o secretário da Tesouraria referiu? E como reagirá o mundo perante a ruptura das esperanças de estabilidade e as falsas expectativas de realinhamento a que Luis Linde aludiu?

Karl Marx, se estivesse cá, esclareceria toda a situação, gritando: «PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES...»

## Cassiano Barbosa

## O livro e a exposição

Numa participada sessão de apresentação do livro «Algumas Notas para a História do Ensino da Arquitectura em Portugal», realizada no passado dia 12 no Centro de Trabalho do PCP da Boavista, no Porto, onde eram expostos trabalhos arquitectónicos de Cassiano Barbosa, o apresentador da obra, o nosso camarada Cassiano Abreu Lima, filho do autor, evocou a figura do arquitecto, numa intervenção da qual aqui deixamos alguns interessantes passos:

Cassiano Barbosa nasceu no Porto em 1911 e diplomou-se em arquitectura, na Escola de Belas-Artes do Porto em 1939.

No início da sua carreira de arquitecto, exerceu, durante algum tempo, funções na Direcção dos Monumentos Nacionais, funções que viria a retomar entre 1976 e 1984.

Como funcionário dos Monumentos Nacionais, Cassiano Barbosa teve a sua acção ligada a diversas obras de recuperação e restauro do nosso património: o Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, a Sé de Braga, a igreja românica de Cedofeita e a Sé do Porto, o Solar dos Castros em Vila Nova de Cerveira, entre muitas outras...

O início da sua actividade como profissional liberal coincidiu com o pós-guerra, período de viragem na arquitectura portuguesa. Tendo como pano de fundo a derrota do nazifascismo e a intensa actividade política da oposição democrática nos anos seguintes, actividade política da oposição democrática nos anos seguintes, actividade pontuada por acontecimentos tão significativos como a fundação do MUD em 45 e a campanha eleitoral para a Presidência da República de Norton de Matos em 49, Cassiano Barbosa e outros arquitectos da sua geração tiveram um assinalável papel na divulgação e afirmação dos princípios e da prática da arquitectura moderna, uma arquitectura em que a forma era subordinada à funcionalidade, em que o problema do alojamento era enquadrado na perspectiva mais vasta do *habitat*, numa visão unitária da arquitectura e do urbanismo, uma arquitectura, enfim, em que a função do arquitecto adquiria uma dimensão social e política e um valor democrático.

O grupo ODAM — Organização dos Arquitectos Modernos — de que foi fundador, teve uma acção de relevo na divulgação destas ideias. Constituído em 47, o ODAM, para além de outras intervenções em defesa dos pontos de vista profissionais dos seus componentes, participou activamente, através de diversas teses subscritas por membros seus, no I Congresso Nacional de Arquitectura realizado em Lisboa em 48, e levou a cabo, em 51, uma notável exposição de arquitectura, no Ateneu Comercial do Porto, exposição a cuja comissão executiva Cassiano Barbosa pertenceu. (...)

Existiam então na Cidade várias tertúlias político-culturais. A época, os cafés eram locais de cavaqueira amena, mas também de inflamado debate, de agitação cultural e de conspiração política. Entre as tertúlias mais animadas do Porto contavam-se a da Brasileira — onde, entre outros notáveis da cultura e da política como António Serpa, António Macedo e Mário Cal Brandão, pontificavam os nossos camaradas Virgínia Moura e Lobão Vital — e a da Primus. A Leitaria Primus, era ali à Rua Magalhães Lemos, justamente por baixo do *atelier* de Cassiano e de Losa, espaço hoje ocupado, como o de muitos outros antigos cafés da baixa, por uma vistosa agência bancária. O salão da Primus, de reduzidas dimensões não comportaria mais de 30 a 40 pessoas sentadas em volta de pequenas mesas em fumarento convívio, que a exiguidade de espaço ajudava a restabelecer. Ali se reuniam, em geral depois do almoço, arquitectos, pintores e escultores, escritores, gente do Teatro Experimental e do Cineclub do Porto, advogados e médicos, figuras graúdas da intelectualidade progressista e da opinião democrática. (...)

Cassiano Barbosa, profissional distinto, atento aos problemas do seu tempo, homem da cultura, politicamente comprometido e empenhado, que recentemente recebeu expressão pública do apreço dos seus pares e concidadãos na medalha de ouro da Cidade que a Câmara Municipal do Porto lhe atribuiu e na homenagem que a si e a outras destacadas figuras da sua geração a Associação dos Arquitectos Portugueses prestou, publicou em jornais (como «A Opinião», o «Unidade», «o diário» e o «Avante!») e em livro, vários escritos de opinião e memória de que se destaca uma cuidada compilação de documentos do ODAM, obra várias vezes citada por José-Augusto França na sua *Arte em Portugal no Século XX*.

Hoje traz-nos aqui um pequeno opúsculo que intitulou *Algumas Notas para a História do Ensino da Arquitectura em Portugal* e a exposição de alguns dos trabalhos de arquitectura que individualmente realizou. Nas *Notas*, o autor enquadra o ensino da Arquitectura em Portugal no contexto do desenvolvimento histórico desta arte e apela para a necessidade de um estudo aprofundado do tema de que nos dá, desde logo, interessante informação. (...)

## As modernas catedrais

Sáimos de uma época em que as grandes obras arquitectónicas significavam o poder de instituições religiosas ou políticas para entrar no árido tempo da grandiosidade dos bancos. Todos serão poderes, tanto económico como político, poderemos pensar. Assim foram as igrejas quando levantaram as suas catedrais com a previsão do inferno para os que não colaboravam. Assim foram os governantes quando exigiram pirâmides, palácios, monumentos, depois de recolhidos os impostos em nome da cidadania e prometida a construção da pátria e da arte imortal.

Agora é a vez do sistema financeiro representado pelos bancos e pelas bolsas de valores. Recolhem os juros aos que necessitam crédito e aos que amealham as suas economias. Prometem o quê? Apenas o seu próprio crescimento. O cidadão contribuinte vê-se cada vez mais pequeno diante daqueles colossais monumentos ao dinheiro, catedrais frias e sem acolhimento, protegidas com armas e alarmes, o olho de Deus substituído por um vídeo ou uma célula fotoelétrica. Produzem alguma arte, em colecções de moedas ou objectos de metal precioso que vendem como subproduto do sistema bancário. E, permitem-se afirmar: «no banco a riqueza é criada».

Enquanto isto se passa, os agricultores enterram as suas batatas e frutas que não alcançam o preço sequer da sua colheita, as tradicionais indústrias do vidro fecham as suas portas, as têxteis despedem os seus trabalhadores, os pescadores desistem da pesca mal remunerada, o Alentejo desertifica-se sem as suas barragens protectoras, as águas ácidas dos produtos químicos poluem incessantemente os rios, a subordinação a uma invasão desregrada do turismo cala diante da destruição da paisagem e da tranquilidade das gentes, os estudantes e professores lutam pelo direito à instrução, os médicos e enfermeiros combatem sozinhos as carências do sistema de saúde, o sector da cultura também enterra as suas orquestras, os seus museus, como produtos invendáveis. Para coroar esta época de moderna frialdade, os canais de televisão impõem a agressividade como moda e toda a imprensa chafurda nos crimes mais ignóbeis vendendo sangue e tragédia sem qualquer preocupação com a responsabilidade social.

Estamos na época do dinheiro. Vendem-se ideias, sonhos, drogas, armas para suicídios. Alimentamos os instintos perversos, faz-se escola da violência, apaga-se a noção de ética e de carácter. O princípio do sistema financeiro é a esperteza, a rapidez, a ausência de escrúpulos e de sentimentos. É um jogo para gente fria. O importante é manter a imagem, como o milionário Maxwell fez morrendo no seu barco luxuoso numa viagem por belas ilhas onde frequentou os restaurantes mais caros apesar de não ter mais um centavo para mandar cantar um cego. Ou como os bancos que, anunciada a próxima falência, abrem sedes em todo o país e anunciam as maiores taxas de juros aos investidores. Vivem da farsa, às custas da ingenuidade do povo, da sua boa-fé, da sua credence.

Mas houve um tempo, que não está muito longe, em que a fé e a crença eram dirigidas a objectivos mais humanizados. Eram os ideais de transformação da sociedade no sentido contrário ao que hoje se constrói. O ser humano tem autonomia para escolher o caminho que lhe convém. É certo que precisa ter muita coragem para não se deixar engolir pela máquina infernal da chamada modernidade em que o dinheiro é o deus.

Há quem lute pela sobrevivência do valor humano na vida social. Fidel Castro na sua mensagem à ECO-92 no Rio de Janeiro, assinalou: «Os danos do ecossistema global foram consequência dos padrões de desenvolvimento seguidos pelos países industrializados. Se queremos realmente eliminar os principais problemas ambientais são dois os primeiros passos que a humanidade terá de dar: conseguir a substituição da cultura consumista e esbanjadora do mundo industrializado e propiciar uma mudança radical nas condições socioeconómicas do Terceiro Mundo».

Para que as catedrais de ouro hoje sejam construídas, os países do Terceiro Mundo foram convertidos em meros exportadores líquidos de capital, com montantes que oscilaram entre 40 e 50 mil milhões de dólares anuais, na década de 80. Todos enterram as suas batatas em nome de um sistema financeiro soberano à escala mundial. E os povos drogados com substâncias químicas ou informações controladas aplaudem o crescimento desse polvo dourado que eleva as suas pirâmides majestosas.

Se nada fizermos contra as causas reais dos males que hoje nos afligem e que ameaçam com a ruína do planeta, toda a demonstração de solidariedade com as populações que morrem à fome ou sob o tacão dos opressores é demagogia para enganar os incautos. A humanidade não precisa de esmolas dos ricos, precisa e de respeito e justiça. E não dispomos de muito tempo para inverter o caminho que nos tem sido imposto.

■ Zillah Branco

## A directiva sobre as mulheres grávidas — um caso exemplar

■ Sérgio Ribeiro

A directiva sobre as mulheres grávidas tornou-se num exemplo ou numa ilustração do modo como os aspectos sociais são tratados na Comunidade Económica Europeia.

Em si mesmo, o tema justifica-o, pois o tratamento dado às trabalhadoras grávidas define o que prevalece numa sociedade: ou a exploração da força de trabalho, quaisquer as condições ou a consideração do período de gravidez e parto como um momento a justificar particular apoio e protecção sociais.

O próprio Jacques Delors, na sua intervenção na sessão extraordinária de quarta-feira última, que antecedia a cimeira de Birmingham, não deixou de afirmar que essa directiva representava um teste para a capacidade da Comunidade avançar com directivas no domínio

descrecido que tal implicaria. Por isso, tudo se jogou. E o resultado foi um compromisso que possibilitou a abstenção dos dois governos, e venceu a resistência do governo da Itália com a introdução de um considerando na directiva que estipula a noção de **prestação adequada** para o período de parto, considerado como **ponto técnico de referência** «não devendo, em nenhum caso, ser interpretado como implicando uma analogia da gravidez como doença».

Além disso, o compromisso que permitiu a unanimidade exigida (com as duas abstenções) inclui a obrigação, para os Estados membros, de fazerem relatório sobre como foram postas em prática as decisões desta directiva, indicando os pontos de vista dos parceiros sociais, e a obrigação, para o Conselho de Ministros, com base numa avaliação efectuada a partir dos relatórios nacionais, de reexaminar esta directiva e, se for caso disso, uma proposta da Comissão o mais tardar cinco anos após a adopção.

Assim, esta decisão, que apropriadamente se pode dizer que foi arrancada a ferros, é o resultado de uma complicada negociação, e foi possível com um compromisso que se traduziu num formalismo e num adiamento quanto a eventuais melhorias.

O formalismo tem a ver com a maneira de, por um lado, com a expressão **prestação adequada**, encobrir a real adopção de uma regulamentação que legitima a perda de rendimento por facto das trabalhadoras estarem grávidas, e, por outro lado, com a ressalva ambígua da prestação adequada se tratar de uma «simples» referência técnica, se essa prestação adequada for a analogia da maternidade a doença!

É um facto que a legislação adopta o princípio da igual remuneração, mas também é um facto que esta abordagem é um convite aliciante a que um governo como o de Cavaco Silva dificilmente resistirá, sendo certo que não faltarão entidades patronais que reclamarão o alinhamento das prescrições sociais portuguesas pelas comunitárias. Para que as empresas portuguesas possam ser competitivas, há quem defenda que é preciso que os salários se mantenham ao nível

significativamente mais baixo do que os «europeus» e que os benefícios sociais que possam ser mais favoráveis se alinhem pelos que as directivas comunitárias prescrevem mais baixo.

Ainda sobre esta directiva, a questão das semanas de licença de parto não foi objecto do compromisso que levou à ultrapassagem do teste — sem benefício para as trabalhadoras — e teria ficado nas 14 semanas, o que representa a ilustração da prática das prescrições mínimas, em vez da igualização no progresso que seria a adopção do objectivo das 16 semanas.

Para Portugal, isso representará o ter-se o objectivo de passar dos 90 dias — mais de 13 semanas — para as 14 semanas... quando o governo achar possível ou oportuno.

Com testes destes, a opinião pública vai ser inundada com afirmação de que a Europa social avança, mas essa afirmação não terá qualquer tradução real, isto é, não representará efectivos benefícios para os/as trabalhadores/as. Bem pelo contrário, os riscos crescem, no que respeita às desigualdades sociais, ao desemprego, à precarização do emprego.



social. E a data-limite para que tal directiva pudesse ser adoptada era a segunda-feira última, 19 de Outubro, pois a não se conseguir unanimidade até essa data, a proposta de directiva seria juridicamente caduca e não era de prever a apresentação de outra proposta legislativa antes de dois anos.

Assim sendo, tudo se jogou para que a unanimidade fosse possível e ela concretizou-se com a abstenção de dois governos de Estados-membros, o do Reino Unido e o da Itália. O governo do Reino Unido dificultava o compromisso porque considerava que a directiva regulamentava a criação de condições excessivamente favoráveis para as trabalhadoras grávidas, e não aceitava a eventualidade de uma revisão do que fosse adoptado no prazo de cinco anos; o governo da Itália tinha posição inversa, não aceitando que, para efeitos de remuneração no período de parto, se assimilasse a trabalhadora grávida a doente, e defendendo as posições tomadas no Parlamento Europeu, mais favoráveis às trabalhadoras.

Mas a questão foi mesmo colocada ao nível de teste, e particularmente neste momento as instituições da Comunidade não se podiam permitir falhar dado o total



# Sobre a preparação do XIV Congresso no Algarve

■ **Carlos Luís Figueira**  
Membro da CEN

A preparação do XIV Congresso no Algarve assenta, desde já num vasto plano de reuniões, convívios, debates, envolvendo mais de 100 iniciativas numa cobertura de toda a região.

De entre este vasto conjunto de iniciativas já programadas sublinham-se dois debates públicos com a participação do camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP, a realizar já na próxima sexta-feira e sábado (23 e 24 de Outubro) respectivamente em Portimão e Faro.

Alguns desafios se nos colocam com a preparação deste Congresso à volta do qual existem naturais expectativas e diversas curiosidades.

Primeiro e grande desafio é o de conseguirmos mobilizar, de forma interessada, viva e criativa, o conjunto dos principais quadros e militantes para o debate em torno dos documentos que são propostos pelo CC.

Objectivo que não é fácil face às conhecidas e identificadas dificuldades, referidas aliás de forma clara nos próprios documentos que nos estão propostos — quanto aos níveis de militância e mobilização interna. A esta dificuldade soma-se o número, densidade e importância dos documentos propostos a debate.

A resposta exige um grande e directo empenhamento dos principais quadros e militantes mais intervenientes na organização do conjunto e de cada uma das acções programadas: a montagem de uma extensa rede de contactos directos de forma a mobilizar pelo menos a parte mais activa do Partido; um enorme esforço para fazer chegar ao máximo de membros a documentação do Congresso.

Num outro plano é exigida uma cuidada preparação dos quadros mais que mais directamente intervêm na direcção e organização das reuniões ou outras iniciativas, de forma a garantir que as mesmas decorrem com base num debate vivo e participado e possam constituir igual-

mente um factor de formação de militantes e activistas, despertando o seu interesse para o que de novo e mais importante é assinalado em cada documento.

Segundo e importante desafio consiste em aproveitar a preparação do Congresso para difundir o mais amplamente possível a nossa análise e as nossas propostas de forma a evitar que o mesmo se encerre excessivamente no interior do Partido, sem a necessária divulgação e intervenção na sociedade para a qual as nossas propostas são dirigidas.

Nesse sentido vão as preocupações que tivemos com a organização de debates públicos, com o envio da documentação do Congresso a instituições e pessoas que mais ou menos próximas do nosso projecto, connosco podem percorrer algum caminho na defesa do regime democrático, ou ainda com a abertura numa primeira fase dos debates e reuniões à presença de simpatizantes e apoiantes do Partido.

Terceiro desafio situa-se na necessidade de centrar o debate em torno dos problemas e propostas contidas em cada documento, contrariando e combatendo tendências e posturas para que a preparação do Congresso resvale para aquilo que a comunicação social em geral procurará dele reflectir — através de uma barragem de intriga e deformação — a forma e o conteúdo de como o Partido resolverá os problemas, importantes sem dúvida, da composição dos futuros órgãos de direcção.

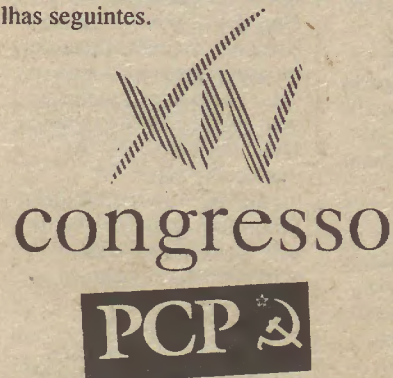
Quarto e não menos importante desafio, aproveitar a realização do Congresso e o natural interesse e curiosidade que o mesmo suscita no grande colectivo partidário, para aprofundar, concretizar, medidas e decisões já tomadas ou em curso, visando melhorar o funcionamento do Partido, clarificar efectivos, estreitar contactos, refazer organismos, recrutar novos membros.

Tais objectivos têm presente a necessidade de um

Partido a funcionar e a responder melhor às exigências da luta que simultaneamente à preparação do Congresso é necessário estimular e desenvolver contra a política restauracionista do Governo do PSD e à cuidada preparação das próximas eleições autárquicas.

Poder-se-á afirmar que os desafios são muitos. É verdade! Mas poucos contestarão da sua oportunidade e necessidade.

Ganhá-los no todo ou numa boa parte dependerá, sem dúvida, os maiores ou menores êxitos a atingir nas batalhas seguintes.



ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



negativa recente da situação nacional e internacional nem as que têm a sua origem nas deficiências de estruturação do Partido, na insuficiência do número de quadros e no desgaste e pressões a que militantes e organizações têm estado sujeitos nos últimos anos. Mas é preciso que registemos, por outro lado, que é grande o interesse com que numerosos quadros e membros do Partido procuram os documentos que estão em debate (mais nuns sectores do que noutros, naturalmente); que são também numerosos os camaradas que, por dificuldades de leitura ou de falta de hábitos de estudo, vêm pedir que lhes sejam feitas súmulas introdutórias do debate; que uns e outros demonstram numa clara e saudável consciência de que neste XIV Congresso, a muitos títulos, estarão em cima da mesa análises e soluções de que dependerá muito o papel do Partido nos próximos anos e a sua capacidade de corresponder ao que dele esperam os trabalhadores e o povo português.

Foi, finalmente, juízo consensual dos membros da DORC que a preparação do XIV Congresso do Partido oferece uma privilegiada oportunidade para continuarmos a aprofundar a sua vida democrática interna. E não apenas na sua componente formal, mas importante, de estrito respeito das normas do Regulamento do debate preparatório. Também na sua componente mais substantiva: a de que, ainda por este intermédio, deveremos estimular todos os membros do Partido a exercitarem mais plenamente direitos que lhes assistem, desde o de participarem na definição da orientação política do Partido ao de elegerem os seus legítimos representantes ao órgão partidário supremo, sem esquecer o de contribuírem para o balanço crítico e construtivo do que foi a actuação e a luta dos comunistas portugueses nestes últimos difíceis e conturbados 4 anos.

## O actual momento da preparação do XIV Congresso na área da OR Coimbra

■ **Carlos Fraião**  
Membro da CEN

Na fase actual de preparação do XIV Congresso do Partido na área da Organização Regional de Coimbra ainda se podem contabilizar em número modesto as reuniões realizadas. No calendário são muitíssimo mais numerosas as reuniões projectadas do que as que já foram efectivamente promovidas.

Julgo entretanto adequado sublinhar que o início do debate de algumas importantes medidas de direcção tomadas pela DORC na sua reunião do passado dia 10 de Outubro: a discussão e aprovação do calendário das diversas reuniões, debates e assembleias plenárias, não apenas na vertente do seu agendamento sistemático mas também no que respeita ao estabelecimento de critérios orgânicos o mais uniformes possíveis para todo o distrito, incluindo a perspectiva de reactivação e redinamização do maior número possível de organismos, a atribuição às diversas organizações dos 45 delegados que cabem globalmente à ORD, a decisão de medidas de natureza orgânica para assegurar o contacto regular com algumas organizações concelhias que têm estado num 2.º plano de prioridades na sua ligação à Direcção Regional a definição de uma campanha de fundos especialmente destinada a custear as despesas extraordinárias que na área da região o trabalho preparatório do Congresso implica; a resolução do empreendimento de uma campanha organizativa «mínima» paralela ao trabalho de contacto e mobilização dos membros do Partido para as reuniões e assembleias plenárias e tendo como objectivos mais importantes: a continuação do esclarecimento da situação partidária de numerosos inscritos, o recrutamento orientado de simpatizantes, a entrega de mais cartões do Partido e o aumento de camaradas que pagam quotas e compram regularmente o «Avante!».

Entretanto, desde a publicação das propostas de alterações aos Estatutos e ao Programa, mas sobretudo a partir da divulgação das Teses, realizaram-se já 16 reuniões para debate destes documentos, na sua maioria de

organismos de direcção, incluindo Comissões Concelhias. Até à data de hoje eram pouco numerosas as propostas de alteração sobre esta matéria provindas dos camaradas que nela participaram. Tal facto estava a dever-se, antes de mais, ao curto espaço de tempo que havia decorrido desde a distribuição dos documentos às organizações e à extensão das matérias neles englobadas — factores que, conjugados com as reduzidas disponibilidades da maioria dos camaradas, incluindo dos melhores quadros, não haviam ainda criado as condições ideais para estes participarem numa primeira reunião com uma leitura atenta, crítica e, conseqüentemente, com uma postura propositiva.

Julgo ser legítimo presumir que, das 56 reuniões de organismos, plenários e assembleias plenárias cuja realização ainda está prevista — para já, pois o seu número irá ainda aumentar — na área da ORC, algumas constituirão pontos especialmente altos. Isto em função da previsível mobilização, responsabilidade e qualidade dos colectivos dos debates e das contribuições. Desde logo a reunião de quadros de amanhã, promovida conjuntamente pela Comissão Concelhia de Coimbra e pelo Sector Intelectual de Coimbra, com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

As informações recebidas na DORC e nos seus seus organismos executivos sobre o ambiente que, nesta fase da preparação do XIV Congresso do Partido, se vive nas organizações, traduzem, a meu ver, a existência de sentimentos e estados de espírito às vezes compreensivelmente contraditórios mas que, de todo o modo, propiciam condições para o envolvimento e o empenhamento dum grande e crescente número de quadros e militantes no debate. Ponto é que todos, sobretudo quadros e organismos mais responsáveis, saibamos deles tirar proveito para compensar muitas das dificuldades de natureza objectiva que hoje enfrentamos. Assim, não devemos ignorar, por um lado, as dificuldades que decorrem da evolução

# Cartas dos leitores



## O problema da linguagem

Dizemos muitas vezes que a nossa linguagem é demasiado hermética e especializada, com demasiados conceitos por centímetro quadrado de escrita ou por segundos de fala.

Esta característica dificulta depois a compreensão da mensagem pelas massas a quem se destina.

A propósito, nas propostas de alteração aos Estatutos, atentemos na forma e nos conteúdos, por exemplo, do nº 3 do art.º 1.º (sobre o conceito de papel de vanguarda do Partido) e do art.º 3.º (sobre o conceito de base teórica marxista-leninista).

Bom, eu não sou propriamente um analfabeto mas reconheço que, mesmo depois de ler e reler ambos os conceitos, acabo por não conseguir ficar com uma noção clara e simples do que, neles, tão laboriosamente se concentrou. Falta de preparação ideológica da minha parte?

Aceito as nossas responsabilidades perante o rigor a que devem obedecer conceitos tão fundamentais e não discordo. «na especialidade», de nada do que lá está escrito. Porém, se conseguíssemos ser mais simples e mais directos, seríamos seguramente mais eficazes.

Não posso, aliás, deixar de imaginar a grande percentagem de militantes do Partido que precisará, digamos, de «explicador» para descodificar e perceber ideias tão «complexizadas». Mas como tenho, ao mesmo tempo, uma grande confiança no nosso Partido e nos seus militantes, acredito que o nosso papel de vanguarda, com base teórica marxista-leninista, não ficará comprometido pela nossa incapacidade de apreender aquilo que, sobre os respectivos conceitos, está sabidamente escrito nos Estatutos do Partido.

Ao jeito de Camões, e também do PCP, «mais vale sê-lo que escrevê-lo».

João Manuel  
Coimbra

## Sobre os Estatutos

Cap.º I — Art.º 1.º

1. Julgo que poderíamos explicar o que é um proletário, agora, quando andam por aí uns cavalheiros a falar em alterações qualitativas e quantitativas, que deixam de pé — é esse o objectivo! — a ideia de que a exploração do homem pelo homem sofreu alterações, que o futuro é a concertação social entre os trabalhadores explorados e os capitalistas de punhos de renda, civilizados, bons rapazes, sempre a falar nos Direitos Humanos e em Democracia.

Proletário é «... o cidadão pobre... que vive do trabalho mal pago...» e que contribui com parte do seu trabalho, não recebido (mais-valia) para a formação do capital explorador.

2. Penso que este número deveria ter uma redacção diferente que expressasse, claramente, que o PCP abre as suas fileiras a todos aqueles que lutam contra a exploração capitalista, pela

democracia e pelo socialismo, única via para alcançar a sociedade comunista, independentemente dos seus estatutos social e/ou profissional.

Camponeses são os que trabalham a terra e é um termo genérico que não diferencia o rural, que aluga a sua força de trabalho (embora possa ter alguma terra sua ou de renda), do médio agricultor que é, normalmente, um alugador de mão-de-obra e, portanto, arrecada, em maior ou menor proporção, parte do valor do trabalho produzido pelo trabalhador que contrata. Os quadros técnicos e os intelectuais são, normalmente, sustentáculos do sistema capitalista, tanto pela importância da sua actividade como pela sua formação.

Quanto à inclusão de comerciantes e industriais, expressamente considerada, discordo, inteiramente, pelas razões já expostas. Considerar que, em dado momento, possam ser eventuais aliados, através das suas organizações específicas (vide Art.º 18.º), é uma coisa, pretender organizá-los nas fileiras do Partido, só quando se identificarem, comprovadamente, com os nossos objectivos político-ideológicos, individualmente, conforme o n.º 1 do Art.º 10.º.

Art.º 3.º

2. Este número inclui, em dada altura, um palavão — xenofobia — que é, de certo modo, sinónimo do que o antecede — racismo; não seria de o substituir por uma referência ao fascismo?

Art.º 5.º

Penso que deveríamos aproveitar para, mais uma vez, tornar claro que o comunismo será a etapa a atingir com a construção da sociedade socialista e que o poder político só é uma realidade quando se detém o poder económico.

Art.º 6.º

Acrescentaria «... e dê aos trabalhadores, a capacidade decisiva de intervenção, em todas as circunstâncias», o que estaria inteiramente de acordo com o pensamento leninista.

Art.º 9.º

Julgo necessária uma nova redacção que considere, como condição, «... que aceite o Programa e os Estatutos e demonstre conhecê-los» e eliminava a referência ao pagamento da quotização que está implícita nos deveres fundamentais da militância.

Art.º 10.º

3. A proposta de admissão deveria ser afixada no CT da zona onde se verifique a sua inscrição ou onde se realizem as reuniões, durante algum tempo dando, assim, a possibilidade, aos militantes, de se pronunciarem.

4. Acrescentaria «... e assegurado o seu enquadramento na organização».

Art.º 14.º

A supressão da al.º 1) dos actuais Estatutos é errada e a substituição proposta é vaga, limitativa e sujeita a interpretações pouco claras. Até que ponto a doutrina expressa pela nova al.º 19 pode ter contribuído para os

acontecimentos de Leste? Quem define as questões-tabu dentro do Partido? É de ponderar, muito seriamente, esta alteração até para impedir especulações.

Art.º 15.º

A al.º a) deveria considerar o direito de resposta. Bastava que se acrescentasse «... ser-lhe-á assegurado o conhecimento da evolução das críticas feitas e das decisões tomadas que não deverão negar, ao crítico, o direito a recurso». Alterava a al.º f) do seguinte modo: «participar nas reuniões dos organismos em que se tomem resoluções sobre a sua actuação ou conduta». Não concordo com a supressão da al.º g) por razões semelhantes às colocadas em relação à eliminação da al.º I) do Art.º 14.º dos actuais estatutos.

Art.º 16.º

1. Nos três documentos já publicados, com vista ao XIV Congresso, são várias as referências ao Centralismo Democrático. Neste Art.º fala-se «... no desenvolvimento criativo...» e, confesso, fico sem saber o que posso entender por essa expressão que não me diz nada.

Penso que o Centralismo Democrático deve significar a aceitação de decisões maioritárias, bem definidas, sempre que não seja possível a unanimidade ou o consenso. Significa, para mim, que só deverá ser accionado depois de debate aprofundado e conclusivo, dentro do grande colectivo que é o PCP, quando for caso disso, ou de colectivos menores, portanto da base ao topo e vice-versa. Só então poderemos aceitar «... o carácter vinculativo para os organismos inferiores das decisões dos organismos superiores...» considerado na

al.º c) do artigo em questão. Não ponho em dúvida as intenções implícitas no artigo em foco e nas suas alíneas. O que é necessário, quanto a mim, é impedir que o Centralismo Democrático possa ser usado para criar situações anómalas como as sucedidas nos países do Leste europeu. Penso, deste modo, que seria necessário ser explícito, definindo o Centralismo Democrático como o final dum processo que passou pela acção interveniente dos colectivos e pela mobilização de todos os militantes, de modo a justificar «o cumprimento por todos — incluindo os que discordaram — das decisões tomadas por consenso ou maioria — bem expressa, acrescentando, talvez nunca inferior a dois terços. Muito há, ainda, a dizer sobre esta questão. Por hoje fica por aqui.

Art.º 17.º

Este artigo é alterado sem necessidade, o que de resto acontece com muitos outros. A cooptação, largamente utilizada pelo PCUS e outros partidos tanto do Leste europeu como por todos os Partidos Comunistas, em geral, foi, quanto a mim, a base utilizada para fortalecer os clãs que se formaram, a todos os níveis das organizações partidárias e de massas, com os resultados que se conhecem. Penso que a cooptação, verificada a impossibilidade momentânea de se proceder a uma eleição, parcial ou não, não deve ser decidida por um órgão à revelia do colectivo partidário, independentemente da sua importância. É uma oportunidade, entre muitas, de dar, a todos os militantes, a intervenção sobre os vários aspectos da vida do Partido e, uma vez que não estamos na ilegalidade, de afirmar a transparência tão falada, impedindo que qualquer organismo, por mais responsável que seja — e até por isso — possa decidir só por si.

É necessário acabar com a passividade que caracteriza a maior parte das bases do Partido.

Objectar-se-á que, deste modo, as decisões a tomar sofrerão atrasos ou perderão oportunidade.

A verdade é que o Programa define, o melhor possível, os objectivos e a actividade do Partido, entre Congressos, daí que não sejam muitas as situações que justificariam consultas ao grande colectivo que somos e, pior do que tudo, será não aproveitar situações para dinamizar as organizações e dar-lhes a capacidade tão solicitada.

Ernesto Rodrigues  
Tires

## Que bom ser comunista!

Pertencer a um partido que nos une em torno de um ideal, que nos respeita na diversidade e nos estimula a intervir em defesa de grupos não antagónicos que enfim

convergem, no partido, na necessária e cada vez mais urgente libertação global do opressor e sufocante jugo capitalista-imperialista. Um partido que nos permite encarar a vida, em todas as suas etapas, com dignidade e sentido de utilidade colectiva e no qual a própria morte adquire o sentido humanizado da continuidade através das novas gerações.

O PCP, um grande partido que consegue, passo a passo, nas difíceis condições actuais, aliar o máximo de democracia ao aprofundamento permanente das questões de uma actualidade prenhe de contradições e à maior eficácia de intervenção, num desafio imenso cuja resposta depende das contribuições dos militantes, dos simpatizantes e de todos os que compreendem o presente e querem concretizar um futuro sem exclusões.

Num mundo em que o imperialismo à solta faz milhões de vítimas em situações de mais brutal desumanidade e em que o capitalismo como sistema enfrenta uma crise de que só se vislumbra possível ultrapassagem pela intensificação mundial da exploração, pelo aumento das desigualdades e dos crimes contra a humanidade com um cada vez mais numeroso exército de excluídos, é emocionante ser comunista, acreditar no ser humano e na solidariedade, acreditar numa sociedade em que tudo o que exista, desde as plantas aos recursos naturais, aos edifícios, aos animais e ao ser humano, sejam dignos de respeito e em que as minorias étnicas e sociais tenham direitos e sejam ouvidas. Acreditar nestes valores e procurar ser consequente, intervir organizada e eficazmente para resistir e transformar, ser autónomo, ter espírito crítico e criativo e colocar tudo isto ao serviço da realização individual na luta colectiva por um mundo diferente, eis o que é hoje ser comunista e, por muito difícil que seja, é, de certeza, fundamentalmente gratificante e emocionante.

Maria Eduarda Castro

## Um Congresso importante

Com este título li um artigo do camarada Avelãs Nunes, de Coimbra, publicado no «Avante!» de 24/9/92, com o qual não estou de acordo e gostaria de dizer porquê. Para mim, que também me integro no colectivo partidário, todos os congressos são importantes. Na organização onde milito (núcleo de Paris), o diálogo, sem aspás, sempre foi regra do Partido.

O camarada propõe encontros nacionais temáticos na fase preparatória, eu acho que nacionais, regionais e distritais ou outros. O que é necessário é levar o maior número possível de membros do Partido a discutir os documentos apresentados pelo Comité Central e depois, colectiva ou individualmente fazer chegar as sugestões ou alterações à direcção.

Também propõe que o «Avante!» publique eventuais documentos alternativos aos do CC, eu suponho que inclui Programa, Estatutos e Teses. Mesmo que eu estivesse de acordo politicamente (que não é o caso) e tenho em conta que poderia haver algumas centenas de camaradas que poderiam preparar teses e outros documentos, das duas uma: ou o «Avante!» sairia com 10 kg de peso ou fariam falta umas centenas de semanas para divulgar essas teses.

Na eleição para os delegados, ou eu percebi mal (desculpe, sou trabalhador emigrante) ou o camarada propõe qualquer coisa como os Mundiais de Futebol — isto é, primeiro as eliminatórias e depois as finais.

No caso da emigração seria assim:

Uns poucos eleitos na França, Alemanha, Suíça, etc., etc., outros em Angola, Brasil, etc., para nos encontrarmos num país neutro (por que não na Indonésia?) para disputarmos as finais. Em França no último Congresso (e penso que também no próximo) foi assim: havia mais candidatos do que delegados a eleger. Os mais votados foram eleitos delegados efectivos, os outros suplentes e outros como é o caso deste que assina estas linhas não foram ao Congresso não deixando por isso de continuar a militar. Penso que isso é a democracia interna.

Na eleição para o CC (apresentação de várias listas), como quer o camarada que um delegado vindo de França ou doutra organização poderia votar numa lista se essa não tiver o apoio da respectiva organização. Por exemplo, se o camarada Avelãs Nunes fosse proposto para o CC pela organização de Coimbra os delegados votariam porque a organização lhe faz confiança. Se fosse numa lista individual como queria o camarada que os delegados o votassem quando a organização a que pertence e que o conhece não o propõe? Quanto à eleição da CCCQ de camaradas com prestígio eu gostaria de saber qual o conceito que o camarada tem de prestigiante.

Prestigiado é o camarada honesto, trabalhador da fábrica ou doutra actividade qualquer, ou é aquele que tem um grande nome porque é professor ou dr.? Para mim os camaradas da CCCQ são prestigiantes e o tempo tem-lhes dado razão a algumas resoluções difíceis que infelizmente por vezes são chamados a resolver. Queria finalizar, camarada, com o desejo de bom trabalho e dizer-lhe que, neste Partido, homens e mulheres com opiniões diferentes terão sempre lugar. Penso que não terão lugar aqueles que perderam a confiança no Marxismo-Leninismo, no Povo e até neles próprios, esses que iam fazendo para dar nas vistas, esses camaradas, que por ventura ainda aí andam, podem ir-se embora, pois o Partido Comunista Português não está à venda.

Jaime Alves  
Paris



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Preços que descem

Atacar o governo a todo o custo sem tom nem som chamar-lhe melanésio não acho, não, de forma alguma justo. É preciso equilíbrio no trapézio.

Dizer-se mal quando anda mal alguém mas dar-lhe algum abrigo, se vai roto. Há que dizer-se bem, quando anda bem. (Desculpem, sim? Foi simplesmente um arrotto.)

Dizia eu que... Ah, agora já me lembro. Nem tudo aumenta. Exemplo: vão baixar a partir de Dezembro perfumes, aviões e caviar.

Preços que descem, boas intenções. Há mais calor nas almas. O caviar? Perfumes? Aviões? O povo, agradecido, bate palmas.

Daqui o meu juízo: dizer-se bem, às vezes é preciso para acertar no loto.

(Perdão, foi outro arrotto.)

## Transplante

Conta um jornal, confiante na doença curável, que certo doente fizera um transplante com fígado de porco. Formidável!

Logo depois, morreu. Breve alegria! Não houve erro no sacco? O porco não seria o do governo do Dr. Cavaco?...

## O IRS dele

Cavaco prometeu solenemente que mostraria o seu IRS. Havia interesse naturalmente...

O prometer foi ronha? Olhe que está em falta! Vá, não tenha vergonha mostre lá isso à malta.

Sossegue, vá. Mostre a coisinha, mostre, por favor. Ninguém o acusará de atentado ao pudor...

## Alibi

De monte em monte andou embaraçado moído pelos frades sem convento e sem dó fustigado pelo vento com incensos de Ifadap e de pecado.

Pronto. Acaba de ser em paz mandado. Foi tudo uma ilusão de sentimento. Todo o peso brutal do afrontamento vai assentar nos ombros do cunhado.

Sim senhor, sim senhor. Já se sabia. Aliás - ou pai, ou mãe, ou tio ou tia - há sempre alguma ajuda no quadrante.

Cunhado aqui é cousa sem recato. Para ministro poderoso, um gato que lá por casa houvesse, era bastante.

## Os fascistas estão de volta

Mostrando evidente à-vontade, a extrema-direita europeia, comandada por Le Pen, voltou a escolher o nosso país para mais uma das suas reuniões em hotel de luxo. Não se sabe se o Governo do PSD se dará desta vez ao trabalho de dizer que "não pode impedir" este encontro de fascistas realizado no nosso país, enquanto outros parceiros da Comunidade, menos "abertos" que Cavaco Silva, continuam, liminarmente, a recusar abrir as portas a estes convénios do ódio e da vergonha.

A deduzir pelo espírito que campeia por aí e que já permite que se entreviste, na televisão estatal, o filho do assassino de Humberto Delgado como se estivéssemos perante um "herói", ainda nos arriscamos a ver o Le Pen a ser apresentado na televisão como um qualificado "patriota"... contra o qual, naturalmente, este Governo nada tem a dizer.

## Enquanto o circo passa...

Enquanto o circo das presidenciais norte-americanas dá os últimos espectáculos para americano ver, a situação dos EUA caminha inexoravelmente para o colapso, como o atesta a frieza dos números: actualmente 10% dos norte-americanos recebe senhas de alimentação fornecidas

pela Segurança Social, o que constitui a única forma de se alimentarem, e mesmo os licenciados têm visto o seu salário médio baixar desde 1989, algo que não se registava desde a grande depressão vivida nos anos 30. Entretanto cerca de 10 milhões de norte-americanos estão desempregados, representando 8% da população activa e se, em 1989, os trabalhadores dos EUA recebiam os melhores salários de entre os sete grandes países industrializados, hoje estão na cauda desse grupo. A situação é tão preocupante, que o economista Lester Thurow considera que a questão central é saber se os EUA, após estas eleições presidenciais, serão governados por um *establishment* que aja no interesse do país, ou por uma "oligarquia" que aja no seu próprio interesse. Trata-se de uma dúvida transcendental...

## A queda anunciada

Entretanto, cinco anos depois da "segunda-feira negra" (quando em Wall Street o índice Dow-Jones caiu 508 pontos - 22% - em meia dúzia de horas, arrastando na queda todas as principais praças financeiras internacionais), e apesar de todos os grandes centros financeiros disporem hoje de mecanismos de controlo mais apertado, os mercados voltam a agitar-se. As incertezas sobre a economia mundial, o colapso do mercado imobiliário (que

agudizou a crise do sistema financeiro), as falências, o desemprego galopante e a grande diferença de juros entre a Alemanha e os seus parceiros europeus, os EUA e o Japão, faz temer um novo colapso das bolsas mundiais. Só o escudo continua, segundo o Governo de Cavaco Silva, aqui firme que nem uma rocha...

## A vergonha

Continua a vergonha em Angola, com a UNITA e Jonas Savimbi a comportarem-se, perante uma já inadmissível "paciência" internacional, como a gente sem escrúpulos que sempre foram. O descoco já é tanto, que a pretensa "impugnação" da UNITA ao processo eleitoral, que os derrotou estrondosamente, apareceu assente em "afirmações" da representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, que a própria já desmentiu categoricamente. O estratagemma foi montado por um tal Norberto Catro, secretário-adjunto da Informação da UNITA, que resolveu atribuir a Margaret Anstee a afirmação de que "nunca vira tamanha fraude em parte alguma do Mundo, nem mesmo na América Latina". Apesar da senhora já ter desmentido categorica e formalmente tal afirmação... a UNITA continua a invocar a "frase" para legitimar a "impugnação". Não há paciência para tanta bandalheira... e tais bandalhos.

## frases da Semana

"Por estranho que possa parecer, não conheço pessoalmente Almeida Santos."

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - Expresso, 17.10.92)

"(...) estamos a dar-nos conta de que só um milagre pode levar à reeleição de Bush."

(Jaime Nogueira Pinto - «Semanário», 17.10.92)

"Vamos a penalties!"

(frase gritada por apoiantes do MPLA, numa manifestação em Luanda)

"Birmingham: tanto barulho para nada"

(título - «Expresso», 17.10.92)

"Extrema-direita vai passar ao ataque"

(título de capa - «Semanário», 17.10.92)

"Penso ficar muito tempo como primeiro-ministro"

(Cavaco Silva - «Expresso», 17.10.92)

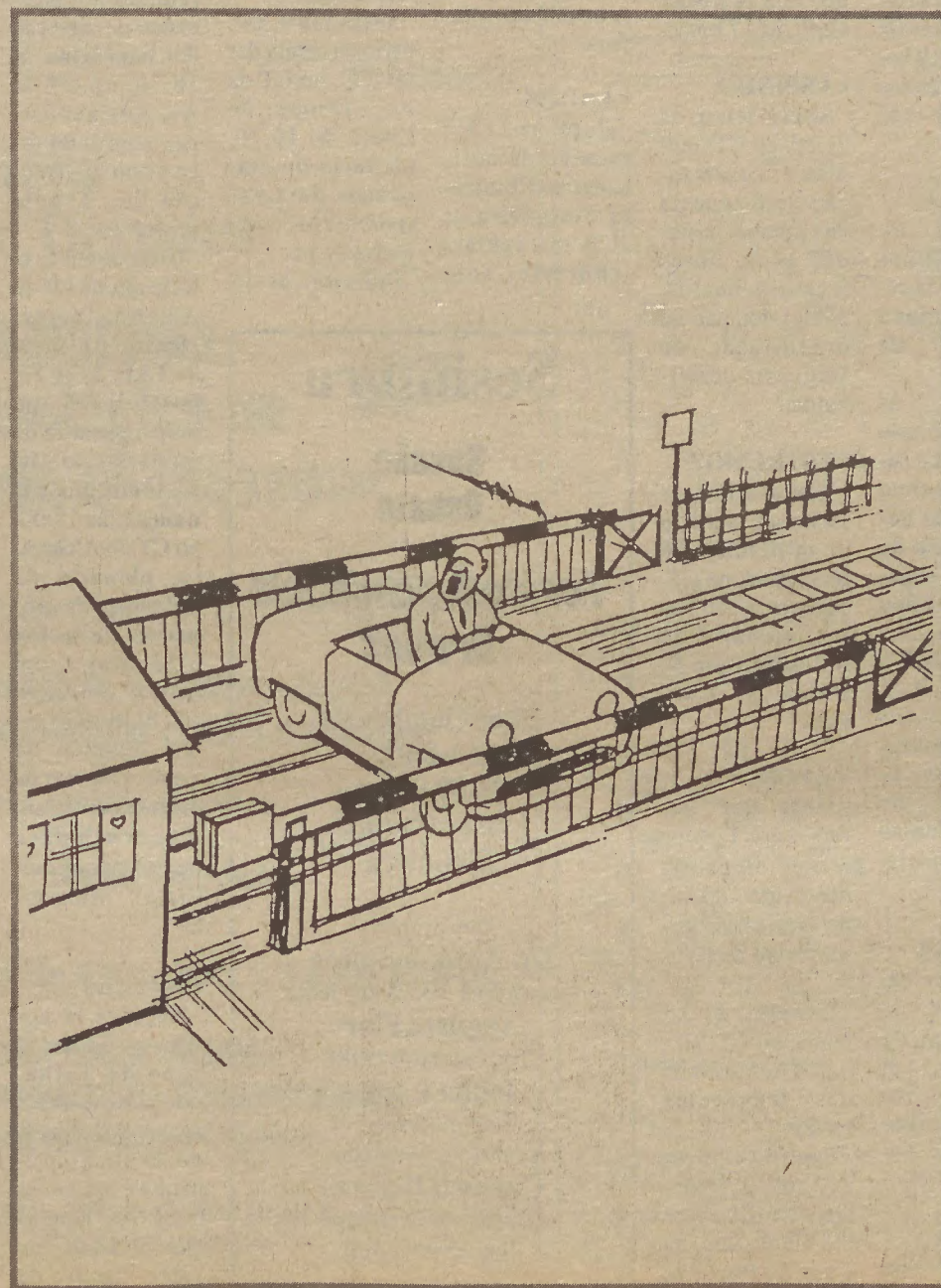
"Nos últimos tempos, surgiram alguns indícios que evidenciam poder existir quem, de forma sub-reptícia e, naturalmente, à revelia dos próprios, procura estimular alguns dos titulares dos órgãos em questão a transformarem-se, de forma sistemática, em protagonistas políticos contra o Governo."

(da moção de Cavaco Silva para o próximo Congresso do PSD - «Expresso», 17.10.92)

"(...) a maioria parlamentar, ou seja, o PSD, ou seja, Cavaco Silva, passaria a fiscalizar a acção do próprio Cavaco Silva.

Quando esta mudança se opera pela força das armas, chama-se-lhe "golpe de Estado". O facto de haver quem a queira fazer por via pacífica e "constitucional" não basta para alterar essa designação."

(Joaquim Vieira, «Editorial» - «Expresso», 17.10.92)



# Iniciativas preparatórias

# Agenda

# do 14º Congresso

• **ALANDROAL**  
Hoje, às 21 horas, reuniões plenárias em Marmelos (no CT local), Casas Novas, Orvalhos e Aldeia da Venda. Amanhã, às 21 horas, plenários de militantes em Carneiros, Capelins e Montejuntos.

• **ALBUFEIRA**  
Domingo, às 16 horas, reunião geral de militantes.

• **ALJEZUR**  
Terça-feira, às 21.30, reunião de militantes nas Alfambras.

• **AVEIRO**  
Hoje, às 21.30, no CT, reunião dos sectores de intelectuais, quadros técnicos e serviços, com Luís Sá, da Comissão Política do CC.

• **BARREIRO**  
Sábado, às 15 horas, no CT concelhio, assembleias plenárias das organizações de freguesia da Verdereira e do Lavradio, e das organizações do bairro 3 e zona 4 (freguesia do Alto Seixalinho) e dos bairros 6 e 4 (freguesia do Barreiro).

• **BORBA**  
Sexta-feira, às 20.30, no ex-ciclo preparatório, plenário de militantes, com Albano Nunes, do Secretariado do CC.

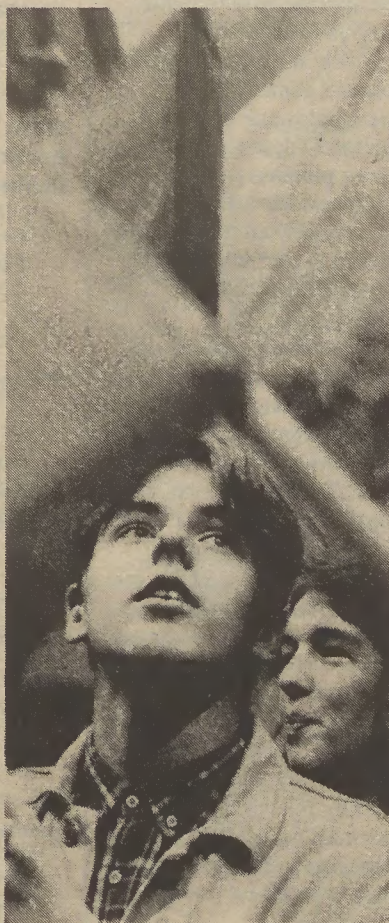
• **BRAGA**  
Sábado, às 21.30 no Cinema Galécia, reunião geral de militantes, com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

• **CASCAIS**  
Sábado, às 10.30 plenário de militantes da Parede, no CT local (seguido de almoço-convívio); às 15.30, no CT de Cascais, plenário de militantes da freguesia do Estoril, com Romeu do Rosário, do CC; às 16 horas, no CT de Cascais, reunião de militantes ligados ao desporto. Terça-feira, às 20.30, plenário de militantes de Sassoeiros e Carcavelos, no CT de Carcavelos, com Romeu do Rosário.

## congresso

### PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



• **CINFÃES**  
Domingo, reuniões de militantes das freguesias de Souzelo (às 10 horas) e de Oliveira do Douro (às 17.00).

• **COIMBRA**  
Hoje, às 21.30, no CT de Coimbra, reunião da célula da Câmara Municipal de Coimbra.

Amanhã, às 21.30 no auditório do Centro da Juventude (ao cimo do Jardim da Sereia), reunião de quadros da organização concelhia de Coimbra, com Álvaro Cunhal. Sábado, às 21.30 reunião de militantes na freguesia de Souselas; às 21.30, no CT de Coimbra, reunião da célula de juristas.

• **CONDEIXA**  
Segunda-feira, às 21.30, reunião de militantes da organização local do Avenal-Sobreiro, em casa do camarada Zé Temido.

• **COVILHÃ**  
Sábado, em Vila

de Carvalho, às 16 horas. Domingo, em Cantar Galo, às 17 horas.

• **ESPINHO**  
Sexta-feira, às 21.30, no CT, reunião da organização de freguesia de Espinho. Sábado, às 16 horas (cam. Manuel da Areia), reunião da organização de freguesia de Silvalde.

• **ESTREMOZ**  
Sexta-feira, às 19 horas, plenário de militantes em S. Vitória, no CT. Sábado, às 20 horas, plenário de militantes em S. Bento do Corriço.

• **ÉVORA**  
Hoje, às 21 horas, no CT, reuniões plenárias dos bairros da zona Oeste e da zona Norte de Évora. Sábado, às 15 horas, no CT, plenário de quadros das freguesias rurais. Segunda-feira, às 21 horas, plenário de militantes em Canaviais, na Casa do Povo; às

21.30, no CT, plenário do sector intelectual.

Terça-feira, às 21 horas, plenários de militantes em S. Sebastião da Giesteira (na Junta de Freguesia) e Boa-Fé (no CT).

Quarta-feira, às 21 horas, no Teatro Garcia de Resende, plenário de militantes do concelho, com Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

• **FARO**  
Sábado, às 16 horas, no Hotel Eva, sessão-debate com Carlos Carvalhas. Domingo, às 15.00 reunião de reformados, no CT.

• **FIGUEIRA DA FOZ**  
Sábado, às 15.00 plenário de militantes da organização concelhia, no CT, com Carlos Fraião, da CEN do CC.

• **GONDOMAR**  
Sexta-feira, às 21.30, plenário de militantes da freguesia da Valbom, no CT, com João Fonseca, do CC.

• **LAGOA**  
Hoje, às 21.30, reunião de quadros.

• **LAGOS**  
Hoje, às 21.30, reunião de militantes no Chinicato. Sexta-feira, às 20 horas, jantar-convívio, com

Carlos Carvalhas.

• **LISBOA**  
Hoje, às 10 horas, no CT Vitória, plenário de reformados bancários; e às 18.30 dos núcleos Rossio, Alcântara, Ferbritas, funcionários sindicais da CP; às 18 horas, no CT da Ajuda, reunião das células da OGME; às 18.30, no CT Vitória, debate «Projecto e Valores do PCP; a Campanha contra o Partido», com José Casanova, da Comissão Política do CC, Pedro Ramos de Almeida e Margarida Aboim; às 19.30, no CT da Av. António Serpa, plenário das organizações dos ministérios da Agricultura e da Indústria; às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, plenário do sector de serviços, com Carlos Grilo, do CC; às 21 horas, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, plenário de militantes da freguesia de Srª de Fátima, e no CT Vitória plenário do sector de Saúde da ORL, com Carlos Carvalhas.

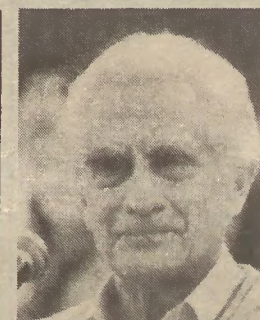
Sexta-feira, plenário da célula das OGFE; no CT da Av. Duque de Loulé, às 19.30, plenário de empresas do Centro/Norte, com Carlos Grilo. Sábado, às 10

horas, no CT de Alcântara, plenário da célula da FIL, às 15.00, no CT da Av. António Serpa, plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião, com António Abreu, do CC; às 15.00, no CT de Alcântara, plenário das freguesias de Campolide, Santo Condestável, Prazeres, S. Francisco Xavier e Santa Maria de Belém; no CT Vitória, às 14.30, assembleia da célula da CGD e plenário distrital de mulheres comunistas (com Edgar Correia, da Comissão Política do CC); às 15 horas, na Voz do Operário, plenário das organizações da Graça, Santa Engrácia, S. Vicente, Alfama, Mouraria, Costa do Castelo e Voz do Operário (pelas 13 horas realiza-se um almoço-convívio).

Terça-feira, às 15 horas, no CT de Benfica, plenário de militantes da freguesia às 17.30, no CT Vitória, reunião do organismo de direcção dos bancários; às 18.30, no CT da Av. António Serpa, reunião do organismo de direcção dos Transportes.

Quarta-feira, às 18 horas, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário da célula da TAP; às 18.30, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário de militantes do Ministério das Finanças; às 18.00, no CT de Alcântara, plenário de militantes de empresas do sector ocidental, com Carlos Grilo; às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé, plenário de empresas do Centro/Norte (sector automóvel, Efacec, Minastela).

• **LOURES**  
Hoje, às 18 horas, no CT de S. João da Talha, células de empresa desta zona. Sábado, às 15.30, plenário de militantes no CT da Apelação; às 16.00, no salão da JF da



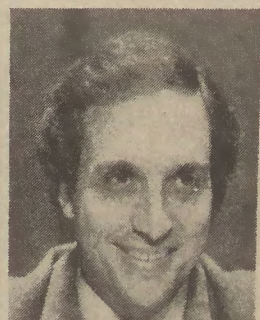
Com  
**Álvaro  
Cunhal**

secretário-geral do PCP

**COIMBRA** - Amanhã, às 21.30, no auditório do Centro da Juventude (ao cimo do Jardim da Sereia), reunião de quadros da organização concelhia de Coimbra.

**PORTO** - Sábado, às 14.30, no CT da Boavista, reunião distrital de quadros.

**BRAGA** - Sábado, às 21.30, no Cinema Galécia, reunião geral de militantes.



Com  
**Carlos  
Carvalhas**

secretário-geral adjunto do PCP

**LISBOA** - Hoje, às 21 horas, no CT Vitória, plenário do sector de Saúde da ORL.

**LAGOS** - Sexta-feira, às 20 horas, jantar-convívio.

**PORTIMÃO** - Sexta-feira, às 21.30, sessão-debate, no salão de conferências da Câmara Municipal.

**SILVES** - Sábado, às 13 horas, na escola secundária, almoço-convívio.

**FARO** - Sábado, às 16 horas, no Hotel Eva, sessão-debate.

**OLHÃO** - Sábado, às 20 horas, jantar-convívio, na escola secundária.

**ÉVORA** - Quarta-feira, às 21 horas, no Teatro Garcia de Resende, plenário de militantes do concelho.

## Sesimbra

Sessão  
Debate

### Toxicoddependência Drogas

23 de Outubro/92  
6.ª-feira  
21.00 Horas  
Centro Cultural  
Biblioteca

Participantes

**Dr. António Filipe**  
Deputado na Ass. da República  
**Augusto Flor**  
Com. Executiva DORS  
**Isilda Lopes**  
Professora  
Com. Conc. Sesimbra  
**Carmen Dolores**  
Estudante Universitária  
Com. Distrital JCP

Ramada, plenário de militantes da freguesia. Terça-feira, às 18.30, no CT de Santa Iria, células de empresa.

• **MATOSINHOS**  
Sexta-feira, às 21.30, na escola primária do Corpo Santo, reunião de militantes de Leça da Palmeira.

• **MONTEMOR-O-NOVO**  
Sexta-feira, às 20.30, assembleias de militantes em Baldios (na Casa da Cooperativa) e em Cortiçadas de Lavre (na Junta de Freguesia). Sábado,

às 17 horas, assembleia de militantes em Foros de Vale Figueira, na cooperativa.

• **MONTEMOR-O-VELHO**  
Domingo, às 21.30, no CT local, reunião da comissão concelhia, alargada a outros quadros.

• **MORA**  
Sexta-feira, às 20.30, plenário de militantes em Pavia.

• **OEIRAS**  
Sexta-feira, às 21 horas, plenário da organização de Oeiras, no CT de Algés, com Ro-

meu do Rosário. Sábado, às 15.00 no CT de Queijas, assembleia de organização, com Júlio Filipe, do CC; às 15.00, no CT de Algés, plenário das organizações de Algés e Cruz Quebrada, com Carlos Chaparro, do CC.

Terça-feira, às 18.30, no CT de Algés, plenário de empresas de Oeiras, com Carlos Chaparro.

• **OLHÃO**  
Sexta-feira, às 21.30, reunião geral de militantes. Sábado, às 20 horas, jantar-conví-



Lisboa

Encontro Distrital de Quadros Técnicos e Científicos

Dia 23 de Outubro - 18 horas  
Centro de Trabalho Vitória

Com a participação de: Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, e José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP

- vio com Carlos Carvalhas, na escola secundária.
- PORTALEGRE Sábado, às 18 horas, assembleias plenárias em Figueira e Barros (na Junta de Freguesia) e em Valongo (na Casa do Povo); às 20.00, assembleia plenária em Ervedal, no CT do PCP, com Joaquim Miranda, do CC e deputado ao PE.
- PORTIMÃO Sexta-feira, às 21.30, sessão-debate com Carlos Carvalhas, no salão de conferências da Câmara Municipal. Terça-feira, às 21.30, reunião geral de militantes.
- PORTO Hoje, às 18 horas, reunião do organismo da construção civil, no CT de Barão de S. Cosme. Sábado, às 14.30, no CT da Boavista, reunião distrital de quadros, com Álvaro Cunhal.
- RESENDE Sábado, às 21 horas (cam. Alvelos, Quinta do Paço), reunião de militantes.
- S. JOÃO DA MADEIRA Sábado, às 15 horas, no CT, assembleia plenária das organizações concelhias de Arouca, Castelo de Paiva, S. João da Madeira e Vale de Cambra, com
- Sérgio Teixeira, da CEN do CC.
- SESIMBRA Sexta-feira, às 21 horas, no Centro Cultural/Biblioteca, debate sobre toxicoddependência e drogas, com António Filipe (deputado), Augusto Flor (DORS), Isilda Lopes (com. concelhia) e Carmen Dolores (com. distrital da JCP).
- SILVES Sábado, às 13 horas, na escola secundária, almoço-convívio com Carlos Carvalhas.
- SINTRA Sexta-feira, às 21.30, plenário de militantes na freguesia do Cacém, no CT, com Carlos Grilo. Sábado, às 15.00, plenário de militantes na freguesia de Queluz, no CT, com António Cordeiro, do CC; às 15.30, plenário de militantes em Rio de Moura, no CT.
- SOURE Hoje, às 21.30, reunião de militantes da freguesia de Soure, no CT local. Sexta-feira, às 21.30, em Figueiró do Campo, reunião de militantes na freguesia da Granja do Ulmeiro.
- TOMAR Sábado, assembleia plenária de
- militantes, no CT, às 15.00.
- VILA FRANCA DE XIRA Hoje, às 18 horas, assembleia plenária da célula CM/SMAS, no CT de Vila Franca de Xira. Sexta-feira, às 21.00, assembleia plenária de militantes da freguesia de Alhandra, no CT local. Sábado, às 15.00, assembleia plenária de militantes no Bom Sucesso. Terça-feira, às 18.00, plenário de célula da Tudor e assembleia plenária de empresas de Alhandra. Quarta-feira, às 18.00, assembleia plenária da célula das OGMAs, no CT de Alverca.
- VILA DO BISPO Quarta-feira, às 21.30, reunião de militantes em Sargres.
- VILA REAL DE S. ANTÓNIO Domingo, às 17 horas, reunião geral de militantes em Monte Gordo.
- VISEU Sábado, às 21 horas, no CT, reunião de activistas. Segunda-feira, às 21 horas, no CT, reunião do organismo de professores.
- VOUZELA Sábado, às 21 horas (cam. Alexandrino), reunião da comissão concelhia.

Convívios

23 de Outubro - Jantar-convívio da Segurança Social. No Lautasco, em Lisboa, com a participação do camarada José Soeiro.

25 de Outubro - Almoço-convívio no CT de Santo André, Barreiro.

25 de Outubro - Convívio concelhio, em Setúbal. Organizado pela Comissão Concelhia, no Salão da Cooperativa de Habitação das Pontes, com os camaradas que participaram na implantação e desimplantação e noutras tarefas da festa do «Avante!». Os outros também podem participar, assim como os familiares e amigos. É às 13 horas do próximo domingo. Inscrições no CT de Setúbal, Tel. 522273.

7 de Novembro - Na Atalaia - Magusto promovido pela Concelhia do Seixal do PCP e pela Célula da Festa do «Avante!».

8 de Novembro - Na Atalaia - Almoço-convívio promovido pelo Sector dos Transportes da ORL, com a participação do camarada José Casanova. É às 13 horas. A ementa compõe-se de bacalhau na brasa com batatas a murro, vinho, pão e fruta. O preço é de 1200 escudos. As inscrições são na «António Serpa» - Tel. 796 91 39 e no CT Vitória, Tel. 355 81 76/7.

Maastricht em debate

22 de Outubro - Em Vila Franca de Xira, no Arquivo Municipal, às 21,30 horas - «Maastricht e a situação social dos trabalhadores». Com o camarada Jerónimo de Sousa.

— Em Bobadela, no Clube Recreativo Bobadelense, às 21,30 horas. Com o camarada Joaquim Miranda.

24 de Outubro - Em Seia, no Auditório do Polo do IPG, às 15 horas. Sessão pública com o camarada José Casanova.

30 de Outubro - Em Amarante, na Cozinha dos Frades, às 21,30 horas. Debate com o camarada Joaquim Miranda.

2 de Novembro - Em Vila Franca de Xira, no Arquivo Municipal, às 21,30 horas. «Que Europa querem os comunistas?» Com o camarada Domingos Lopes.

Ciclo de Debates

«A Batalha Ideológica na Luta de Massas»



22 de Outubro - 18.30 Horas

«Projecto e valores do PCP A campanha contra o partido»

com: José Casanova  
Pedro Ramos de Almeida  
Margarida Aboim

29 de Outubro - 18.30 Horas

«Internacionalismo, Cooperação, Solidariedade, Luta anti-imperialista»

com: Carlos Aboim Inglês  
Paula Henriques

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 — Impede; plantação de nabos. 2 — (Fernando...), autor do romance «Sentados na Relva»; peça de vestuário. 3 — Junta; modo de dizer; torna menor. 4 — Engenho de tirar água; (Serguei...), primeiro homem a transportar uma fasquia colocada acima dos 6 metros no salto à vara; grande fatia (Bras.). 5 — Caminhar; nome masculino; único; consoante repetida. 6 — Chefe etíope; renque; o princípio do teorema. 7 — Eles; congregara; observei. 8 — Mesquinho; ocasião; família. 9 — Artigo antigo; gume; termo; divindade egípcia. 10 — Peça de vestuário para as mãos; destino; a pessoa de quem se fala (pl.). 11 — Nome feminino; iniciais da televisão italiana; amarrada. 12 — Punha o selo em; o que exerce qualquer arte, desporto ou ofício por gosto e não por paga. 13 — Com asas; o interior do pão e de certos frutos.

VERTICAIS: 1 — Debilitar; (Rui...), o «pai» do rock português. 2 — Ama; engana. 3 — Governador árabe; astro-rei; círio. 4 — Eleger por meio de voto; irrevogável. 5 — Cólera; pátria de Abraão; letra grega; a primeira mulher. 6 — Basta; Bismuto (s.q.); Osmio (s.q.); prefixo de movimento. 7 — Pronome pessoal; nome feminino; sufixo de agente. 8 — Convocaram tropas. 9 — Abreviatura de quilómetro (invert.); argola; planta liliácea da China. 10 — Antes de Cristo; Ouro (s.q.); crença; grito de dor. 11 — Botequim; despido; 2 em numeração romana; patrão. 12 — Aparente; nome genérico dos corpos minerais. 13 — Faina; sinal ortográfico; ilharga. 14 — Moeda do Equador; charrua. 15 — Leproso; nivelara.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Rodo; lama. 2 — Época; era; tapam. 3 — Lobo; clero; tema. 4 — Idas; agá; oral. 5 — Tal; marasmo; tri. 6 — Opor; abre. 7 — Alar; erro. 8 — Fiar; calo. 9 — Rer; radicar; pés. 10 — Aril; ema; lima. 11 — Nega; Quito; unir. 12 — Doida; soa; atara. 13 — Rolo; arar.

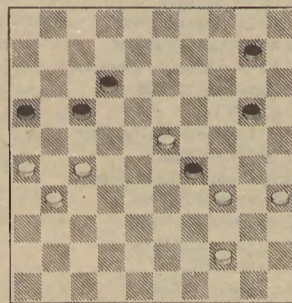
VERTICAIS: 1 — Delito; Brando. 2 — Poda; éreo. 3 — Robalo; frigrir. 4 — Ocos; pai; lado. 5 — Dá; molar; al. 6 — Arara. 7 — Elar; Deus. 8 — Pregar; símios. 9 — Aras; cata. 10 — Marca. 11 — At; obrar; ar. 12 — Mato; rol; luta. 13 — Aperte; opinar. 14 — Amar; emir. 15 — Amália; usaram.

DAMAS

CCCLXXVIII  
22 de Outubro de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992X085

Por: WILLIAM ANTHONY SHINKMAN  
WESTERN ADVERTISER, 1873

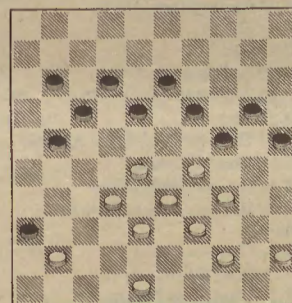
Pr.: [2]: Pa6 - Rb5  
Br.: [5]: Ps.a5, a7, e7 - B64 - Rb3



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X086  
Por: E. HOLM  
SKANES SCHACKFÖRBUND, 1915

Pr.: [4]: Ps.e4, e7 - Tç3 - R65  
Br.: [4]: Ps.a6, d3 - Ta8-Rd1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVIII

N.º 1992X085 [W.A.Sh.]: 1. e8-T1, R: a5; 2. a8-C, Rb5; 3. T65++

N.º 1992X086 [E.H.]: 1. d4+!, R66; 2. d5+, R65; 3. a7, Tç7; 4. d6, Td7; 5. Te8, T:a7; 6. T:e7+ e g.

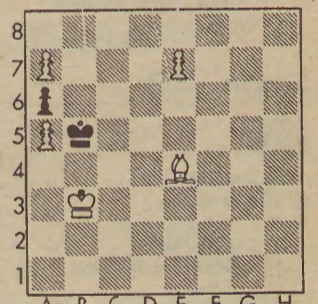
A. de M. M.

XADREZ

CCCLXXVIII  
22 de Outubro de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992D085

Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROULE  
Dame à la Une N.º 42, Junho 1992

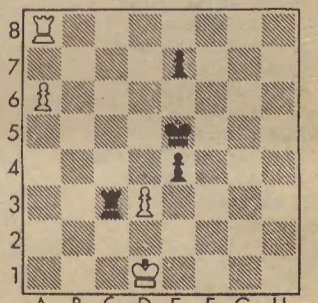
Pr.: [6]: 10-12-16-17-20-29  
Br.: [7]: 23-26-27-31-34-35-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D086  
Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROULE  
Dame à la Une 42, Junho 1992

Pr.: [11]: 11-12-13-17-18-19-20-21-24-25-36  
Br.: [11]: 28-29-32-33-34-38-39-41-44-45-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVIII

N.º 1992D085 [J.-F.F.]: 1. 35-30, (29X49-D); 2. 30-25, (49X21); 3. 25X5-D, (21-49!); 4. 31-27, (49X21); 5. 23-18, (12X23); 6. 5X11!, (16X7); 7. 26X17+

N.º 1992D086 [J.-F.F.]: 1. 29-23, (18X49-D); 2. 39-34, (36X47-D); 3. 32-27, (49X40); 4. 27X9, (47X29); 5. 45X14+

A. de M. M.

## Televisão

### Quinta, 22

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Notícias  
10.05 Loja de Idelas  
10.30 Notas para Si  
11.00 Notícias  
11.05 O Vale Misterioso  
11.30 Clube da Manhã  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Mico Preto  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Gerações  
13.55 Os Mestres da Animação  
14.25 Ponto por Ponto  
15.05 Doutor... Agora é que são elas!  
(ver «Filmes na TV»)  
16.40 Caderno Diário  
16.45 Rua Sésamo  
17.15 Brinca Brincando  
17.50 Paraíso  
18.40 Roda da Sorte  
19.15 Cinzas  
20.00 Telejornal  
20.40 Meu Bem, Meu Mal  
21.45 Simpsons  
22.15 Noticiário  
22.20 O Fogo de Gabriel  
23.25 Sexualidades  
00.25 24 Horas  
01.10 Remate  
01.25 Murphy Brown

09.00 Videotexto  
11.30 Que Família!  
11.55 Informação  
12.00 Infantil  
12.45 John Ross  
13.15 Cheers - Aquele Bar  
13.30 Euroritmias  
14.20 TV2 Informação  
14.35 Agora, Escolha!  
15.50 TV2 Informação  
16.00 Cidades em Guerra  
16.55 TV2 Informação  
17.00 Chá das Cinco  
18.00 Vira o Vídeo  
18.25 Luta Livre Americana  
19.15 Dramazine  
19.45 Cristóvão Colombo  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Barriga de Aluguer  
22.30 A Pele de um Malandro  
(ver «Filmes na TV»)  
24.00 Teatro: «As Mãos Sujas»

16.30 Sic Notícias  
16.35 MTV  
17.35 Batman  
18.05 Responder à Letra  
18.30 Sic Notícias  
18.40 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Tereza Batista  
21.15 Repórter da Mela-Notte  
22.15 Conta Corrente  
23.15 Deixem Correr o Sangue  
23.45 Último Jornal

### Sexta, 23

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Notícias  
10.05 Loja de Idelas  
10.30 Agora é Que São Elas!  
11.00 Notícias  
11.05 A Flecha Negra  
11.30 Clube da Manhã  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Mico Preto  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Gerações  
13.55 O Ártico  
14.25 Ponto por Ponto  
15.05 Lugares Secretos  
(ver «Filmes na TV»)  
16.40 Caderno Diário  
16.45 Rua Sésamo  
17.15 Brinca Brincando  
17.50 Paraíso  
18.40 Roda da Sorte  
19.15 Cinzas  
20.00 Telejornal  
20.40 Meu Bem, Meu Mal  
21.45 Marina, Marina  
22.15 Noticiário  
22.20 Big  
(ver «Filmes na TV»)  
00.05 24 Horas  
00.50 Remate  
01.20 Máquina Mortífera  
(ver «Filmes na TV»)

09.00 Videotexto  
11.30 Que Família!  
11.55 Informação  
12.00 Infantil  
12.50 John Ross  
13.15 Cheers, Aquele Bar  
13.40 Euroritmias  
14.40 TV2 Informação  
14.45 Agora, Escolha!  
16.00 TV2 Informação

16.10 Odíssela Animal  
17.00 Chá das Cinco  
18.00 Vira o Vídeo  
18.45 TV2 Informação  
18.50 Rotações  
19.50 TV2 Informação  
19.55 Hitler à Venda  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Barriga de Aluguer  
22.30 TV2 Informação  
22.35 Interiores  
23.30 TV2 Informação  
23.35 A Linda Ditadora  
(ver «Filmes na TV»)  
01.00 Outras Músicas

16.30 Sic Notícias  
16.35 MTV  
17.35 Elvis  
18.05 Responder à Letra  
18.30 Sic Notícias  
18.40 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Tereza Batista  
21.50 As Grades do Inferno  
(ver «Filmes na TV»)  
23.35 Cuidado com as Aparências  
24.05 Os Amores de Lídia  
01.05 Último Jornal

### Sábado, 24

08.00 Canal Jovem  
13.00 Notícias  
13.05 Parlamento  
13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark  
14.15 Clube Disney  
15.45 O Tigre de Mompracem  
(ver «Filmes na TV»)  
17.40 Felra de Música  
18.00 Arca de Noé  
18.40 Você Decide  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.00 Publionário  
21.20 Felicidade  
22.05 Parabéns  
23.10 As Loucuras do Meu Fantasma  
(ver «Filmes na TV»)  
00.50 Shaft - Mafra em Nova Iorque  
(ver «Filmes na TV»)

08.00 Caminhos  
08.30 Novos Horizontes  
09.00 Universidade Aberta  
11.35 Como Conquistar um Sogro  
(ver «Filmes na TV»)  
13.30 Cinzas (Compacto)  
15.55 TV2 Informação  
16.00 Desporto  
22.00 Jornal Nacional  
22.35 Salomé  
00.20 TV2 Informação  
00.25 Força de Elite  
01.25 Contradições

14.00 Sic Notícias  
14.05 O Homem Árvore  
14.40 Portugal Radical  
15.10 Os 4 Mosqueteiros - A Vingança de Milady  
17.05 MTV  
18.00 Comando Relâmpago  
18.30 Sic Notícias  
18.40 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Tereza Batista  
21.15 Wrestling  
22.15 Água na Boca  
23.10 O Jogo das Audiências  
(ver «Filmes na TV»)  
01.00 Último Jornal

### Domingo, 25

08.00 À Mão de Semear  
08.27 Canal Jovem  
11.35 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.05 A Menina do Futuro  
13.30 Top +  
14.15 Olha que Dols (com António Vitorino de Almeida)  
15.10 Beverly Hills 90210  
16.00 Herble, um Carocha dos Diabos  
(ver «Filmes na TV»)  
17.20 Sons do Sol  
18.10 Chefe mas Pouco  
18.50 Preço Certo  
20.00 Jornal de Domingo  
20.40 Felicidade  
22.10 Casa Chefa  
22.50 Grande Área  
00.20 Conversa Afhada

08.00 Clássicos - «As Crónicas de Marte»  
09.00 Tudo Menos Isso

09.30 Regiões  
10.30 Fórum Musical  
11.30 Gente da Frente  
13.00 Viagens  
13.30 Realce  
14.00 Marés Vivas  
15.00 TV2 Desporto (inclui Futebol: Boavista-Sporting)  
21.45 Palavra Puxa Palavra  
22.30 Jornal Nacional  
23.00 No Cumprimento do Dever  
24.00 Escândalo na Presidência  
(ver «Filmes na TV»)  
01.45 Tauromaquia (últ. progr.)

14.00 Sic Notícias  
14.05 O Livro da Selva  
14.40 Um Planeta, uma Família  
15.10 O Último Couplet  
(ver «Filmes na TV»)  
17.05 MTV  
18.00 Raven  
18.55 Encontros Imediatos  
19.25 Giras e Piroasas  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Crosby Show  
21.00 Os Incurruptíveis Contra a Droga - 2  
(ver «Filmes na TV»)  
23.25 Segredos  
00.15 Último Jornal

### Segunda, 26

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Loja de Idelas  
10.30 Mulher  
11.00 Chicos Espertos  
11.30 Clube da Manhã  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Mico Preto  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Gerações  
14.00 América Selvagem  
14.30 Ponto por Ponto  
14.55 A Soltrela e o Soltrelão  
(ver «Filmes na TV»)  
16.40 Caderno Diário  
16.45 Rua Sésamo  
17.15 Brinca Brincando  
17.50 Paraíso  
18.45 A Roda da Sorte  
19.15 Cinzas  
20.00 Telejornal  
20.45 Meu Bem, Meu Mal  
21.30 Apanhados  
22.00 Entre Famílias  
23.15 Outras Guerras  
00.10 24 Horas  
00.55 Remate  
01.20 Morte no Asfalto  
(ver «Filmes na TV»)

09.00 Videotexto  
11.30 Que Família!  
12.00 TV2 Informação  
12.05 Infantil  
12.30 John Ross  
13.00 Cheers - Aquele Bar  
13.30 Euroritmias  
14.30 Agora, Escolha!  
16.00 Documentário: «Sub»  
17.00 Chá das Cinco  
18.00 Vira o Vídeo  
19.00 Acerto de Contas  
19.20 Cinemazine  
19.55 Separados mas Iguais  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Barriga de Aluguer  
22.30 Frente a Frente  
23.30 Mélo  
(ver «Filmes na TV»)  
00.55 Últimas notas: «Beverly Craven»

16.30 Sic Notícias  
16.35 MTV  
17.35 Tracey Hulman Show  
18.00 Responder à Letra  
18.30 Sic Notícias  
18.45 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.30 Tereza Batista  
21.20 Justiça Negra  
22.30 Fogo Cruzado  
23.20 A Família do Senador  
23.50 Último Jornal

### Torça, 27

07.30 Bom Dia  
09.35 Rua Sésamo  
10.00 Loja de Idelas  
10.30 Mulher  
11.00 A Verdadeira História de Spti McPhee  
11.30 Clube da Manhã  
12.05 Culinária  
12.20 Mico Preto  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Gerações  
13.55 O Futuro  
14.25 Ponto por Ponto  
15.00 «Na Sombra do

Esquecimento»  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Rua Sésamo  
17.15 Brinca Brincando  
17.50 Paraíso  
18.40 A Roda da Sorte  
19.15 Cinzas  
20.00 Telejornal  
20.35 Meu Bem, Meu Mal  
21.30 Isto só Vídeo  
22.00 Até ao Último Centavo  
23.15 De Caras  
00.20 24 Horas  
01.05 Remate  
01.30 Murphy Brown

09.00 Videotexto  
11.30 Que Família!  
12.00 Infantil  
12.30 John Ross  
13.00 Cheers - Aquele Bar  
13.30 Euroritmias  
14.30 Agora, Escolha!  
16.00 Documentário  
17.00 Chá das 5  
18.00 Vira o Vídeo  
18.55 Eternos Novatos  
19.30 Aventura do Conhecimento  
20.00 Sherlock Holmes  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Barriga de Aluguer  
22.30 Arsenio Hall  
23.30 Anjos Marcados  
(ver «Filmes na TV»)  
00.50 Big Band Show

16.30 Sic Notícias  
16.34 MTV  
17.35 O Quinteto do Lado  
18.00 Responder à Letra  
18.30 Sic Notícias  
18.40 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.30 Tereza Batista  
21.00 Barreira de Fogo  
(ver «Filmes na TV»)  
23.20 Benny Hill  
23.50 Último Jornal

### Quarta, 28

07.30 Bom Dia  
09.35 Rua Sésamo  
10.00 Loja de Idelas  
10.30 Mulher  
11.00 Kelly  
11.30 Clube da Manhã  
12.05 Culinária  
12.20 Mico Preto  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Gerações  
14.00 Paragem no Tempo  
14.30 Ponto por Ponto  
15.05 Começou no Paraíso  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Rua Sésamo  
17.15 Brinca Brincando  
18.00 Paraíso  
18.40 Roda da Sorte  
19.15 Cinzas  
20.00 Telejornal  
20.30 Desenhos Animados  
20.40 Meu Bem, Meu Mal  
21.40 Vamos Jogar no Totobola  
21.55 O Inferno Vermelho  
(ver «Filmes na TV»)  
00.00 24 Horas  
00.45 Remate  
01.00 Murphy Brown

09.00 Videotexto  
11.30 Que Família!  
12.00 Infantil  
12.30 John Ross  
13.00 Cheers - Aquele Bar  
13.30 Euroritmias  
14.30 Agora, Escolha!  
16.00 Ao Sol  
17.00 Chá das 5  
18.00 Vira o Vídeo  
19.10 Sarilhos com Elas  
19.30 TV Artes  
20.00 Café Imaginário  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Barriga de Aluguer  
22.40 Carlos Cruz - Quarta-Feira  
23.30 Artes e Letras - «Retrato de Pedro Almodovar»  
01.30 O Anjo Ebrío  
(ver «Filmes na TV»)  
02.10 Pop-Off

16.30 Sic Notícias  
16.34 MTV  
17.35 Aventura  
18.00 Responder à Letra  
18.30 Sic Notícias  
18.40 Plumas e Lantejoulas  
19.30 Praça Pública  
20.00 Jornal da Noite  
20.30 Tereza Batista  
21.00 Crimes  
21.25 O Príncipe de Bel Air  
22.30 Batalhas Conjugais  
23.20 O Passageiro Imprevisto  
23.50 Último Jornal

## Filmes na TV

### Doutor... Agora É Que São Elas

«Carry On Doctor», (Gr.Br./1968). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Frankie Howard, Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Jom Dale. Cor, 90 minutos.

Mais um exemplar da interminável e não menos idiota «saga» de Gerald Thomas que, ou está a ser transmitida há meses em «ciclo» vicioso pela RTP, ou nunca mais tem fim. Péssimas hipóteses, ambas.

Quinta, 15.05, Canal 1

### Na Pele de Um Malandro

«Coogan's Bluff», (EUA/1968). Realização de Don Siegel. Interpretação de Clint Eastwood, Lee J. Cobb, Susan Clark, Tisha Sterling, Don Stroud, Betty Field, Tom Tully, Melodie Johnson.

É provável que os leitores se lembrem de uma (por vezes) razoável série de TV, *McLoud*, que a RTP transmitiu há anos, uma série em que um *sheriff* do interior profundo da América resolvia, à sua maneira, casos de polícia na grande cidade. O interesse maior que residia nos argumentos da série era o constante confronto entre duas «culturas», entre duas formas de estar e encarar a vida, os «casos» e a sua resolução - a urbana e a rural. Algo de semelhante se passa neste filme da inseparável dupla Siegel-Eastwood inspirado, aliás, nessa série - um tema que regularmente será, de certa forma, retomado por Clint Eastwood na sua carreira de actor e realizador. Um implacável *sheriff* do Arizona chega a Nova Iorque transportando sob custódia um prisioneiro e, à chegada ao aeroporto, é enganado pela miúda do preso, deixando-o fugir. E o filme, de forma irónica e subtil, constrói-se precisamente sobre a particularidade dos métodos do *sheriff*, habituado aos grandes espaços, para, no caos labiríntico da grande metrópole, acabar por captar o fugitivo - na sequência da perseguição em pleno Central Park, cinematograficamente narrada de forma brilhante. Mas, sem esquecer admiráveis cenas rodadas em cenários naturais, o filme - cuja visão, entretanto, se recomenda - acaba por sofrer de algum tratamento linear do argumento.

Quinta, 22.30, TV 2

### Lugares Secretos

«Secret Places», (Gr.Br./1985). Realização de Zelda Barron. Interpretação de Marie-Thérèse Relin, Tara MacGowran, Claudine Auger, Jenny Augutter, Cassie Stuart, Ann-Marie Gwatkin, Klaus Barner. Cor, 94 minutos.

Num filme quase exclusivamente realizado e interpretado por mulheres, uma jovem alemã refugiada em Inglaterra durante a II Grande Guerra, após a expiação do terror nazi, experimenta as dificuldades do mundo fechado de um colégio inglês. Uma história de amizade entre duas jovens, com alguns momentos de emoção mas certa falta de consistência no desenvolvimento da história.

Sexta, 15.05, Canal 1

### As Grades do Inferno

«Brubaker», (EUA/1980). Realização de Stuart Rosenberg. Interpretação de Robert Redford, Yaphet Kotto, Jane Alexander, Murray Hamilton, David Keith, Morgan Freeman, Matt Clark, Tim McIntire. Cor, 132 minutos.

Na melhor tradição do cinema liberal -, este filme, cheio das melhores intenções, não chega a cumprir completamente o que promete. Tal como «Os Fugitivos de Alcatraz» (de Don Siegel), a história, embora naturalmente ficcionada, é baseada em factos reais, o que não surpreende: Henry Brubaker (Robert Redford) é o director de uma prisão do Sul dos EUA em que os métodos utilizados pelos guardas mais responsáveis e as condições de encarceramento são um atentado aos mais elementares princípios humanos. O maior achado do filme reside no facto de, durante os primeiros trinta minutos, quer os guardas e prisioneiros quer o espectador serem confrontados com a personagem de um condenado (de que se disfarçara Brubaker para melhor conhecer a tenebrosa realidade) que surge depois, à luz do dia, na verdadeira pele do novo director da prisão. Mas, retratando de início com agilidade e cruza a brutalidade e a corrupção que se instalam no estabelecimento prisional, o filme encaminha-se para um desfecho que se torna decepcionante, não porque «o mal» acabe por triunfar sobre «o bem», mas porque o desenvolvimento da intriga é por de mais previsível.

Sexta, 21.50, SIC

### Big

«Big», (EUA/1988). Realização de Penny Marshall. Interpretação de Tom Hanks, Elizabeth Perkins, Robert Loggia, John Heard, Jared Rushton. Cor, 100 minutos.

Sexta, 22.20, Canal 1

### A Linda Ditadora

«Take Me Out To The Ball Game», (EUA/1949). Realização de Busby Berkeley. Interpretação de Frank Sinatra, Esther Williams, Gene Kelly, Betty Garret, Edward Arnold. Cor, 89 minutos.

Há já bastantes meses, o Canal 2 revelou aos menos cinéfilos ou mais distraídos um excelente ciclo de um homem fundamental nos anos 30 do *musical* norte-americano - Busby Berkeley. Hoje, a TV 2 repõe um seu filme datado da década que se segue e que, como é habitual, sobretudo vale pelos números musicais, na maior parte imaginados por dois mestres do género - Gene Kelly e Stanley Donen -, já que o argumento, típico no género, serve sobretudo de veículo para as destrezas do canto e da dança: dois artistas de variedades são também membros de uma equipa de *baseball* que é treinada por... Esther Williams, uma bela «dama de ferro» bem mais sedutora do que aquela em que está a pensar. Divirta-se!

Sexta, 23.35, TV 2

### Máquina Mortífera

«Retaliator», (EUA/1986). Realização de Allan Holz-

Tempo

Continuação de tempo chuvoso



## ÚLTIMAS

# a Talhe de FOICE

## Conversas

*O país tem vindo a assistir, nos últimos dias, ao autêntico frenesim que se apossou do Governo na tomada de medidas antipopulares. Uns atrás dos outros, os ministros quase se atropelam para anunciar ao burgo as novidades dos respectivos ministérios, desdobrando-se em conferências de imprensa, entrevistas, comunicados. Ele é a liquidação do Serviço Nacional de Saúde, a Reforma das Polícias, o Orçamento Geral do Estado, os "disponíveis" da Função Pública, as declarações do IRS...*

*Andam tão atarefados, coitados, que nem tempo têm para se preocupar com coisas miúdas, como isso de andar por aí a ouvir os parceiros sociais, os representantes dos trabalhadores, as forças políticas, económicas e sociais, numa palavra, os principais interessados.*

*Não é caso para se levar a mal. Só mesmo alguém de má-fé é que poderá pretender que um sacrificado de um ministro, depois de sair a correr de uma reunião do executivo, passar num ápice pelo gabinete a despachar expediente, enviar a sua declaração de rendimentos para a comunicação social, deglutir um almoço de trabalho, fazer umas inaugurações, providenciar o carro para ir buscar as crianças ao colégio, trocar de roupa para acompanhar a mulher num encontro social, arrumar a pasta para o dia seguinte, só mesmo alguém de má-fé, dizíamos, pode pretender que depois de tudo isto os leais servidores de Cavaco ainda encontrem forças para ouvir as razões de queixa de enfermeiros, professores, médicos, polícias, guardas fiscais, metalúrgicos, reformados, empregados de escritório, militares, funcionários públicos, etc., etc., etc.*

*E a família? E os amigos? E os negócios? Caramba, uma pessoa não é elástica!*

*De mais a mais, nem sequer estamos em ano de eleições.*

*Quando será que as pessoas se convencem que Governo não é pai e ministro não é padrinho? E que se for só será de alguns, para não esvaziar a função?*

*Anda mais de meio mundo preocupado com a saúde? Ora, ora, e então as companhias de seguros, essas instituições beneméritas, para que é que servem se não para servir o povo? Os funcionários públicos andam num sufoco com os anunciados cinco por cento de aumento? Moderem-se, filhos, moderem-se. Como Cavaco já disse, quem os manda andar a comprar Porsches? Depois nem dinheiro têm para pagar os impostos e quem se prejudica é o Estado.*

*As polícias zangaram-se porque não foram vistas nem achadas na reforma que agora lhes caiu em cima? Mas afinal onde é que estão? Os tempos do PREC já foram, agora é comer e calar e quem não gostar fica a saber que a porta da rua é serventia da casa.*

*Afinal, se até a Assembleia da República vai ter a sua 'lei da rolha', com sessões cada vez mais longe dos olhares públicos e com direito a questionar Cavaco Silva apenas uma vez por ano, porque teria o cidadão comum direito a mais privilégios?*

*O Governo não quer, nem precisa, de falar com ninguém. Por isso mesmo tem lá a sua maioria na Assembleia. Conversas não são com eles, são entre eles. O seu trabalho é a política. À moda de Cavaco, claro. E já se sabe que o chefe não gosta de andar pr' aí a dar cavaco.*

AF

## Alta Autoridade para a Comunicação Social dá razão à JCP contra RTP

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) aprovou por unanimidade uma deliberação dando razão à Juventude Comunista Portuguesa (JCP) relativamente a uma queixa apresentada contra a RTP. O Juiz Conselheiro Pedro Figueiredo Marçal enviou na passada terça-feira à JCP e à RTP o conteúdo da deliberação tomada na reunião da AACS de dia 13 de Outubro, e que a televisão pública, nos termos da Lei, é obrigada a difundir. O conteúdo, na íntegra, da deliberação da AACS, é o seguinte:

### I — Factos

I.1 — A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) apresentou queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), por carta, entrada em 21 de Julho de 1992 que se transcreve: «A Juventude Comunista Portuguesa vem, por este meio, apresentar formalmente queixa contra a Rádio Televisão Portuguesa, pela forma como tem vindo a ser noticiada a nossa actividade, posições e iniciativas por esta entidade».

«Em anexo, enviamos a V. Exa. a carta, datada de 28 de Maio do corrente ano, que enviámos ao Conselho de Administração da RTP, cujo teor ilustra e sustenta a nossa apreciação sobre o tratamento noticioso que a RTP faz da nossa actividade».

Na carta dirigida à RTP, a JCP protesta contra a forma como tem sido noticiada a sua actividade, posições e iniciativas, no período com-

preendido entre 1 de Janeiro e 15 de Maio do corrente ano, e cita várias iniciativas, posições e propostas suas que não foram divulgadas, enquanto que as restantes organizações de juventude partidárias, com especial destaque para JSD, foram objecto de tratamento noticioso.

Mais alega que esta política da RTP não abrange apenas aquele período e, em anexo, apresenta listagem de iniciativas que não tiveram cobertura por parte da RTP e fotocópias de alguns exemplos do tratamento noticioso, feito por outros órgãos de comunicação social da actividade e posições da JCP.

I.2 — Em 23 de Julho a A.A.C.S. oficiou ao Director Coordenador de Programas e Informação da RTP, solicitando-lhe que, no prazo de oito dias, informasse o que tivesse por conveniente e que providenciasse no sentido de ser posta à disposição



desta Alta Autoridade gravação dos serviços informativos da RTP em que a JCP ou as suas iniciativas tivessem sido referidas, no período de 1 de Janeiro a 15 de Maio do corrente ano.

Não tendo havido resposta ao solicitado, oficiou-se novamente à RTP, em 24 de Setembro, renovando o pedido e estabelecendo igual prazo de oito dias, sem que tenha sido obtida resposta.

### II — Análise

A falta de resposta da RTP dificulta a análise da questão. No entanto, — considerando que entre trinta e quatro iniciativas da JCP, ao

longo de quatro meses e meio, apenas em relação a uma delas se confirma ter havido cobertura por parte da RTP;

— considerando também a relevância da matéria de várias dessas iniciativas, designadamente alusivas ao acesso ao ensino superior, aumento de propinas, Orçamento do Estado nas áreas da Juventude e da Educação, P.G.A., objecção de consciência, reunião da Direcção Nacional da JCP, IV Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, VI Conferência Nacional do Ensino Superior da Organização do Ensino Superior da JCP, Encontro Internacional sobre Direitos dos Jovens Trabalhadores e a Carta Social Europeia;

— e considerando ainda o destaque que outros órgãos de comunicação social deram a tais realizações, torna-se pouco compreensível a ausência, quase total, de cobertura das mesmas por parte da RTP, o que indica deficiente pluralismo desta estação televisiva no presente caso.

### III — Conclusão

Em face dos elementos disponíveis, a Alta Autoridade para a Comunicação Social considera pertinente a queixa da JCP relativamente à falta de cobertura das suas iniciativas, no período de 1 de Janeiro a 15 de Maio do corrente ano, por parte da RTP, recomendando a esta a observância do pluralismo a que legalmente está obrigada.

## VII Encontro na Segurança Social

Hoje e amanhã reúnem-se no Laboratório de Engenharia Civil em Lisboa os trabalhadores da Segurança Social que participam no VII Encontro Nacional das Organizações Representativas do sector.

A Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que organiza a iniciativa, afirma que «serão decididas formas de luta para áreas, como as ajudantes de creche e jardins de infância, vigilantes e outros trabalhadores dos equipamentos de acção social».

Num texto distribuído anteontem, a FNSFP acrescenta que «irá também ser debatida a questão dos disponíveis».

Quanto ao sistema de Segurança Social, haverá uma reflexão «a partir dos trabalhadores que contactam diariamente com as realidades e os problemas».

## Linha do Tua

Catorze ferroviários, que ainda prestavam serviço na Linha do Tua, foram convocados para comparecer em Lisboa pelo conselho de gerência da CP, a fim de serem «convitados» a rescindir «voluntariamente» os respectivos contratos de trabalho ou a serem transferidos para outros serviços. A Federação dos Sindicatos

dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, ao informar que foram retiradas, em 13 do corrente, «as máquinas diesel, que a população da Linha do Tua tinha retido», na altura do encerramento do ramal de Mirandela a Bragança, «protesta energicamente» contra o «arbitrio do Governo e do conselho de gerência da CP».

## DORS contra presença de fascista Le Pen

O executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP repudiou «veementemente», em comunicado datado de terça-feira passada, «a realização em Palmela da reunião do Grupo das Direitas do Parlamento Europeu e a anunciada presença do fascista francês Le Pen».

A DORS do PCP afirma que «tal encontro, tendo lugar pela segunda vez no distrito e num momento em que uma onda de violência percorre vários países da Europa por iniciativa da extrema-direita, afronta os sentimentos democráticos e antifascistas da população e dos trabalhadores da região e exige a mais firme condenação dos mais variados sectores da sociedade».